





Je ne fay rien  
sans  
**Gayeté**

*(Montaigne, Des livres)*

Ex Libris  
José Mindlin



































ANNO 1 - N. 2

15 JUNHO 1931

# REVISTA NOVA

DIRECÇÃO DE PAULO PRADO, MARIO DE ANDRADE E  
ANTÓNIO DE ALCÂNTARA MACHADO

GERENCIA DE NELSON PALMA TRAVASSOS

## MOMENTO

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA  
E SILVA

GUILHERME DE ALMEIDA  
JOSÉ DA SILVA GORDO

LEONIDIO RIBEIRO E  
MURILLO DE CAMPOS

JOAQUIM RIBEIRO  
ASTROJILDO PEREIRA

ALFREDO ELLIS (JUNIOR)  
ANTÓNIO DE ALCÂNTARA  
MACHADO

CARTA AO VISCONDE DE PE-  
DRA BRANCA

O CANTO DOS BRINQUEDOS  
A QUESTÃO ECONOMICO-FI-  
NANCEIRA E A REVOLUÇÃO

ESPIRITISMO E HYGIENE MEN-  
TAL

FOLK-LORE E LITERATURA  
MANIFESTO DA CONTRA-REVO-  
LUÇÃO

PÓPULAÇÕES PAULISTAS (II)

AS CINCO PANELLAS DE OURO

## Chronicas

PEDRO DANTAS — PERSPECTIVAS  
OCTAVIO DE FARIA — POSIÇÃO DO CINEMA

## Ethnographia

RODRIGUES DE CARVALHO — LINGUA NACIONAL (I)  
PEDRO DANTAS — SOBRE UM INSTRUMENTO GROTESCO

## Notas

de

LEOCADIO PEREIRA, ORESTES GUIMARÃES E ANTÓNIO DE  
ALCÂNTARA MACHADO

## Resenha

RUA XAVIER DE TOLEDO N. 72  
SÃO PAULO



# REVISTA NOVA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

(março, junho, setembro, dezembro)

DIRECTORES: PAULO PRADO, MARIO DE ANDRADE E ANTÔNIO  
DE ALCANTARA MACHADO

GERENTE: NELSON PALMA TRAVASSOS

---

Redacção e administração:

RUA XAVIER DE TOLEDO, 72

SÃO PAULO

---

ASSIGNATURA ANNUAL . . . . . 18\$000  
(remessa registrada)

NUMERO AVULSO . . . . . 5\$000

---

---

# REVISTA NOVA

NÃO SE RESPONSABILIZA PELAS IDEAS DE SEUS COL-  
LABORADORES QUE GOZAM DA MAIS AMPLA LIBER-  
DADE DE OPINIÃO E CRITICA



ANNO 1

15 JUNHO 1931

N.º 2

# REVISTA NOVA

Direcção de Paulo Prado, Mario de Andrade e  
António de Alcântara Machado

Gerencia de Nelson Palma Travassos

VOLUME 1.º

RUA XAVIER DE TOLEDO, 72

SÃO PAULO







## Momento

O recente accordo orthographico luso-brasileiro vem sendo objecto de criticas de todo em todo improcedentes. Contra elle gritam o commodismo de alguns escriptores e o interesse de alguns livreiros, sob a capa de brasileirismo. Mas que brasileirismo é esse que, prégando a autonomia da lingua nacional, quer que ella se graphe tal como o faziam os portugueses antes da reforma de 1910? A orthographia ou as orthographias adoptadas no Brasil são as que Portugal ensinou. E esse apego á lingua nacional se confunde pois com o apego ao mistiforio orthographico portugêz, anterior á reforma. E' ainda e sempre um lusitanismo.

O accordo tem seus valores. Converte em systema o que tem sido uma mixordia. Que converta bem ou mal pouco importa. Mesmo que converta mal, traz uma ordem, cria um organismo o quanto possivel fixo. Define o êrro, o que de alguma forma é sempre um elemento para aproximar os brasileiros da verdade.

Por todos estes beneficios (que são de qualquer reforma, e não do accordo) é bem que se calem as sympathias pessoaes dos escriptores pelo y ou pelo k, assim como o interesse dos editores de livros escolares e literatura popular. Tambem combater o accordo sob pretexto de que a Academia Brasileira de Letras não tem autoridade para fazel-o, é argumento muito fragil. E' indiscutivel que dentro da realidade nacional a Academia não representa a verdade completa das nossas artes literarias, porém ella é uma entidade representativa, um organismo internacional — o unico actualmente que representa nas re-



lações diplomaticas do mundo a intellectualidade literaria do Brasil.

O que fragiliza immenso o accordo é a sua precariedade humana. Mesmo deixando de parte aquella observação fina de Keyserling de que os povos que possuem orthographia simplificada são justamente os que menos se distinguem pela elevação e força de pensamento, é incontestavel que um accordo orthographico entre Portugal e Brasil é já agora um disparate ridiculo para ambas as nações. Pois é justamente agora, que, não um, mas dezenas de atlanticos, nacionaes, internacionaes, economicos, linguisticos, até mesmo ethnicos, nos separam, que o sofrego lyrismo das nossas Academias e Governos amarra com fita de seda duas nacionalidades que voam em direcções diversas!... Portugal possuia uma reforma orthographica admiravel, quasi perfeita em relação á lingua portuguesa de alem-mar. Mas a vaidade brasileira fez fincapé de tolice e exigiu certos concertos na dita reforma, para adoptal-a. Fincapé de tanto maior tolice que os concertos exigidos, na sua maioria, nada teem que ver com as necessidades da dicção brasileira. São meras velleidades de mando de quem não teve a grandeza moral de reconhecer a superioridade do antagonista. E Portugal cedeu a essas velleidades brasilicas, por interesses tanto mais vaidosos e ridiculos quanto é certo que de maneira nenhuma será possivel imaginar-se uma reconquista intellectual portuguesa da população leitora do Brasil. Portugal de hoje não vive absolutamente mais em nós, a não ser nos seus vinhos, emigrantes cada vez mais raros e o maravilhoso queijo da Serra da Estrella. Esse é o lado por que ainda o Portugal de agora nos seduz. Mas Portugal cedeu, mareando de imperfeições uma reforma doutissima e perfeita ao possivel, cegado por esperanças que não são mais deste mundo, até agora não compenetrado do seu suave e climatico destino de Suissa de beira-mar.

Bem consideradas as cousas, é Portugal portanto que sai perdendo com o accordo, victima da sua attracção historica pelo tamanho, ouro, negras e demais riquezas e graças do Brasil.



# Carta ao Visconde da Pedra Branca

*Escrepta durante o exilio do Patriarcha na França, em virtude do golpe de Estado de 16 de Novembro de 1823, a carta abaixo, agora publicada pela primeira vez, pertence á collecção de Yan de Almeida Prado.*

Illo. Sr. Domingos Borges de Barros.

Não respondi logo a amigavel carta de V. S.<sup>a</sup> de 25 de Setembro passado, porq. as minhas molestias habituaes de hemmorrhoides e eresipela, e mais que tudo o rheumatismo, que já começa a assomar com a entrada do inverno (favor que devo aos ingratos e rapouzas, que para tal clima me mandarão) não me deixavão vontade e socego para pegar em pena: agora porem que posso, vou cordialmente agradecer-lhe o prazer q. mostrou com a minha eleição p.<sup>a</sup> senador pela cidade da Bahia (1); e tambem iguaes parabens lhe dou pela

---

(1) Jurada a Constituição Politica do Imperio a 25 de Março de 1824, logo no dia immediato foram dadas as "Instrucções para se proceder ás eleições das Camaras de Deputados, e Senadores da Assembléa Geral Legislativa". Quatro meses mais tarde, 26 de Julho, José Bonifacio obteve na Capital da Bahia 73 votos para senador e na eleição de deputados, dia 28, 67 (Afranio Peixoto, Rev. da Acad. Bras. de Letras, n. 65 de Maio de



sua (2). Ainda que conheço bem á custa minha, o que devo esperar da gratidão dos homens em geral, e mormente dos da raça Portuguesa d'aquem e d'alem mar, todavia não deixou de ser-me agradavel a lembrança d'esses settenta e tantos Baianos: pois vejo que ao menos na sua Provincia houve quem não se quiz esquecer dos meus continuos esforços para q. se mandassem soccorros repetidos áquella Provincia contra os vandalos de Portugal: porem ao mesmo tempo folgarei que nos outros Districtos Eleitoraes se não lembrem de mim, e que por minoridade de votos seja excluido da lista (3); ou quando isto não aconteça, q. S. Me. Imperial me prefira na escolha. Nas minhas circumstancias o que só desejo e ambiciono he ir acabar o resto dos meus cançados dias em algum cantinho escuso e socegado do Brazil (4), para onde já teria hido, por me achar innocente, se os animaes daninhos, que me deportarão, tivessem, sequer por pejo do mundo, feito que se me pagasse a pensão, q. se me deo, que me serviria p.<sup>a</sup> os gastos da passagem. Agora só pela primavera, á não acabar por aqui, poderei partir, se a bolça o consentir. Permitta o Ceo entretanto, que o Brazil socegue, e que a nova constituição se arreigue, e que não seja lus de phosphoro, que não aqueça, e acaba logo.

Aproveito a occasião de agradecer tambem a V. S.<sup>a</sup> o trabalho q. teve de remetter-me o rol dos livros de sciencias

---

1927, p. 8, nota 4). Convocadas assim desde 1824, as Côrtes só se instalaram a 6 de Maio de 1826, embora fosse 3 o dia marcado pela Constituição (art. 18).

(2) Domingos Borges de Barros "foi eleito senador quando viajava pela Europa e apesar de ter escripto aos seus amigos empenhando-se para que não o contemplassem na lista triplice". Empossado, "fallou uma só vez para agradecer a seus conterraneos o voto que lhe deram, e ao Imperador a escolha, e retirou-se, sem comparecer mais á camara" (S. Blake, Dicc. Bibl., v. II, p. 196).

(3) Da "Acta da eleição" consta que foram recolhidas 175 listas com 18 nomes, vindo o de José Bonifacio em ultimo lugar. Na eleição de deputados foi o sexto dos 13 votados (A. Peixoto, l. c.).

(4) Ao escrever a carta tinha José Bonifacio 61 annos de idade. Só voltou ao Brazil em 1829. Morreu em 1838.



naturaes na outra carta antecedente, que por desgrça minha a perdi não sei como. Tenha V. S.<sup>a</sup> saude, e ponha-me aos pés da sua Ill.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> que me dizem muito soffre como eu dos frios deste destemperado clima. (5) Tenho a honra de ser com toda a veneração

Coderan (6), 23 de Outubro de 1824.

De V. S.<sup>a</sup>

Atto. venor. e cro. mto. obro.

JOSE' BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA

---

(5) Já se viu na nota 2 que Domingos Borges de Barros tambem se achava por essa epoca na Europa.

(6) Cauderan, a tres kilometros de Bordéus.



# O canto dos brinquedos

De manhã bem cedinho,  
Manhã sadia  
de talco e de sabonete,  
manhã gostosa da grande fatia  
e da terrina de leite...

ha uma esperteza elastica de espreguiçamentos na luz  
e uma nota de metal nos pregões

Verduras!  
Jornaes!

pregados nas ruas  
com prégos de sol,  
como cartazes balançando num balanço azul, azul...

Bão-balalão  
senhor Capitão,  
espada na cinta,  
ginête na mão...

Um pulo da rêde no chão.

A rêde era de neblina  
leve e immensa,  
immensa e fina,  
suspensa  
entre as arvores grandes  
ainda cheias de noite, cheias  
de tetéias, de teias



vidradas de aranha, e todas brilhantes  
dos cabellos do nênem doirado na sombra verde.

E o sol creancinha que dormiu na rêde  
veio brincar nas relvas felpudas do jardim inglez,

Some sunny day...

Oh! yes!

emquanto a fria miss  
de frios óculos de tartaruga e vestido frio de giz

A lua...

friamente lia  
uma historia fria  
de pastores, tennis, chás, biblias e...  
E o darling côr-de-rosa e doirado  
péga numa bola fôfa e quente de luz-lã

e

Bate aqui, bate alli, bate acolá... Cuidado!  
Vlan!

a bola sobe: bole o store da janella.

E a bola amarella  
entra na casa acordada, na casa de avental.

Baile matinal  
das vassoiras  
espevitadas como mocinhas loiras  
e dos espanadores cautelosos,  
respeitosos,  
procurando os cantinhos  
empoados como velhinhos...  
Baile da poeira,  
baile do ar visivel na luz horizontal...

Entra a bola e bate num espelho de cristal  
e pula do espelho e salta na cal da parede  
desdobrando seus sete gomos

Vermelho — laranja — amarello — verde —  
azul — anil — rôxo...



E tudo se illumina.  
As janellas são chromos  
lustrosos pendurados nas paredes de scenario.

Grande pantomima  
No Theatro Guignol!

E' aquelle recanto claro  
dos bebês que a bola de sol  
enverniza de repente;  
é a nursery-bazar que fica lá em cima,  
na mansarda, lá em cima,  
bem longe da terra, bem perto do céu...

Os bebês acreditam num céu europeu  
porque vem nos livros e é baixo: é um céu  
todo feito de telhas obliquas e pardas  
com chaminés largas  
para as cegonhas de óculos e pernas de páo  
pôrem ovos na Paschoa e São Nicoláo  
despejar brinquedos no Natal barbudo de algodão...  
mas não acreditam no céu de verdade,  
no céu de Papae-do-Céu, no céu-simplicidade:  
nesse, não,  
porque é muito alto. Alto? Mas a gente alcança  
bem simplesmente, de mãos-postas...

Ave

(A a-za da a-ve.

A e-ma é u-ma a-ve.)

Maria

(Ma-ri-a ti-ra a ca-ne-ta de Ro-sa.)

Cheia

(Minha chic'ra de leite)

De graça

(Papae diz que custa caro)

O Senhor

(eu chamo elle de você)

E' comvosco...



Bemdicto é o menino de nata e de rosa:  
elle é um grande bombom que se funde num beijo.  
Seus olhos riem uma risada gostosa  
e seu corpo de bola tem um rithmo de berço.

Um — dois!

Um — dois!

E seus olhos e seu corpo atiram-se para  
o canto colorido dos brinquedos...

Repara  
naquella grande caixa!

Um, dois! Um, dois!

Frente-ordinario-marcha!

SOLDADINHOS DE CHUMBO fundidos  
na caldeira de Pedro Botelho,  
esmaltados de azul e vermelho,  
de bigódes-nankim retorcidos,  
alamares, dragonas, esporas...

Em mil novecentos e quatorze  
não havia talvez tanta pose...  
Patatí, patatá... Ora bolas!

Olha  
a BOLA,  
a bola tola,  
boba, ôca  
como um "oh"  
que sâe da bocca  
de um basbaque  
e bate e vae de baque em baque...

Quem pate palmas? Homens de fraque  
gordos e bons, homens-bola, montae a claque  
e palmas! palmas! que este mundo é uma bola  
que rola e rebola  
ha 6.000 annos, mas que agora



precisa pular,

pular no ar!

Quem bate palmas? — Quem ha de ser?...

POLICHINELLO... Naturalmente: o bonachão.

Nariz judeu, setins, galões e lantejoulas

“Respeitavel publico!”

e um prato de latão

em cada mão.

Tchém!

Aperta com força a barriga, com força,

que elle ha de bater os braços, por força...

Tchém!

Braços para a lavoura?

Deixem a fome apertar e verão...

Ninguém vive de brisas... Ninguém?

E o PAPAVENTO? Flôr de papel,

rosa-dos-ventos,

fria girandola,

Vira e gira,

gira e vira

como um gira...

futil farandola

de pensamentos,

frivolidade que a gente

leva sempre na frente

para inglez vêr...

OH! TEDDY-BEAR!

Urso mollengo e fôfo de pellucia, urso obediente,

commodo e bom, que fica sempre como a gente quer!

Oh! Teddy-bear!

“Dança, meu urso!” Um cigano de brincos e

[pandeiro

ergue o braço pelludo e num dolente bamboleio



o bicho bambo balança,  
balança e dança  
a dança da pança,  
a dança do umbigo.

Pingam nikes tilintantes no pires. — “Meu  
[bom amigo...”

E os dois se afastam.

“De amigos bons estimação se faça...”

Classico bicho de feira e circo-de-cavallinhos!

Hop! hop! CAVALLINHO! Hop! hop!

Cavallinho-de-páo, a galope!

Cavallinho-de-páo que escapou de qualquer  
giro centrífugo de algum carrocél.

Carrocél das horas em torno da vida:  
horas brancas, horas negras... Mas na roda  
[espavorida,  
no giro vertiginoso todas ellas são eguaes,  
todas ellas são cinzentas... Cinza só,  
pó,  
nada mais.

Velocidade de film.

Heróe do Texas — Tiros — Crimes —

Indios vermelhos com pennas na cabeça de falcão...

Um repuxo de pennas na palma da mão.

PETÉCA. Um tapa — ascensão.

E a terra — attracção.

Quéda. Pe-téca. Peté-ca. Pe-té-ca.

Altos e baixos da vida... “Que a vida  
é luta renhida,  
viver é”... jogar  
petéca. Pe-té-ca!

Que somos nós? A aspiração  
inutil de um peso que tende para o chão  
erguendo um topete ridiculo no ar...  
Petécas... Que pena! Paciencia...



O PUZZLE paciente. Cubismo. Arlequim.  
Sob a lampada grande da mesa  
um nenêm quebra a cabeça.

E' assim (Quebra-cabeça), não é assim...  
Pilhas de cubos, parallelepipedos polychromaticos  
(Transito prohibido!) esparramados sob os  
[dedos comicos,  
desastrados. Desastre! Circulez! Mas, de va-  
[gar...

E os cubos lithographicos de estampas cortadas  
confundem-se como cartas baralhadas,  
empurram-se, abrem alas, dão passagem, acomodam-se afinal  
e pouco a pouco a gente  
entende perfeitamente, perfeitamente.  
Bebê é artista...

Os criticos espiam um quadro cubista  
e dizem: "E' original".  
Mas, entenderam? Qual!  
Têm a cabeça dura, pyramidal,  
parallelepipedal:  
nunca acertam com a bola...

BILBOQUET. Globo terrestre.  
Geographia sem mestre.

Embóca-bola!  
Embóca-bola!

A terra...

Na janella aberta, a chaminé de uma usina  
prende o sol por um fio de fumaça fina,  
longa...

... a terra é redonda,  
ligeiramente achatada...  
e... e... furada num pólo para ficar  
espetada no eixo... e com um barbante em cima  
para não cahir no chão...



Embóca-bola!

Embóca-bola!

... é redonda que nem um zéro no boletim e gira  
que nem um...

PIÃO.

Delirio da velocidade silenciosa. Pião.

Uma fieira no ar, uma elipse tonta  
e a ponta  
firme, fincada no chão.

“Finca o pé na pampolinha...”

Peão? Ninguém mais anda a pé. A estrada é  
[fina: um fio de linha...

Motor immovel. Nenhuma trepidação.

Velocidade silenciosa. Si-len-ci-o-sa...

Fios, fiapos de paizagens luminosas  
esgarçadas no ar pelos ventos  
descabellados, violentos.

Estrias, listas, fitas, fibras  
esticadas, de côres vivas,  
enrolando-se num carretél pneumático...

DIABOLÔ. Magica diabolica,  
exotica,  
estrambotica;  
jogo fleugmatico,  
mephistophelico,  
enygmatico,  
tetrico!

Entre dois postes, sobre o fio electrico,  
ora sobe a lua symetrica,  
ora desce o sol geometrico:  
duas rodélas systematicas...

Diabolô... O Coisa-ruim! Cruzes! Que medo!  
Figa! — Mas, a mascotte  
côr-de-rosa, o amulêto...



FUM'S UP! Deusinho nú, gorducho, barrigudo,  
de craneo pontudo,  
um immenso laçaróte  
nas costas e ameaças de azas nos hombros  
redondos;

quatro dedinhos para baixo e um para cima —

Mindinho

Seu-vizinho

Pae-de-todos

Fura-bolos

e

Fum's up!

Mata-piolho

Fura-bolos

Pae-de-todos

Seu vizinho...

(Quem é aquelle homem? — Não é ninguém:  
deve ser o vizinho de alguém...

Ha tanto seu-vizinho neste mundo...)

Fum's up! O' Pequeno Pollegar!

Mas... O Gigante-das-botas-de-sete-leguas ahi vem:  
o somno, o bom gigante  
que leva a gente num segundo,  
num instante,  
para bem longe, para muito além  
do paiz mechanico

Capital, Nüremberg...

e que a gente segue  
sem querer — cambaleando  
cochilando  
cabeceando  
bocejando

a e

i

o u



pestanejando...

E' o João Pestana

Nanan...

pisca-pisca e mundo

que vende areia na França

Nanan...

e vem aqui lixar de noite as nossas palpebras

com uma lixa de areias ásperas

até que fiquem transparentes, transparentes

e a gente possa vêr de olhos fechados tudo

o que está alli... alli na frente...

tuuuuudo... ooooo... queeeee...

Na... nan...

Olha! Rataplan, plan, plan!

Trá-lá-lá!

Rufa o tambor! Toca a corneta! Tudo junto

para o galope final!

Grande parada de espavento!

Tocou a corneta! Rufou o tambor!

Em fórmula! Tudo junto!

SOLDADINHOS-DE-CHUMBO —

BOLA — POLICHINELLO — PAPAVENTO —

TEDDY-BEAR — CAVALLINHO — PETÉCA —

PUZZLE — BILBOQUET — PIÃO — DIABOLÔ —

FUM'S-UP!

Tocou a corneta! Rufou o tambor!

Tudo decambulhada!

Um, dois! Marcha!

Bate, pula!

Tchém!

Gira!

Dança!

Hop! a galope!

Préga um tapa, vóia e baixa!

Parallelepipedal!



Embóca-bola!

Assovia e vira!

Rola e sobe, desce e rola!

O' Pequeno Pollegar!

Tudo... Tudo de cambulhada!

FUM'S-UP — DIABOLÔ — PIÃO — BILBOQUET —

PUZZLE — PETÉCA — CAVALLINHO —

TEDDY-BEAR — PAPAVENTO — POLICHINELLO —

[BOLA —

SOLDADINHOS DE CHUMBO — e...

PsIU!

... este livrinho...

PsIU!

Rio, Novembro de 1924.

GUILHERME DE ALMEIDA



# A questão economico - financeira e a revolução

## 1. A crise, suas causas e efeitos

Ensarilhadas as armas em 24 de Outubro pela intervenção da Junta Pacificadora, cabia, como coube, aos nossos revolucionarios delicada tarefa: a solução do problema economico-financeiro.

Filho da crise universal, foi este problema, sem solução até então e — o que foi peor — aggravado, como todo o mal que não é atacado com decisão e acerto, que mais poderosamente contribuiu para o exito revolucionario, não só no Brasil como nos diversos paizes da America do Sul.

Porque generalisado esse exito? Por méras questões politicas ou de fórmula de politica, como pretendeu, para justificar a victoria da revolução brasileira, uma das figuras mais debattidas do nosso mundo politico?

Não. Pela falta de solução e consequente acuidade daquelle problema, que trouxe para todos os povos deste continente, onde sempre se viveu á larga e, por isso mesmo, sem o espirito economico, o reverso da medalha: a ruina, o desmantellar de fortunas e as privações para todas as classes, especialmente para quem aluga o seu trabalho para a sua subsistencia.

A solução do problema não consiste — é claro — no Brasil, como em todos os outros paizes attingidos pela crise e os seus efeitos, no retorno subito, que seria miraculoso, ao mesmo estado de prosperidade anterior á crise.

A crise, pela sua natureza, é fulminante. A de Outubro de 1929 ainda o foi mais. Na razão directa da sua intensidade tinha de ser o effeito de causa tão violenta. E esse effeito,



impropriamente denominado crise, numa falsa noção do significado da palavra, é o tal problema economico-financeiro, que outra coisa não é senão o "reajustamento" a um novo padrão de vida, depois de uma hecatombe de valores e de preços. Portanto, mesmo na America do Sul, se examinarmos com atenção, nós verificaremos que, nos paizes melhor aparelhados, tem sido mais suave aquelle reajustamento sem as revoltas e revoluções. Já os maiores, mal aparelhados, com maior capacidade, pelas suas chamadas "possibilidades", para contrahir dividas e, por isto mesmo, clientes mais assíduos do credito externo, mais rebeldes tem sido ao reajustamento e essa rebeldia foi gerando as rebeldias, centelhas das revoluções que explodiram e venceram.

Ahi está porque, nestes paizes novos, sem reservas proprias, **POUCO AFFEITOS AO USO NORMAL DO CREDITO INTERNO, COMO ARMA DE DEFESA SENSATA DA SUA PRODUÇÃO**, habituados a appellar, para a solução das suas crises periodicas como para a cobertura dos seus deficits orçamentarios, para o credito externo, maiores tem sido as consequencias da crise de 29. E porque? Por que esta crise nada mais foi de que **UM COLLAPSO DO CREDITO INTERNACIONAL** no maior mercado monetario mundial!

Provocado este colapso para a redução do custo da vida, como pretendem uns? Originado do recurso demasiado ao proprio credito para financiamento e valorisação artificial das materias primas ou de outros productos, como querem outros? Pouco importa. Basta que saibamos e fixemos este ponto: a crise de 29 foi o colapso do credito internacional.

Não nos desviemos da nossa rota, alongando-nos na apreciação das consequencias immediatas dessa causa: a emigração precipitada do ouro para as arcas dos seus respectivos paizes; a sua má distribuição actual e, o que é mais lamentavel, a sua inercia, reduzindo "ipso facto" a capacidade acquisitiva internacional, aggravada a seguir pela guerra alfandegaria, deflagrada entre as nações em principios de 1930.

De passagem, ellas indicam, e bem claramente, que o **RETORNO INTEGRAL AO ANTERIOR BEM ESTAR DO MUNDO**, o maior intercambio entre as nações, o augmento das suas respectivas rendas e o consequente expurgo dos deficits orçamentarios generalisados dependem principalmente de uma coisa: do **ARMISTICIO ADUANEIRO**, que trará como consequencia immediata o franco restabelecimento do credito internacional. Este não será restabelecido sem aquelle, porque a



guerra aduaneira e a expansão do credito mundial são antagonicas, não podem coexistir, como é facilmente comprehensivel. E qual o maior impedimento para este auspicioso armisticio? A nova Torre de Babel economica: a politica ultra-proteccionista hoje alastrada, qual epidemia, entre as nações, na estulta pretensão de bastarem-se a si proprias, reduzindo o seu intercambio ao minimo indispensavel. Iniciada na America do Norte, onde tambem se deu o abalo scismico do credito em Outubro de 29, praza aos ceos que a torre moderna tenha, quanto antes, a sorte da sua original...

A crise universal — desculpem-nos a repetição — foi pois a syncope do credito no seu centro irradiador, determinando pelo mundo afóra: a baixa de valores e de titulos para a solução dos creditos que os bancos cortaram ou reduziram, o retrahimento na producção manufacturada com a consequente baixa das materias primas e elevação do numero dos “sem trabalho”, e um accumulo de stocks de producção agricola ou extractiva que, desenvolvida ou achando consumo facil pela inflação anterior do credito mundial, tornou-se superabundante ou, pelo disco moderno, super-produccção, ANTE UMA CAPACIDADE ACQUISITIVA CADA VEZ MENOR E PROPORCIONAL A’ REDUCÇÃO OU EXTINCÇÃO DO CREDITO!

O novo equilibrio economico-financeiro mundial, mesmo a um padrão menos desenvolvido do que o anterior á crise, depende sobretudo, depois do choque soffrido, de uma mais ampla largueza de vistas na politica financeira actual, cujo rigorismo ou cujo egoismo acanhado e vesgo estão provocando a propria ruina financeira das nações pelo estrangulamento da economia de cada uma no cerceamento do seu intercambio.

Tal a crise universal, as suas causas, os seus effeitos e as suas consequencias em outros e no nosso paiz. Taes as razões do paradoxo da actualidade: a miseria, expoente das privações modernas, ante a abundancia, cognominada super-produccção, como expoente do daltonismo financeiro da epoca!

E o nosso Brasil, como estava preparado para enfrontal-a? Pessimamente, porque, com alguma antecedencia, já estava soffrendo os effeitos da sua crise interna, que estalou em Setembro. Porque? Pela mudança brusca e abrupta da sua politica economica com relação ao café que, só lentamente e por etapas, devia ir baixando para, sem o panico que provocou arrastando comsigo a confiança interna e externa, poder produzir



os effeitos visados pela nova orientação: o augmento de cambias como esteio da estabilisação.

Foi um erro de visão lamentavel que, abalando profundamente a nossa estrutura economica, produziu effeitos contrarios aos esperados.

E qual a arma empregada para perpetrar-o? A do CREDITO, recusado, em momento dado, pelo Banco do Brasil ao Banco do Estado de S. Paulo que tinha a seu cargo o financiamento, o suporte da columna mestra da nossa exportação.

Foi, portanto, um collapso de credito no paiz que, fazendo baixar violentamente o café, reduziu o valor ouro da nossa exportação contra um mesmo volume exportado e, reduzindo o valor ouro da nossa exportação, reduziu a nossa capacidade importadora, reduziu as nossas rendas e deitou por terra com o plano da estabilisação da moeda, tudo, infelizmente, de inteiro accôrdo com a entrevista que em 7 de Dezembro de 1929 concedemos ao "Diario de S. Paulo". Se tivesse havido da parte de quem ideou o "novo plano" estabilisador da moeda, baseado na baixa brusca do café, a indispensavel visão do conjuncto, elle não teria sido posto em pratica.

Porque? Porque a questão não se resumia apenas em baixar subitamente o preço do café para vender mais. Nella entrava um facto importantissimo que não foi tido na devida consideração: o retrahimento da procura, a sua natural dissimulação ante uma baixa brusca e uma offerta desregrada, retrahimento e baixa que, conjugados, deram como resultado o inverso do que se calculára. Mas — perguntarão — ante a crise mundial que estalou no mez seguinte, a 18 de Outubro, tinha o Brasil recursos para, por uma sabia politica economica e de credito, ir gradualmente se adaptando, sem mais serias perturbações, ao novo estado de cousas? Sim, tinha: um encaixe de cerca de setecentos mil contos de réis no Banco do Brasil, dez milhões de esterlinos intactos que cobriam com vantagem apreciavel o descoberto cambial existente, um optimo saldo de disponibilidades por creditos a utilizar sobre diversas praças externas e — o que é mais interessante — concluido antecipadamente em 1.º de Setembro de 1929, com a entrega de um milhão de libras ao Governo federal, todo o serviço da divida externa e compromissos no estrangeiro do Governo, do mesmo anno de 1929. Alem disso, o saldo "CREDOR" do Thesouro federal no Banco era de 170 mil contos approximadamente, saldo a ser accrescido pelas rendas aduaneiras ouro de Setembro, Outubro e Novembro, cujas arrecadações então não viriam,



pela conclusão do serviço da divida externa daquelle anno, concorrer no mercado cambial até fim de Dezembro! Não nos faltavam, pois, elementos de defesa, o que quer dizer que fomos batidos com todos os trunfos na mão, UNICAMENTE PELA MUDANÇA DE POLITICA ECONOMICA SEM AS DEVIDAS CAUTELAS E PELO COLLAPSO DO CREDITO!

Pela adopção daquelle ponto de vista cambial e pela maneira como elle foi posto em pratica destruíram-se todos aquelles elementos de defesa!

Lamentavel erro de visão. Recordamol-o, não para recriminar quem quer que seja, intuito que nem seria nobre nas circumstancias actuaes, mas, como these, unicamente para demonstrar que o nosso paiz soffreu duas crises consecutivas, a interna e a externa, ambas da mesma natureza: COLLAPSO DO CREDITO! Enfraquecidos pela primeira, e por isso já impossibilitados de resistir melhor aos effeitos da segunda, penosa havia de ser esta já prolongada convalescença, este penoso problema economico-financeiro.

Em taes condições, o Brasil, como alguns outros paizes da America do Sul, tornou-se terreno propicio para as fermentações politicas que degeneraram em revolução victoriosa, não porque os revolucionarios de 1930 fossem mais adextrados de que os mesmos de 1924, nem maiores fossem os vicios do regimen republicano no ultimo quadriennio, MAS, PORQUE IMPOTENTES PARA ATTENUAR OS EFFEITOS DA CRISE os responsaveis de então deixaram que se intensificasse aquelle problema e o mal estar delle decorrente.

E assim nasceu a chamada Republica Nova, como da crise economica, proveniente da abolição da escravidão, nasceu a Republica de 89, que houveram por bem denominar de velha aos seus verdejantes 41 annos incompletos! A abolição da escravidão em 88 determinou nas classes conservadoras, pela perturbação economica resultante, o mal estar, o descontentamento que fizeram com que — como reza a historia — o povo assistisse indifferente e bestificado á queda da Monarchia, sem resistencia.

As modificações politicas e sociaes, como se tem visto no Brasil e alhures, são como as sementes que não germinam em terras safaras. Ellas só tem germinado em terras revolvidas pelo arado de uma crise economica e fertilisadas pelo adubo do mal estar della oriundo!



Deste rapido estudo das causas e effeitos da crise, no terreno economico primeiro e, a seguir, como consequencia, no terreno politico, concluimos:

- a) que o Brasil soffreu duas crises consecutivas, de penosa convalescença;
- b) que ambas nada mais foram senão crises de credito, de effeitos profundos;
- c) que o mais poderoso factor para a victoria da revolução de Outubro foi o aggravar-se, sem solução adequada, o nosso problema economico-financeiro.

Como o medico para combater a febre precisa pesquisar as causas desse effeito para, por um seguro diagnostico, debellar o mal e não aggraval-o por tratamento contra indicado, tambem os revolucionarios **E PRINCIPALMENTE OS SEUS TECHNICOS FINANCEIROS** deveriam ter feito preliminarmente — mas os factos negam — um exame mais aprofundado:

- 1.º) — da verdadeira causa que determinou o seu rapido exito de Outubro;
- 2.º) — da causa ou causas exactas que determinaram o nosso problema economico-financeiro, que um diagnostico errado está encaminhando cada vez mais para um becco sem sahida!

Que este exame, a rigor, não foi feito affirmam os factos. E como o affirmam? De dois modos. No terreno politico, porque ainda não parece ser ponto pacifico entre os revolucionarios de diversos matizes, de que a falta de solução daquelle angustioso problema tenha sido a bandeira que operou o milagre de congregar, em torno de si, elementos os mais heterogeneos e que hoje, se degladiando, demonstram a sua incompreensão, o desconhecimento do verdadeiro commando unico que os conduziu á victoria. **NO TERRENO FINANCEIRO**, pelo estudo incompleto da origem real do problema a resolver. Provas? A palavra official, do Snr. Ministro da Fazenda, em recente entrevista, attribuindo só á super-produção, á retenção do café a **CAUSA UNICA** dos nossos males, como se identicos males, diminuição de rendas, deficits, etc., não affligissem igualmente outros paizes que não produzem um só grão de café, nem dispõem ou dispunham de



Institutos de retenção! Ora, encarando (?) o problema dentro de um circulo tão acanhado e limitado, não seria de estranhar que, na Republica Nova, nestes ultimos seis mezes, elle se aggrasse, como se aggravou espantosamente, por toda a sorte de medidas desconnexas que bem revelam uma cousa: a falta de comprehensão da complexidade do problema e da correlação intima dos seus multiplos factores. Dahi, as novas angustias de uma dura e mais prolongada convalescença.

E o que nos revela ainda de sensacional aquella entrevista? Que a depressão cambial actual, a diminuição de rendas e o desequilibrio financeiro della oriunda não se podem attribuir ao Governo deposto. Porque? Por que, affirmando ella que, com a emissão de 200 mil contos de obrigações, apenas 2/3 dos 300 mil contos autorisados, **TODOS OS PAGAMENTOS ATRASADOS ESTAVAM EM DIA**, isto quer dizer — e disse indirectamente — que a divida por solver, deixada pelo Governo deposto, não contribuiu para o “record” da baixa actual do cambio, nem para a maior e progressiva diminuição das rendas por conseguinte, nem tampouco para o desequilibrio orçamentario actual, fructo da casa dos 3 d, para a qual nos mudamos desde o fim de fevereiro. Não se admittindo, como ninguem póde admittir, que o “leader” financeiro da Republica Nova tenha faltado á verdade ou seja capaz disso, nós teremos de admittir que á falta de visão do conjuncto do problema em fóco, patenteada naquella entrevista, deve-se attribuir o progresso franco dos nossos males, originado de uma therapeutica baseada em diagnostico incompleto e naturalmente falho.

A agua na fervura da “effervescencia politica” consiste — repetimos — em resolver o problema ou encaminhal-o convenientemente e de modo palpavel para uma solução concreta. Aggraval-o, como se está fazendo, por medidas inadequadas, desconnexas e isoladas, é crear o ambiente propicio, é estimular as fermentações politicas que tanto aproveitaram aos revolucionarios, é afiar a espada de dois gumes, é desfraldar ao vento do descontentamento a bandeira miraculosa...

Vale a pena, como dever patriotico (porque as revoluções não podem ser annuaes ou semestraes como as liquidações das casas commerciaes para se livrarem dos seus alcaides) estudar os erros dos financeiros da revolução, expôl-os com franqueza e lealdade para que sejam emendados.

Nós veremos nesse estudo como, longe de se encaminhar para uma solução, as novas medidas tem complicado o pro-



blema, levando o cambio a 3 d e desequilibrando o orçamento, fructos amargos de tão infelizes medidas.

E' o que faremos, sem personalisar a questão, mas analysando apenas os factos.

## 2. O credito

Uma syncope de credito interno, para determinado fim, determinou a nossa primeira crise, apesar das nossas optimas disponibilidades de então.

Uma syncope de credito externo, um mez após, determinou a nossa segunda crise, com uma serie de medidas que, mal conjugadas, desbarataram aquellas disponibilidades.

Se, na origem de ambas as crises, O CREDITO DESEMPENHOU PAPEL CAPITAL, é claro que — excluida, como deve ser, a possibilidade do credito externo — pelo *credito interno*, justo, medido, adequado ás nossas necessidades reaes, E' QUE DEVIAMOS COMEÇAR A LEVANTAR AS FORÇAS deste nosso paiz enfraquecido.

Que se fez nestes seis mezes, para o RESTABELECIMENTO DO CREDITO ENTRE NO'S? Nada, porque a nada equivale a carteira de redesconto, nos moldes da que foi ressuscitada, extra Banco de emissão. Porque não se utilisou desse Banco como se devia? Mystério. Receios de baixa cambial? Talvez.

Mas, PELA FALTA DE CREDITO abandonou-se a producção á propria sorte e o resultado foi peor: A BAIXA DO CAMBIO PELO AVILTAMENTO DESSA MESMA PRODUÇÃO!

Ora, producção sem credito razoavel e justo, é producção em leilão, adquirida por quem mais offerecer, sob a pressão do martello cambial!

Producção em leilão é dinheiro sem valor, é baixa de cambio, é diminuição de todas as rendas, aduaneiras inclusive; é o deficit. O café da Colombia vale mais de que o nosso, dizem que pela sua fina qualidade. Só por esse predicado? Não, porque, mesmo guardadas as proporções de qualidade, lá ha credito; aqui não.

Que diz, porem, a ultima entrevista do Snr. Ministro da Fazenda? Que a nossa crise se originou da super-producção e retenção do café. Tão sómente! Dahi, desse diagnostico falho, incompleto: a compra dos stocks retidos nos reguladores, POR NO'S MESMOS, panacéa que não cura, aggrava.



No entanto, um exame menos perfunctorio da situação mundial demonstra a accumulção de stocks de outras mercadorias em outros paizes, ou quando não de mercadorias, de braços “sem trabalho”, accumulções ambas originadas pelas causas que já estudámos e que seria ocioso repetir.

Se o consumo de café, apesar da crise e dos impostos que substituíram nos paizes importadores a baixa dos nossos preços, não diminuiu, o MELHOR AMPARO QUE SE LHE PODERIA DAR CONSISTIRIA NO CREDITO. Rasoavel, severo na sua applicação para evitar a inflação prejudicial, o CREDITO teria sustentado as cotações dos nossos productos exportaveis, senão opposto um dique á sua baixa precipitada, amparando, por sua vez, o valor da moeda — o cambio.

Pois bem: o credito tem sido letra morta. A moeda, creada para servir-o, se putrefaz nas caixas-fortes sepulchraes, e dahi a inanição lenta da nossa economia em agonia. Allegar, como protellação de medida tão PRIMORDIAL, que devia ser o 1.º mandamento da Lei do reerguimento nacional, que se esperava a vinda, para ajustal-o, do representante dos nossos banqueiros, não seria justificativa acceitavel. Seria pueril. Seria deitar por terra a fama notoria de banqueiros, dos nossos “leaders” financeiros. Seria admittir que um banqueiro estrangeiro, de merito indiscutivel embora, recém-chegado pudesse conhecer melhor do que elles as justas necessidades de credito nacionaes. Seria, emfim, a velha historia do cavallo do inglez...

Donde se conclue que um diagnostico errado é o responsavel directo pelo tratamento errado, que está difficultando e complicando mais e mais a nossa convalescença, podendo occasionar uma recahida que seria a nossa terceira crise!

### 3. O cambio

Paiz sem credito é paiz praticamente sem moeda. E' o credito que regula a circulação e anima a moeda. Onde não ha credito, na accepção do termo, não ha circulação. Ha immobilisação, estagnação de encaixes bancarios, uma das causas deste paradoxo: a escassez de numerario simultanea com a baixa de cambio, que é a depreciação desse mesmo numerario! Escassez e depreciação, duas cousas que se repellem no entanto. Co-existem, porem, porque a escassez no mercado de dinheiro provêm da sua procura accentuada, constante e premente, para satisfazer a inflação sempre crescente dos seus succedaneos as



sub-moedas-bonus e obrigações estadoaes e federaes. Ante a pressão desta procura, o dinheiro NAS SUAS RELAÇÕES INTERNAS, nas transacções de titulos, immoveis e mercadorias EXPORTAVEIS sobretudo, mantem ainda, pelo seu natural retrahimento, o seu valor em alto gráo e o seu poder acquisitivo, caracteristicos que tornam-se negativos, pela depreciação cambial, NAS SUAS RELAÇÕES EXTERNAS, pela depreciação dos nossos productos exportaveis, como ficou dito. Sem o *credito*, cuja politica abrange o “controle” do mercado de dinheiro, este representa, como agora, uma miragem! Quem o tem é ficticiamente rico, porque a sua pobreza segue, passo a passo, a baixa cambial. Quem não o tem é pobre tambem, porque, pela escassez já explicada, se precisar tirar a prova dos nove da sua pobreza, basta tentar negociar os seus immoveis, os seus titulos ou a sua producção, cotejando-os no mercado monetario. E este outro paradoxo: a escassez de numerario e a baixa das taxas de juros abonados pelos Bancos? Poderão allegar os inimigos do uso do *credito*, que confundem uso com abuso, credito com inflação de credito, que a baixa das taxas de juros seria uma prova de que ha dinheiro demais para as necessidades do paiz. Poderemos lhes responder desde já o que dissemos de inicio: “PAIZ SEM CREDITO E’ PAIZ PRATICAMENTE SEM MOEDA”. Se é o credito que deve creal-a e regulal-a, não existindo aquelle, toda a moeda em circulação e desgovernada, ainda que fosse mais diminuta, seria demasiada, porque demasiado é tudo quanto não desempenha a sua exacta finalidade. Mas já vimos porque ella não é demasiada.

Continuemos. Não desempenhando a moeda a sua precípua finalidade — servir o credito — os Bancos, embora contribuam para a escassez de numerario pela elevação anormal dos seus encaixes, o depreciam reduzindo os juros abonados, justamente por dois motivos:

- 1.º) porque acham prudente conservar altos os seus encaixes e precisam tornal-os menos onerosos;
- 2.º) pela precariedade e oscillações dos seus depositos ante a acção continua das sub-moedas á cata de numerario.

Porque elles assim procedem? Por desconfiança. Porque confiam mais nos seus grandes encaixes, apesar do sacrificio dos seus dividendos e do valor das suas acções, de que no



amparo, a que teriam direito, e na acção creditoria e coordenadora do principal Banco do paiz, se necessario fosse.

A ausencia de credito, alem de determinar todas as anomalias apontadas e de gerar a desconfiança, contribue para a baixa de cambio PELO DESAMPARO DA PRODUÇÃO, como já expuzémos.

Desobedecida, pois, a urgencia do primeiro mandamento — ORGANISAR O CREDITO — preparada estava a baixa cambial! AHI ESTA' A SUA PRIMEIRA CAUSA. Ha outra: o erro do diagnostico que nos levou á panacéa da compra do café. De que fórma a compra do café tem contribuido como elemento de baixa cambial? Desde que ella se annunciou, pelo retrahimento da procura, pela sua dissimulação muito natural, ante a fórma como um grande stock iria passar "TEMPORARIAMENTE" ás MÃOS DO GOVERNO, esta palavra só — Governo — que sôa tão mal aos ouvidos dos nossos maiores consumidores de café. Não, porque elles sejam contra o "nosso" Governo, mas porque a educação bancaria e commercial norte-americana, conscia da sua capacidade e conhecedora, pela experiencia do passado, dos inconvenientes da acção governamental, receia qualquer negocio, cuja solução ou perturbação dependa de Governo. Notem bem: de Governo! Razoavel esse retrahimento? Sim, porque, a qualquer momento, A HISTORIA DAS NOSSAS CONSIGNAÇÕES DE CAFE' nos mercados consumidores pôde se repetir e, ante a probabilidade de uma maior e mais facil offerta, a procura se retrahe. Quem sabe se essa HISTORIA, em menor escala, já não é uma das fontes de perturbação no café e no cambio?

Outro factor para o retrahimento da procura, ligado ao decreto da compra do café: a entrada dos cafés da nova safra que vae alterar a nossa offerta como QUANTIDADE E QUALIDADE. Quem, consumidor americano, podendo comprar cafés novos, preferidos, vae se abarrotar de cafés velhos que o proprio decreto do Governo deprecia? E porque elle ha de activar a sua procura quando taes cafés chegarem a Santos, se elle compra cafés de productur SEM amparo de credito? Dahi, desses factos apontados, a diminuição de que já se resente ha mezes, e ha de se resentir o mercado de Santos das letras de cobertura, diminuição que ante a lei da offerta e da procura, que ainda não foi revogada por decreto, occasiona aquillo que os chronistas de cambio dos jornaes chamam, nas suas resenhas diarias: "A pressão exercida pelos exportadores..."



Ha outra causa da baixa cambial: as restrições fiscaes, IMPOSTAS DE INICIO, ao mercado cambial, restricções estas que, reconhecidas como a origem do mal, permanecem entretanto, platonicamente agora, para fins FISCAES!... Fiscaes, no sentido de continuar a receber dos bancos uma fiscalisação que poderá vir a ser feita; não fiscaes, os méros cumpridores do severo regulamento baixado com autorização do Snr. Ministro da Fazenda, que deste tiveram, como premio do dever cumprido, a pena de demissão!

Ha mais outra causa da baixa: a orientação infelicissima que o mesmo Snr. Ministro quiz imprimir ao mercado cambial, ou tolerou com a sua acquiescencia. Em vez de pouparem os 3 milhões de esterlinos legados no Banco, pelo Governo depositado, como saldo dos dez milhões, e mais outros tantos arrancados de modo pouco abonador para o nosso credito da Caixa de Estabilisação, taes recursos e mais um credito obtido de SEIS E MEIO MILHÕES de esterlinos foram lançados, EM PARTE, na fogueira cambial, porque — não nos esqueçamos — a recente entrevista do Snr. Ministro da Fazenda informou o Brasil e o Exterior de que NÃO HAVIA PAGAMENTOS ATRAZADOS. Se os pagamentos estavam em dia, EM 4 MEZES DE SERVIÇO DA DIVIDA EXTERNA FEDERAL não se podiam consumir 12 milhões de esterlinos! E' que bôa parte daquelles recursos teve naturalmente outra applicação: commetter o mesmo peccado de que era accusada a Republica Velha, somente numa escala mais modesta... Aquella era accusada pelos actuaes financeiros, na surdina, de manter as taxas artificialmente acima de 5, quasi a 6 d. Os neo-financeiros quizeram mantel-a artificialmente a 5 d (redondos, nada de fracções) pondo em pratica este processo de modo tão pueril, acompanhado de toda a sorte de hesitações, como, por exemplo, as TRANCAS FISCALISADORAS *PREVIAMENTE* COLLOCADAS NA PORTA CAMBIAL, que tiveram o dom de destruir a CONFIANÇA dentro e fóra do paiz!

Só depois de exgottados os recursos e o credito "STOP" dos seis milhões e meio de libras, só depois de 4 mezes de ARTIFICIALISMO, que só podia enganar aos seus autores, é que elle desappareceu e a calva cambial, pelo depilatorio adoptado, foi posta inteiramente á mostra!

O mais elementar bom senso aconselharia a immediata abertura do cambio livre, sem as hesitações do "ABRE NÃO ABRE" de Novembro todo.



Porque? Porque, ou a nossa situação era de cambio a 3 d e ella se definiria a seguir, SEM A RESPONSABILIDADE QUE HOJE PESA INTEGRAL SOBRE OS LEADERS FINANCEIROS, ou não teríamos cahido a 3 d, apoiados tambem pelo factor confiança, que SE EXTINGUIU PELAS PROPRIAS MEDIDAS DEMASIADO ACAUTELADORAS... E se fosse a primeira hypothese? Hoje não estaríamos exgottados, privados de uma parcella que fosse daquelles recursos que, cedido o mercado cambial o que tivesse de ceder, serviriam para reerguel-o, reerguendo a confiança, a EXTERNA SOBRETUDO, porque a TENDENCIA OU A PROBABILIDADE DE BAIXA CAMBIAL — é sabido — TAMBEM RETRAHE A PROCURA DO CAFE'. Porque? Porque a baixa do nosso cambio é a baixa do preço ouro do café, baixa desagradavel para o comprador estrangeiro o que nós todos, até leigos, facilmente podemos comprehender por esta pergunta: E' agradavel a alguém ter comprado hontem uma mercadoria que hoje está sendo offerecida mais barata? A defesa do comprador não está, neste caso, em comprar o minimo para soffrer menores riscos?

Ahi estão as principaes causas da baixa do cambio: a falta de credito no paiz; a má politica cambial, iniciada e proseguida depois da revolução; o decreto da compra do café e a desconfiança que as restricções cambiaes semearam. Estas — as restricções — não pela sua efficiencia material, MAS PELO SEU EFFEITO MORAL.

Reflectamos. Se, de accôrdo com a Lei, as restricções são medidas de excepção para momentos julgados opportunos pelo Snr. Ministro da Fazenda, é obvio que, se elle as autorizou e só permittiu a abertura do mercado de cambio depois de tal formalidade, OFFICIALISOU "IPSO FACTO" A MA' TENDENCIA CAMBIAL, ou pelo menos, com taes medidas excepçionaes, destruiu o factor moral importantissimo: a confiança!

E assim se aviltou a nossa moeda, o nosso agente de troca para a obtenção dos nossos productos exportaveis, com ella e por ella (sem credito) aviltados!

E assim os dispauterios apontados nos levaram ao cambio mais vil que jamais teve o paiz. E assim taes dispauterios, ante a impossibilidade de satisfazermos as nossas dividas externas a cambio tão aviltado, hão de levar o paiz, si já o não levaram, á humilhação de mais uma moratoria, disfarçada ou não,



para, graças á benevolencia estrangeira, podermos experimentar algum allivio nas taxas cambiaes!

Honra ao merito!...

#### 4. O systema fiscal

Peior de que nada é o que se tem feito em materia de impostos.

Longe de se procurar seguir novos rumos tributarios por um systema mais equitativo, o antiquado e confuso tem sido aperfeiçoado, pelo augmento desordenado dos impostos que SO' NÃO SÃO SUFFICIENTES PORQUE NÃO EQUITATIVOS, abrangendo indistinctamente a todos como devia ser.

O chamado sello proporcional foi augmentado de 50 %. Os impostos interestadoaes, verdadeiro entrave é circulação dentro do paiz da sua propria producção, receberam novo estímulo: a criação, annunciada pela imprensa, de postos fiscaes nas estradas de rodagem para que a presa não escape! Depois deste estímulo, um golpe de morte para 1932 — a sua abolição ora decretada, para que, certamente, a acção do fisco federal possa melhor exercer sobre a producção os seus tentaculos de polvo, eliminando por decreto a concurrencia estadual!

E que diremos agora do imposto chamado da renda? Que é iniquo, porque só recahe, com toda a sua dureza, nos que, por força das circumstancias tem os fructos do seu trabalho (nem sempre da sua renda) sob os olhos cubiçosos do fisco! Pois os seus defeitos vem de ser aggravados por um novo augmento, para tapar os buracos para os quaes não cooperamos, porque não contribuimos com uma só sequer das medidas já enumeradas para a baixa cambial!

Foi simplesmente augmentado. Simplificado, por acaso, nos seus methodos? Não. O systema confuso foi carinhosamente conservado. Basta dizer que elle é cobrado por tabella! (sem trocadilho)

O Estado de S. Paulo, como demonstram as estatisticas, sempre foi o mais sacrificado no pagamento de um imposto que parece ter sido creado só para elle! Teriamos nós paulistas o direito de esperar de um paulista na pasta da Fazenda já não dizemos — o que não seria digno — que nos tirasse a carga, mas que, em vez de nol-a augmentar, mantivesse o abatimento anteriormente concedido, e, por uma melhor arrecadação, obtivesse o que nos vae ser tirado ainda, de outros grandes Estados brasileiros, onde o fisco deve sêr dos mais clementes!



O augmento dos impostos só póde e deve ser acceitavel por um povo, quando os seus dirigentes financeiros houverem antes comprovado a insufficiencia dos meios indirectos empregados para augmentar as rendas. Por enquanto, o que está comprovado é que as rendas decresceram de Janeiro para cá, exactamente porque aquelles meios indirectos NEM FORAM TENTADOS! Qual o principal desses meios indirectos? O RESTABELECIMENTO DO CREDITO que teria sido um esteio da politica cambial, a qual, se estabelecida com mais criterio, não aviltaria a moeda, não aviltaria o valor da producção e não produziria, como consequencia, de fôrma alarmante, a redução das rendas do paiz. Preparemo-nos pois para pagar os erros para os quaes não contribuimos, desilludidos desde já dos effeitos dos novos orçamentos majorados, porque persistindo a causa — uma politica economico-financeira errada — os seus effeitos hão de nos levar ao circulo vicioso, ao novo augmento de impostos, não mais calculados a 4 d mas a 3 d, e assim por deante, até que tirem leite de pedra!...

### 5. As tarifas — Importação e exportação

E as tarifas? Não escaparam á regra. Tem sido majoradas, entravando naturalmente a nossa exportação. Que paizes, cuja exportação tenha como sustentaculo productos manufacturados, para os quaes todos os povos civilisados tem a mesma capacidade technica, tenham entrado na guerra alfandegaria, inda se admittiria e comprehenderia, pois as competições industriaes acabam sempre por degenerar em lucta armada ou aduaneira. Mas, o Brasil não! Para que ir nas aguas alheias? O nosso grande producto de exportação, apesar dos pesares, por enquanto ainda se póde considerar um quasi monopolio do Brasil. Ora, quem tem um quasi monopolio de um producto, não deve fazer o mesmo que os outros paizes, victimas de uma grande concurrencia de productos similares, mas deve agir diversamente, tendo por escopo tornar, por meios intelligentes, o seu monopolio absoluto, pela eliminção dos pequenos concurrentes.

Se considerarmos ainda que o CONSUMO DO CAFE' TEM SE MANTIDO, que os NOSSOS MAIORES CONSUMIDORES — OS ESTADOS UNIDOS E A FRANÇA — SÃO OS PAIZES QUE DISPÕEM ACTUALMENTE DE MAIOR CAPACIDADE ACQUISITIVA PELOS SEUS MAIORES STOCKS DE OURO, e que, por conseguinte, os preços tão baixos do nosso café não se justificariam



senão pelo desamparo do credito e consequente baixa cambial, nós chegaremos á conclusão que no Brasil uma politica ultra-proteccionista é absolutamente condemnavel.

Mais moderação é que nos conviria na politica alfandegaria para a expansão da nossa exportação do café e de outros productos, notadamente do café tão mal “protegido” por uma “especie de solução” que não é solução, pois ninguem ousa affirmar, nem o autor ou autores do novo plano (?) que a compra dos stocks por nós mesmos, stocks que em grande parte devem ter financiamento pelo emprestimo de vinte milhões a longo prazo, seja uma sahida! Mas então por que o adoptaram? Para “desimmobilisar” os bancos — ouve-se por ahi — como se os bancos, “somente” por uma operação de tão arriscadas consequencias pudessem attingir aquelle objectivo!

Voltemos, porem, á apreciação do caminho errado, á viela para onde nos está conduzindo a politica ultra-proteccionista e aggressiva, a titulo de defesa mal comprehendida, desenvolvida nestes ultimos seis mezes.

Que constatamos? Novos erros de diagnostico, que nos levaram á GUERRA SANTA contra a importação, quando o PROPRIO GOVERNO FEDERAL DELLA VIVE E COM ELLA, PELO IMPOSTO OURO, PAGA AS SUAS DIVIDAS EM OURO! Porque a guerra santa? Pelo fanatismo gerado de um raciocinio simples e seductor á primeira vista: — Nós temos divida em ouro — pensaram. Logo, reduza-se a importação para que o montante desta, addicionado ao serviço da nossa divida, seja igual ao da nossa exportação.

E dahi as receitas: misture-se a gazolina com o alcool-motor, o carvão de Cardiff com o de S. Jeronymo, o trigo com as nossas farinhas indigenas, os pãesinhos de cará, todos esses “cocktails” perigosos, não tanto pela sua eficiencia, mas pelas suas consequencias.

Fazemos cocegas aos Estados Unidos, que não nos cobram imposto de café, pilheriamos com a sizuda Inglaterra, nossa grande credora, E PREGAMOS OS SUCCEDANEOS QUANDO SOMOS EXPORTADORES DA MERCADORIA MAIS SUJEITA AO SUCCEDANEO!!! Resultados dessa alta politica de visão limitada: a diminuição do nosso intercambio com a consequente diminuição de rendas e da capacidade tributaria do paiz. Unicamente isto e as naturaes represalias. Pessimos resultados tem dado a politica nova, de guerra á importação, porquanto o thermometro das estatisticas tem demonstrado a importação cahindo proporcionalmente á exportação contra maior



volume desta, o que significa empobrecimento e incapacidade tributaria progressiva.

Medida muito mais efficaz para metralhar a malsinada importação, foi o SEPULTAMENTO DO CREDITO, tacitamente decretado...

Esta sim, porque sem credito exportamos em leilão, MAIS CONTRA MENOR VALOR OURO, derrubamos o nosso cambio, a nossa capacidade, portanto, de adquirir... com um só tiro pela culatra: A QUEDA DAS RENDAS ALFANDEGARIAS.

Mas, cahidas estas, que fazer? Novas receitas: as mesmas formulas com augmento de dosagem. Se faltam rendas, augmente-se o imposto dellas; se faltam rendas alfandegarias augmentem-se as tarifas, sem esquecer de AGITAR BEM O FRASCO DOS SUCCEDANEOS!

Entretanto, dissémos e repetimos, bem diversos deveriam ter sido os rumos seguidos antes das "gaffes" commettidas. Antes, porque agora a idéa dos succedaneos, consubstanciada em decretos, e o augmento de certas tarifas, hão de ser um pessimo cartão de visita, um grande embaraço moral para os nossos diplomatas entrarem em confabulação com os paizes dos quaes pleiteassemos, já não dizemos uma justa redução de direitos de entrada do nosso café, contra uma retribuição nossa de favores correspondentes, mas, pelo menos, o combate aos succedaneos do café naquelles paizes.

Só esta ultima medida iria cooperar para o allivio natural dos nossos reguladores.

Não nos faltasse o CREDITO, maior a nossa exportação em VALOR, maior a nossa importação, maiores as probabilidades de sobra da nossa balança commercial para satisfazermos mais facilmente aos nossos compromissos externos, suavizados então por uma taxa cambial tambem mais suave!

Infelizmente, porem, a Republica Nova, apezar dos seus seis mezes de existencia ainda não foi levada á pia baptismal. Conserva avaramente o peccado original: a abolição do credito. Se morresse pagã — o que não auguramos — não teria sido por sua culpa, porque padrinhos ella escolheu.

## 6. Politica economica — A compra do café

Condemnada solemnemente em entrevistas, illustradas por formidaveis photographias, a politica economica "ante-bellum" desenvolvida no café, a do "post-bellum" enquadrou-se no de-



creto de 11 de fevereiro de 1931, denominado a “compra do café”.

Occupando-nos da questão cambial, já examinámos os maus efeitos da compra do café por nós mesmos, sobre o cambio.

Inutil repetil-os, como inutil repetir o que já expuzémos sobre o credito como o melhor amparo da producção. O diagnostico incompleto, que attribuiu exclusivamente os males nacionaes á super-producção e retenção do café, levou os nossos Generaes financeiros á conclusão de que deviamos, como amparo á producção, alterar a orientação primitiva, voltar ao regimen da liberdade do commercio do café, e esta só em parte, porque — é do decreto — as safras estimadas em dois annos entrarão nos portos á razão fixa de 1/24 por mez (esta ultima medida, aliás, ao que parece, por força de um contracto de emprestimo). Não será mais seguido assim o criterio antigo de repôr nos portos, o que sahisse no mez anterior, mas o criterio fixo das entradas fixas! Mas, para passar para a chamada liberdade de commercio, EM NOME DESTA CERTAMENTE o Governo federal — notem bem — tornou-se simplesmente, num arrojo que o Governo deposto não ousou, NEGOCIANTE DO ARTIGO e vae ser o seu maior comprador e DETENTOR... TEMPORARIAMENTE.

Genial, sobretudo como incoherencia, perigoso pelo termo vago da retenção — TEMPORARIAMENTE — veio á luz o decreto de 11 de fevereiro — perdão pela franqueza — PERFEITO NOS SEUS ABSURDOS!

Iniquo pelo paragrapho 3.º do seu artigo 1.º, iniquo pelo seu art. 5.º, incongruentes as considerações do decreto e os seus artigos, innocuo pelo seu art. 4.º, o seu art. 7.º é lyrico de inicio e desrespeita a verdade afinal, porque se CONTRADIZ COM A PRATICA DA GUERRA SANTA A' IMPORTAÇÃO. Apesar dos clamores que se levantaram contra elle, apesar do SUCCEDANEO que se lhe arranjou, não consta a revogação do famoso decreto! Por enquanto a percentagem do imposto em especie — dil-o candidamente o art. 5.º — PODE SER AUGMENTADA OU REDUZIDA NAS SAFRAS SEGUINTEs, DE ACCORDO COM AS NECESSIDADES DO CONSUMO!

Das necessidades do CONSUMO ou da nossa CAPACIDADE DE EXPORTAÇÃO? Parece-nos que ahi houve lamentavel confusão de uma cousa com outra, porque a safra brasileira é inferior ao consumo, estimado em 24 milhões de saccas.



Pelo nosso decreto, por conseguinte, ou nós reconhecemos a nossa incapacidade de melhorar o nosso producto, deixando assim margem para os outros paizes desenvolverem a sua producção mais cuidada, ou, pela nossa politica alfandegaria, reconhecemos a nossa incapacidade para expandirmos a nossa exportação. Ambas as hypotheses desairosas, infelizmente. Ambas, porem, perfeitamente corrigiveis.

Mas, para remediar a hypothese da concurrencia, não houve imprevidencia... Um accôrdo com os paizes concurrentes para que sigam o nosso exemplar decreto. Santa ingenuidade!

Se entre Estados brasileiros os convenios são facilmente burlados (e isto ha de ter tido a sua influencia para a substituição do imposto em especie) o que será a sorte de um convenio entre Paizes independentes?

Estas disposições governamentaes equivalem a um soneto sentimental, só comparavel ao lyrismo de 1830! Tresanda á candura, como ridiculo por innocuo é o art. 4.º, que prohibe as plantações sob pena de um imposto.

Sem credito, com o Governo estabelecido no commercio de café, máo concorrente portanto, o café não terá plantadores, porque as perspectivas de lucro não são sedutoras. Se amanhã, porem, por uma causa estranha ao saber dos nossos homens, o preço do café subisse de novo e as fazendas pudessem ser vendidas na base de 10\$000 o pé de café, não faltariam plantadores para ganhar a differença, porque ninguem ignora que dando-se as terras para plantar cereaes de permeio, recebe-se o café formado sem despende um real alem do novo imposto.

Em resumo, pelo que se depreheende da leitura e exame do decreto famoso, a finança nova quer café barato e pouco. Barato e pouco, duas cousas antagonicas! E não é pilheria. E' do decreto: Considerando que a retenção, o systema antigo encarece a producção (o que quer dizer que ella deve ser barateada); considerando que qualquer excesso de producção deve ser neutralizado (o que quer dizer que ella deve permanecer estacionaria, senão diminuida) arrume-se um imposto em especie! Já viram imposto de qualquer natureza baratear um producto? Pois está no decreto.

E é com absurdos desta natureza que, longe de se resolver, aggravou-se o nosso problema economico-financeiro, o café e o cambio!

São elles que nos levaram tambem ao cambio actual, contra a opinião do bom senso e do mais elementar raciocinio. E qual



a causa de tudo? O diagnostico incompleto, a que já nos referimos. Este, comtudo, desafia os factos, por nós assignalados — “a cada vez mais grave situação economico-financeira actual” — factos que o communicado feito á imprensa, recente, pela Conferencia Cafeeira do Rio de Janeiro reconhece! Reconhece, duvida do remedio decretado em 11 de fevereiro, tanto assim que determinou aquella conferencia a substituição do imposto em especie por outro mais exequivel, não menos prejudicial nas suas consequencias, MAS, no fundo, PERSEVERA NO ERRO DO DIAGNOSTICO!

Porque? Porque resolveram crear nada menos de que um imposto de 10 shillings, ao cambio do dia, PARA COM A SUA ARRECADAÇÃO ADQUIRIR E INCINERAR CAFE’. Partidos de premissas erradas: 1.º) o diagnostico falho e incompleto; 2.º) a limitação da sahida annual do café brasileiro, tacitamente decretada por uma das duas hypotheses, que já formulámos, elles teriam de chegar fatalmente ás consequencias erradas do novo imposto, que sahirá da desvalorisação da nossa propria moeda, não nos illudamos, do nosso producto por conseguinte. A isto que resolveram chamar remedios drasticos, nós chamamos simplesmente venenos, de acção lenta talvez, mas venenos que vão provocando a nossa terrivel intoxicação cambial.

Por onde se trahe aquella segunda premissa? Pelo calculo dado á publicidade de um augmento (?) de quinze milhões de libras de “entrada de ouro no paiz” pelo imposto que talvez ainda venha a sêr de 1 libra por sacca! Para os illustres clinicos da rubiacea — magister dixit! — a exportação do nosso café, sobre 24 milhões de consumo, tem de sêr limitada a 14 ou 15 milhões, porque os nossos cafés só servem para misturas, para ligas; portanto o consumidor — sentenciaram elles — que nos pague o café, num *imposto de EXPORTAÇÃO* (combatido por ante-economico) a differença a mais para comprarmos e inutilisarmos o excesso de café que produzirmos!

Tão simples!... E se esse consumidor fôr encaminhando a sua procura para outros paizes productores menos exigentes e desenvolvendo dessa fórmula a producção desses paizes nos 4 annos do convenio, iremos augmentando o novo imposto para comprarmos o nosso excesso CADA VEZ MAIOR, pela nossa exportação CADA VEZ MENOR?

O autor ou autores do decreto e das suas recentes emendas, tão confiantes nos convenios até com paizes concurrentes e distantes do nosso “controle”, teriam andado muito mais inspira-



dos tentando receber da Colombia e de outros paizes productores o novo imposto para incinerarmos o nosso café!... Talvez estes paizes estivessem dispostos a nos pagar um imposto até maior, porque são os maiores beneficiados por elle, pondo-nos gradativamente fóra dos mercados consumidores!...

Eis para onde, sem duvida de bôa fé, mas partindo de um ponto de vista errado, está nos encaminhando a momentosa conferencia cafeeira: o desenvolvimento da lavoura de café na Colombia, nas colonias francezas e alhures. Por conseguinte: o nosso lento e inevitavel depauperamento economico, porque, sem outros productos exportaveis que substituam em volume e valor o café e tornando-se este *cada vez mais* sujeito, pelos nossos erros, á concurrencia que já soffrem dos similares estrangeiros outros nossos artigos de exportação, TEREMOS CONSUMADO A PERDA DE UM MONOPOLIO, que nunca deveríamos perder com um pouco mais de bom senso, e REDUZIDO O VALOR DA NOSSA EXPORTAÇÃO pelo enfraquecimento das suas verbas.

## 7. O equilibrio orçamentario

O credito, o cambio, o systema fiscal, as tarifas, a politica economica e o equilibrio orçamentario são tão entrelaçados, factores tão concatenados do problema economico-financeiro que fallar de um é fallar dos outros. D'ahi as repetições constantes, mas inevitaveis, num estudo desta natureza, em que justamente tratamos de cada um separadamente para mais evidenciar a correlação daquelles factores, de cuja HARMONIA depende a solução do problema.

Basta que um delles, um só, seja encarado isolada e erradamente, para que os outros soffram as consequencias, ainda que estivessem submettidos a tratamento apropriado. Tal HARMONIA tem sido, infelizmente, um mytho. Já demonstramos, tratando do systema fiscal e do augmento dos impostos, como a ausencia do CREDITO, desamparando a producção, e a quêda do valor desta o cambio, deu ensejo ao augmento dos impostos pela diminuição de todas as rendas, alfandegarias principalmente. E dissemos: "O AUGMENTO DOS IMPOSTOS SO' E' ACCEITAVEL QUANDO POSTOS EM PRATICA OS MEIOS INDIRECTOS PARA SUSTENTAR AS RENDAS, E CONSTATADA A INSUFFICIENCIA DAQUELLES MEIOS".



Igualmente, o corte dos ordenados do funcionalismo, a sua dispensa ou reforma. Além das rendas alfandegarias, o imposto de consumo é uma das mais importantes verbas da Receita.

Numa cidade como o Rio, por exemplo, onde grande parte da população é composta de funcionarios publicos ou de dependentes indirectos e directos do Governo, a redução á penuria daquelles ou o corte impensado nas despesas publicas, não reduz a capacidade acquisitiva daquella gente toda? Reduzida esta capacidade de aquisição, não soffrem queda sensivel o imposto de consumo e as rendas aduaneiras? De que vale augmentar as taxas de imposto de consumo, se estas, augmentadas, não produzirão mais, porque o consumidor foi PREVIAMENTE reduzido á impotencia de consumo ou teve essa potencia muito diminuida?

Pois estas perguntas não devem ter sido objecto de cogitação, porque o programma foi este: N.º 1) derrubada de funcionalismo e redução dos ordenados dos que se salvaram do diluvio; N.º 2) concluido este "serviço", augmento de todos os impostos, de CONSUMO inclusive! Já que o erro do diagnostico economico-financeiro não podia admittir o emprego dos meios indirectos para conjurar ou debellar os effeitos da crise, não seria mais razoavel que a ordem daquelle programma tivesse sido, ao menos, alterada?

Pois não seria má esta alteração da ordem (como vemos, nem sempre inconveniente) porquanto o seu autor teria assim a justificativa de que a insufficiencia do augmento dos impostos o havia compellido aos cortes no funcionalismo. Mas não! Primeiro exgottou-se ou reduziu-se a capacidade de consumo de uma grande parte da população na propria Capital da Republica para, depois de obtida esta, augmentar-se o imposto de consumo!

Eis porque não sahimos do circulo vicioso e succedem-se as leis da Receita de 1931. E' que certamente as 931 não tem o poder das 914...

Até quando? Certamente até ao inflammarmos dos phosphoros, aos quaes se acaba de recorrer "in extremis", não mais, pela inoportunidade, para fins eleitoraes, mas, na epoca do fisco, para fins FISCAES!

Quem haveria de dizer?



## 8. Concluindo

Em conclusão: nada de novo na frente da finança “nova”? Nada e muito. Nada, nos processos adoptados, contraproducentes e com grande dóse de incoherencias berrantes, porque seriam apenas agravantes dos que foram combatidos, como artificialismo, pelos financeiros novos.

Muito, na divergencia de vistas dos tres sectores que a compõem: o Instituto do Café, o Banco do Brasil e o Ministerio da Fazenda. D’ahi a brecha cambial. Porque o primeiro — o Instituto do Café — sem amparo de credito e talvez mesmo hostilizado, enveredou para as medidas drasticas, que, por sua vez, prejudicam o cambio, cuja defesa competiria ao Banco, como compete ao Instituto a do café. Porque o segundo — o Banco do Brasil — (e basta saber lêr o seu ultimo relatorio para se apreciar o seu ponto de vista sobre o CREDITO), com receio de inflação e pela ausencia de credito que tal receio ha de ter provocado, desamparou a producção e cooperou para a baixa cambial, que lhe cumpria evitar. Desamparando o café, trabalhou contra o Instituto e, se este é pelos meios drasticos e o relatorio do Banco inclina-se para a “solução natural”, é evidente o antagonismo entre ambos. E porque o terceiro — o Ministerio da Fazenda — tem a preocupação UNICA, feito o decreto de 11 de fevereiro, de equilibrar-se no orçamento. Quanto mais tem augmentado as tarifas, os impostos e cortado os ordenados, mais tem contribuido para o desequilibrio orçamentario, porque a baixa de cambio, tambem consequente do cerceamento de nosso intercambio (pelas tarifas majoradas) tem sido de maior celeridade de que a majoração dos orçamentos.

Não faltarão reparos, talvez, á apreciação que fizemos do relatorio do Banco do Brasil, quasi todo elle, salvo alguns senões, calcado na theoria pura da finança classica! Não faltará tambem razão á nossa apreciação, baseada nos senões do relatorio. Que nos conta elle de novo? Que estamos EM INFLAÇÃO, que HA DINHEIRO DEMAIS PARA AS NECESSIDADES e que GRANDES SÃO OS ENCAIXES BANCARIOS.

Ora, se ha inflação de papel moeda e se ELLA NÃO PROVEM DA DEFLAÇÃO DO CREDITO operada pelo Banco do Brasil, porque este, conhecedor da anomalia (a inflação é uma anomalia) não a corrige como é do seu come-



sinho dever? Não são os augmentos dos encaixes bancarios um indice seguro da DEFLAÇÃO DE CREDITO orientada pelo banco da Nação? Porque os bancos conservam grandes os seus encaixes? Porque receiam pôl-os em circulação, não contando ou não confiando que tenham, em momento dado, o apoio do banco official, cuja politica seguem na mais elementar das precauções, como nós tambem, para exemplificarmos o nosso ponto de vista, temos de ir nas aguas do humorismo sadio do relatorio official, ainda que obrigados a recorrer a quanto almanack estrangeiro pudemos alcançar, para poder fazer o que não sabemos: humorismo.

Esta questão, pois, de relatorio, tresandando a theoria das mais classicas, e a pratica que se resume nas perguntas que ousámos formular, faz-nos lembrar certas senhoritas, aspirantes á dona de casa, que, possuidoras de farta bibliotheca culinaria, sabem de cór receitas das mais variadas.

E' um prazer ouvil-as dissertar, com uma dicção impecavel, entremeada de sorrisos. A' hora do chá (com licença dos ante-importadores) o surradissimo pão de Lot, "prova pratica" de toda aquella sciencia habilmente dissertada, é simplesmente aquillo que os convidados não dizem, mas constataam: um fiasco.

Tambem a tal historia de dinheiro demais, pode se comparar á da folha de parreira. Enquanto Adão e Eva, os nossos bons paes, não haviam cahido no conto da serpente e que não precisavam da famosa protecção, as folhas de parreira eram demais, porque ellas até então só exerciam as suas funcções naturaes, rolando por terra, ao menor vento, quando imprestaveis.

Depois do peccado, que pagamos até hoje, a sua nova utilidade ha de ter contribuido para que ellas não chegassem para as encomendas, havendo mesmo alguns historiadores, mais bisbilhoteiros, que sustentam que foi a sua procura accentuada (primórdios da lei da offerta e da procura) a causa dos primeiros arrufos paradisiacos. Com a evolução do vestuario, porrem, e as exigencias policiaes da civilisação nova, dizem que hoje as folhas de parreira estão tambem em super-produção... Vejam a quanto chega a influencia do nosso banco official! A forçar humorismo em assumptos de finança, que muita gente bôa ainda acredita ser cousa séria, não com o intuito — vamos desde já esclarecendo — de fazer concorrência ao humorismo do relatorio. A este não! Porque, aquellas piadas "DO



OURO E OS DENTISTAS” e “DOS MERCANTILISTAS ANTIGOS” — são daquellas que hão de ser traduzidas e exportadas, incrementando a nossa enfraquecida exportação, qual efficaz bromureto para o nosso nervosismo cambial.

Voltando, entretanto, ao assumpto sério — a divergencia de vistas que assignalámos entre as tres entidades — pensamos que ella é e tem sido muito mais nefasta para o problema a resolver, de que todas as actuaes divergencias politicas. Porque? Porque o encaminhamento para uma solução não está, nem nos remedios drasticos, nem como preconisa o relatório do Banco, no entregar o café á propria sorte, nem tampouco em augmentar as barreiras alfandegarias ou cavar mais fundas as trincheiras fiscaes.

Está na unidade de vistas dos tres sectores, para que cada um, em vez de contribuir com as suas pedras para a Babel nacional, como tem feito até agora, ponha um pouco de parte os seus pontos de doutrina, adoptando uma unica racional e verdadeira!

Isto, para vencermos pelos nossos proprios esforços, que são sempre os melhores. Salvo... Salvo, se por uma alteração repentina na situação mundial, uma onda quente de CREDITO EXTERNO (sempre precario como nos recorda a licção de factos recentes) venha entre nós produzir o degelo, dando á nossa producção aquillo de que ella tanto precisa e ainda espera dos financeiros da actualidade: CREDITO E ESCOAMENTO.

Republica Nova. Revista Nova! Não vão descobrir os mestres do humorismo indigena, aproveitando-se do “double-sens” da palavra “Revista” e do seu qualificativo, commum a ambas, tenções politicas nesta nossa critica aos erros da finança “nova”, sabido como é que, desde os tempos dos gregos — os velhos — as criticas (entre nós revistas...) eram de cunho accentuadamente politico. Não. A politica não nos attrahe. Temos por ella o mais profundo respeito. Tão profundo que, só admittindo como dogmas as promessas da Revolução, de ampla liberdade de critica, é que accedemos ao convite do Dr. Paulo Prado de collaborar nesta Revista, onde o debate é franco e constructiva a sua finalidade. E’ pois o que vimos de fazer, no uso de um direito e no cumprimento de um dever.

Que ninguem leve a mal alguma irreverencia da nossa penna. Os homens não nos interessam. Elles passam. Mas,



nem por isso, os seus erros devem deixar de ser examinados para que, eliminados, o paiz possa seguir melhores rumos, sem as peias de “mercantilistas”, antigos ou novos, a profanar o templo revolucionario.

São Paulo, 15 de Maio de 1931.

JOSE' DA SILVA GORDO



## Espiritismo e higiene mental

Sem falar dos inconvenientes fraudulentos ou não de um apêlo constante á credulidade pública, sobretudo no que respeita ao fantastico e ao sobrenatural, são evidentes os malefícios das sessões públicas de espiritismo.

Eivadas duma religiosidade equívoca, dum misticismo mal-são começam sempre pela oração do presidente e acabam pelas crises histericas dos médiums e pelos gracejos dos assistentes, desde que se não podem impedir nas invocações os espiritos maus de se substituirem aos espiritos bons. Sob o pretexto de “estudos psiquicos” e de experiencias ditas scientificas, tanto nas associações que fazem do espiritismo um divertimento como nas que lhe procuram dar um cunho mais sério, por toda a parte o que se procura é explorar o maravilhoso. Nas primeiras, as experiencias derivam para a alegria, que é uma valvula de descarga das tensões interiores, emquanto que nas últimas nada embaraça a marcha para a desagregação mental dos médiums e dos assistentes, por pouco predispostos que sejam, realizando assim a previsão de J. Bois: “les imprudents qui courent après les esprits perdent leur propre esprit.”

Se o espiritismo não é, por si mesmo, um agente de loucura, não se lhe pode negar, entretanto, o perigo que representa para os temperamentos nervosos, especialmente os individuos fracos e supersticiosos, sempre propensos á interpretação sobrenatural dos fenomenos obscuros. Perturbações mentais que neles se verifiquem são atribuidas, pelo espiritismo, á obsessão



ou á possessão de médiums inexperientes por maus espiritos, dos quais estaria o espaço repleto. O bom senso, entretanto, demonstra, e a análise dos casos particulares confirma, que os maus espiritos não vêm do além-tumulo, mas de nós mesmos: são os impulsos inferiores, instintos atavicos, receios e remorsos, ideas absurdas, emoções recalcadas, todos os elementos indisciplinados, que mantidos normalmente no inconsciente, pela supremacia do eu consciente, subitamente despertam e se desenvolvem, quando êle claudica, de sorte que, pensando dar acesso aos desincarnados, o médium, na realidade, permite livre entrada áqueles elementos inferiores. Tal é a hipótese de Flournoy sobre os casos de perturbações mentais devidas ao espiritismo. Partida, como toda generalização, de factos particulares, mas que a observação psico-patológica cada vez mais confirma, é uma hipótese que, no minimo, até prova contrária, equivale á dos maus espiritos, vindos do exterior que assaltam os médiums.

Os inconvenientes das sessões espiritas deante do grande público são ainda mais agravados pelas práticas que reproduzem as manobras do hipnotismo e do antigo magnetismo animal, cujas exhibições públicas são proibidas nos países civilizados como nocivas á saúde coletiva. A propria doutrina Kardecista mostra, aliás, a impossibilidade de separar as práticas espiritas das do hipnotismo e magnetismo. (1) Assim, a proposito dos médiums *curadores*, isto é, dos médiums que têm o poder de curar ou de aliviar, por meio de passes, do olhar ou da imposição das mãos, ou ainda por meio de orações, lê-se: “Cette faculté n’est pas essentiellement médiumnique; elle appartient à tous les vrais croyants, qu’ils soient médiums ou non; elle n’est souvent qu’une exaltation de la puissance magnetique fortifiée en cas de besoin par le concours de bons Esprits.”

As praticas espiritas não são, aliás, extranhas ás primeiras iniciativas no tocante á interdicção das sessões públicas de magnetismo. Veja-se o que, ha muito, escreveu Charcot (2):

---

(1) A. Kardec — *Livre des médiums*, 49.e ed., Paris, pag. 277.

(2) J. M. Charcot — *Oeuvres complètes*, t. IX, Paris, 1890.



“... a supressão dos espectáculos deste genero é medida excelente e oportuna. As práticas hipnoticas não são sempre innocentes, como geralmente se pensa. E' claro que só um exame clínico meticoloso e, por consequencia, não acessivel aos amadores, poderá, em cada caso particular, estabelecer as indicações e contra-indicações, ou, em outros termos, precisar as condições em que é possível agir sem malefício para o individuo. E não é tudo: está perfeitamente estabelecido que a exhibição pública do hipnotismo pode acompanhar-se, entre os assistentes, de accidentes mais ou menos graves, immediatos ou tardios. As representações teatrais de sonambulismo têm provocado, muitas vezes, verdadeiras epidemias de histeria. Convem não esquecer que o estado hipnotico confina de muito perto com a nevrose histerica e que, em certas condições, esta se mostra eminentemente contagiosa; entre mil exemplos desta especie veja-se a nossa lição consagrada á demonstração do desenvolvimento duma pequena epidemia histerica, consequente ás manobras do espiritismo... Em nome da ciencia e da arte a medicina tomou posse definitiva do hipnotismo; e é de justiça porque apenas ella poderá applical-o legitima e convenientemente, seja ao tratamento dos doentes, seja ás pesquisas fisiologicas e psicologicas. Neste dominio ella deseja reinar de modo absoluto, repellido formalmente toda intrusão”.

Afranio Peixoto (3) deixou patente a difficuldade, senão impossibilidade, de separar o que cabe, no espiritismo popular do Rio de Janeiro, ao hipnotismo, á histeria e ás práticas dessa doutrina: “Em pequena sala, num dos bairros populosos da cidade, os crentes reúnem-se em grande numero, todos em attitudc attenta e respeitosa. Os médiums estão sentados em dois bancos de cada lado do altar, a face voltada para os assistentes. Bomfim conserva-se de pé, deante do altar, e começa por solicitar silêncio (*fixação da attenção*); depois, ordena aos assistentes que pensem em Deus e nos Espiritos (*monoideação*), e,

---

(3) A. Peixoto — Viol et médiumnitc, Annales d'Hygiene et Médecine Legale, Août 1909.



por fim, convida os que não queiram ou não possam fazel-o a retirar-se sob pena de serem punidos pelos Espiritos (*sugestão, coacção moral*). Em seguida pronuncia longa e monotona prédica, por mais de uma hora, durante a qual muitos dos presentes se cansam e, mesmo, cochilam (*fadiga da atenção*). Invoca, finalmente, os Espiritos protetores por meio duma melopea que êle canta com a assistencia. E' o ponto de partida duma sugestão coletiva que arreбата ao mesmo tempo todos os médiums: alguns apenas cantam e gesticulam, outros tomam atitudes plasticas; e, mais raramente, um ou outro entra em convulsões. Todos têm os olhos cerrados e, ao despertar, depois da partida dos Espiritos, esfregam as palpebras com ar admirado, como se saíssem dum sono profundo. Quando ainda adormecidos, Bomfim manda os assistentes que desejam orar, consultar ou receber conselhos, aproximar-se de determinado médium, que responde gesticulando á solicitação do crente. Se ocorre na sala, fora dos médiums, entre os assistentes, algum acidente, o mesmo é interpretado como uma iniciação espontanea, devida á manifestação seja dum espirito protetor, seja dum espirito mau. O indivíduo assim iniciado possui aptidões que o mestre cuidará de desenvolver em sessões particulares. Além dêsses individuos, naturalmente predispostos, qualquer outro poderá apresentar-se para ser *desenvolvido*. Isso se faz em sessões particulares em que tomam parte poucas pessoas, ou apenas Bomfim. Depois de recitar orações, Bomfim manda que o neofito se concentre (*auto-sugestão*), que não pense senão em Deus, e finalmente invoca o espirito protetor (*sugestão da mediumnidade*) que deve amparar-se do indivíduo. Se uma sessão não basta, as sessões se repetem até o êxito almejado. Desde então o novo medium começará a exhibir-se nas sessões públicas. Em summa, aí se encontra um laboratorio empirico de sugestão e de histeria, em que o automatismo e o subconciente trazem o nome de manifestações espiritas."

Em certas agremiações espiritas do Rio de Janeiro, como veremos mais adiante, as práticas tambem reproduzem as manobras do antigo mesmerismo ou magnetismo animal: a água



de bebida, carregada de fluido magnetico (água fluidica) adquire propriedades curativas e profilaticas a respeito de todas as doenças; a *corrente fluidica*, que atrai do espaço o *Astral Superior*, tudo sabe e tudo pode. Os perigos que derivam das sessões públicas de espiritismo são pois os mesmos que os devidos ao hipnotismo e ao magnetismo.

Gibier (4) e Lapponi (5) insistem em que os perigos das sessões públicas de espiritismo são tão grandes, senão maiores que os do hipnotismo. Junte-se a isso a circumstancia posta em relêvo por H. Roxo (6) de que “o espiritismo que aqui se pratica e que leva comumente ao hospicio não tem o menor cunho scientifico. Haja vista a serie de artigos publicados pela *A Noite*, em que bem se divulgam as fantasmagorias que nesses locais engendram e a puerilidade de ideas dos seus frequentadores habituais. Se em alguns organizadores de sessões espiritas se não pode deixar de constatar a boa fé e o desinteresse com que agem, na mór parte delles, porém, há apenas o empenho de explorar os recursos pecuniários dos que os visitam e as preocupações affectivas daqueles que tiveram a desdita de perder parentes queridos... A psiquiatria moderna chama a atenção do govêrno bem intencionado, para que se lhes dê combate energico.”

Tambem no mesmo sentido são as palavras de um outro cientista brasileiro, Alberto Seabra (7), insuspeito por todos os titulos, ao apontar os inconvenientes do espiritismo popular: “Para mim os factos desta ordem são objetos de ciencia, de indagações metodicas e experimentais. Nos meios populares a coisa degenera facilmente em crenças, crendices, superstições. O aspeto religioso que assume nas sessões correntes poderá ter servido de consôlo a muita gente que não encontrou pabulo espiritual em outras religiões constituídas, mas expõe muitos dos

---

(4) Paul Gibier — *Le Spiritisme*, Paris, 1891.

(5) J. Lapponi — *L'Hypnotisme et le Spiritisme*, Paris, 1907.

(6) H. Roxo — *Tendencias modernas da psychiatria*. Conferência realizada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1918.

(7) Alberto Seabra — *A alma e o inconsciente*. S. Paulo, 1923.



seus praticantes a desordens nervosas e mentais, e com semelhantes desagregações desaparece a paz, a tranquilidade, o consôlo que haviam encontrado nos primeiros tempos.”

Os depoimentos acima, oriundos de toda a parte, como que se consubstanciaram na seguinte moção, aprovada unanimemente pelo 2.º Congresso Internacional de Ciencias Psiquicas reunido em Varsovia, em 1923: “*Considerando que os fenomenos metapsiquicos devem ser estudados por sociedades científicas e em laboratorios psicologicos adequados, o Congresso emite um voto para que todas as produções mediúmnicas em salas de conferências, assim como as demonstrações publicas dos fenomenos ditos “ocultos” sejam interdictos legalmente em todos os paises, por motivo da influência nociva que podem exercer sôbre o estado psiquico e nervoso das pessôas mais ou menos sensiveis.*”

Interessante é acentuar que a exibição em público das produções mediúmnicas não encontra justificativa nem mesmo na doutrina Kardecista. Nas diretrizes traçadas por A. Kardec (8), para a regulamentação da *Société Parisienne des Études Spirites* não se encontra uma só disposição que permita a exibição pública dos fenomenos mediúmnicos. O art. 17, pelo contrário, estabelece taxativamente: “... Les séances sont particulières, ou générales; elles ne sont jamais publiques.” E no art. 21: “Nul ne peut assister aux séances comme auditeur sans être présenté au Président par un membre de la Société... Le nombre des auditeurs devant être limité sur celui des places disponibles, ceux qui pourront assister aux séances devront être inscrits d’avance sur un registre destiné à cet effet avec mention de leur adresse et de la personne qui les recommande. En consequence, toute demande d’entrée devra être adressée plusieurs jours avant la séance au Président, qui seul délivre les lettres d’introduction jusqu’à la clôture de la liste.”

Tal é a regulamentação autorizada pela polícia franceza e destinada a servir de paradigma á formação das sociedades espiritas. Nessa regulamentação não se encontra tambem dispo-

---

(8) A. Kardec — *Le Livre des Mediums*, 49.e ed., Paris, pag. 458.



sição alguma que permita estabelecer ambulatorios para o tratamento das doenças organicas ou psiquicas nem hospitais ou sanatorios.

Por aí se verifica quanto as práticas espiritas são mais nocivas em nosso meio onde os centros espiritas realizam sessões públicas, previamente anunciadas nos jornais, mantendo ambulatorios e, alguns, até hospitais. As autoridades policiais ainda não regulamentaram as condições de existencia desses centros, de sorte a suprimir êsses abusos, que não passam de um desvirtuamento da doutrina Kardecista.

Daremos um unico exemplo, por si só eloquente para demonstrar a urgencia de uma campanha repressiva contra êsses perigosos exploradores da credulidade pública. E' o Centro Espirita Redemptor, fundado no Rio de Janeiro pelo Comendador M. e sua associada D.<sup>a</sup> V., que residia e trabalhava como "médium" na sede da associação, á rua Jorge Rudge, 121.

Em 1914 a Polícia abriu um inquerito para apurar uma denúncia de que naquela rua e número estavam recolhidos alguns doentes, afim de se tratarem, sendo a informação fornecida pelo Snr. Waldomiro Silveira Noronha, que tambem ali estivera para tratar-se.

O 4.<sup>o</sup> Promotor Público ofereceu então denúncia contra os seus diretores, visto haver o delegado, que presidiu o inquerito, verificado que o tratamento ali feito era pelo espiritismo, incorrendo assim nas penas do artigo 157 doCodigo Penal.

O laudo dos medicos legistas confirmou a existencia do hospital, referindo-se aos quatro doentes ali internados, dois dementes precoces, um epileptico e, finalmente outro com afasia motora. O memorial de defesa dos acusados, publicado pelos Snrs. Aristides Spinola e Luiz de Mesquita Barros em 1915, á pagina 34 confirma aliás o fato, quando diz que se "trata de curas de enfermidades mentais atestadas por profissionais, curas que foram obtidas nas sessões do Centro Espirita Redemptor, graças á assistencia e intervenção dos seus guias espirituais."



Extraímos alguns trechos de uma publicação oficial (9), longamente anunciada e vendida em sua sede, sôbre as sessões destinadas aos exames e curas dos doentes:

“Essas sessões só serão realizadas de manhã, após a limpeza dos mediums e dos esteios que tenham de constituir a corrente fluidica para tal fim. A concentração para estas sessões, que são melindrosissimas, deve ser firme, no desejo de ser útil ao Astral Superior, do qual fixará uma individualidade de si conhecida, não desviando o pensamento para seres ou coisa alguma material; e o que assim não fizer deixará cair a concentração, do que será avisado a primeira vez pelo Guia; e depois, se continuar animalizado, será posto fóra da corrente e afastado da mesa.

“O médium destinado a êsses trabalhos e ao *receituário*, deve isolar-se o mais possível, alheando-se de tudo durante o dia, e só se preocupando com cousas e pessoas que não o perturbem. Também deve ser cego e surdo a tudo que não seja o seu dever, e nunca deve procurar saber o estado de *enfermo* algum, nem ouvir falar em seu nome ou *enfermidade*.”

A maneira de se proceder ao tratamento é a seguinte:

“*Castigal-o severamente e amarral-o, se fôr preciso, se êle se deixar atuar e ficar feroz, isso todas as vezes que fôr preciso até que êle se convença pelo medo com que fica da pessoa que o disciplina, que não se deve deixar atuar a ponto de ficar furioso e de não respeitar pessoa alguma.*

“*Taes obsedados não podem ter vontades, devem ser contrariados em tudo que não seja honesto, para assim se irem remodelando e convencendo que só pode ter vontades quem fôr honesto, quem fôr razoavel, quem não fôr egoista, vaidoso, invejoso, ciumento, malcriado, bruto, e, portanto, perigoso.*

“Com êsse tratamento, alimentação abundante e sadia, *Água Curadora (Fluidica)*, que não deve beber outra nem o seu enfermeiro, e depois fazer-lhe copiar êste Livro, mas só êste, ou explicar-lhe o que êste livro contém, se o obsedado não souber

---

(9) **Espiritismo racional e scientifico (christão)**, Rio de Janeiro, 1926.



ler, afastamento da sociedade, e nada de visitas, enquanto não provar que está normal.

“Em qualquer parte se podem *normalizar loucos*, pela educação da vontade, remodelação dos maus hábitos, de todos os vícios, que são a causa da loucura, e assim da atracção dos maus espiritos ou obsessores, habitantes da atmosfera da Terra, que por ignorancia nela ainda se acham, quando após a desencarnação deviam ter partido para os mundos que lhes pertencem.

“Mas notem bem: *Taes normalizações só se podem fazer pelo metodo indicado* e, por pessoas de boa vontade e fortes, que procurem seguir á risca os principios exarados em toda esta obra. Fora disso é tempo perdido, e só poderão aumentar o mal do obsedado, visto que o sêr, conforme pensar assim será, e assim atrairá para si e para os que o rodeiam, e quem não pensa e pratica o bem, não pode normalizar pessoa alguma.

“O melhor sinal da *convalescença* do obsedado é quando êle dorme longos sonos, e então não se o deve acordar por cousa alguma; quando começa a ter saudades de pessoas e mui especialmente a chorar por elas é tambem sinal do despertar do espirito, da sua libertação dos obsessores.

“Emquanto não dormir bem e não se despertarem os sentimentos afetivos, está ainda obsedado, sob o domínio pleno do astral inferior e o seu espirito casado com êle, despresando tudo mais. *Em tal estado, não deve ser castigado fisicamente, salvo se tentar contra o enfermeiro; nesse caso, sim; mas sem raiva, de tal maneira que êle fique com medo do enfermeiro, para depois fazer, embora maquinalmente, tudo quanto lhe fôr ordenado por êste.*

“Qualquer acto violento do obsedado deve ser reprimido na mesma ocasião, para assim êle ir acordando pouco a pouco, e dominando os seus impetos animalizados, que são a causa dêsse estado raivoso, que é preciso corrigir, seja como fôr sem dó nem piedade, para assim mais facil se tornar a sua normalização.

“Num compartimento proximo do aposento em que se deve isolar o obsedado, aposento que deve ter janelas *gradeadas e*



*portas bastante fortes, se colocará uma mesa, também forte, e as cadeiras precisas para se sentarem as pessoas que formam a dita corrente, e na última dessas cadeiras, junto ao pé da mesa, se colocará a cadeira do obsedado, o qual será nela e no pé da mesa amarrado, se fôr furioso ou se tornar tal, e ali se conservará até findar o trabalho do dia, retirando-se logo para o aposento que lhe é destinado, no qual não deve existir senão o colchão, se êsse mesmo o obsedado não tentar rasgar, e se o tentar fazer ficará no assoalho simples, até que mereça colchão, cama, travesseiro, roupa de cama e outras regalias.*

*“Se o obsedado fôr furioso ou vier a ficar, como quasi sempre acontece nos primeiros dias ou semanas de iniciado o tratamento, além do aparelho ou amarração á cadeira, á mesa ou coluna qualquer, junto á mesa, deve a pessoa, chefe desse tratamento, arranjar duas ou tres pessoas fortes, calmas, que não se enraiveçam e, portanto, que não se perturbem, e collocar-as por trás do obsedado bem concentradas, segurando-o fortemente se fôr preciso, até que o trabalho seja terminado. Quer isto dizer que o obsedado desde o primeiro dia de tratamento deve ser dominado por completo e obrigado a manter-se na posição determinada na corrente, de maneira que o seu espirito se convença que não tem mais vontade para o mal, e que é obrigado a ir reagindo, e assim será vencido sempre que teimar para o mal e que tentar exaltar-se e tornar-se furioso e valentão; é para isso que se exige uma pessoa pelo menos de vontade forte e capaz de obrigar o anormal a manter-se em disciplina e a fazer tudo quanto é indicado nesta obra e nesta parte, para a sua completa normalização.”*

O Centro Espirita Redemptor pratica uma especie de espiritismo todo especial e inedito, que não está filiado á Escola de Allan Kardec. E' o que se vê dêste outro trecho: “... “essa cousa” aparvalhada, infeliz e perversa, que, com tal nome, se tem praticado até hoje, por todos os pontos do planeta, com a denominação de espiritismo Kardecista e outras... Que, portanto, êste espiritismo continúa com o nome de Espiritismo e não de “Ciencia Cristã” (como se deveria denominar por



ter por base a verdade e ser esta a base da ciencia) para destruir a pratica dessa torpesa que anda por toda parte rotulada com o nome de Espiritismo Kardecista, que nada mais é do que a Magia Negra, infecta e vil, que só loucos engendra, entre os que a praticam. Apesar disso é a Magia Negra praticada no Brasil, desde os salões descendo ás choupanas dos pobres, por mais de quatro milhões de criaturas, que, para mais facilmente intrujarem os de boa fé, lhe dão êsse nome, falando muito em Jesus, Divino Mestre, denominação essa contrária á verdade e só propria de ignorantes do que seja a Fôrça e a Matéria, e de fanáticos que loucos são. Procuram, assim êsses infelizes obsedados, êsses falsos espiritas, imitar os catolicos apostolicos romanos, que condenam, para mais facilmente intrujarem os incautos e a humanidade em geral com essas intrugices, gestos e lamurias.”

O Centro Espirita Redemptor é contrário á Igreja Catolica:

“A palavra Deus não exprime a Verdade, mas a fantasia de cada povo, de cada ser humano. Por interesse das almas, quer incarnadas neste planeta, quer desincarnadas, é que nós, Astral Superior, espiritos esclarecidos e encarregados de explicar a Verdade, resolvemos, agora que os nossos instrumentos nol-o permitem, fazer eliminar a palavra Deus e suas derivadas, assim como todas de sentido religioso. O jôgo dessas palavras só males gravissimos tem produzido á humanidade que as inventou, e iludindo-se com elas se tem conservado na primitiva ignorancia.

“Tudo quanto existe tem uma fonte de origem, uma causa inteligente, porque só um elemento inteligente existe no Universo, e dele tudo deriva. Tudo de que sobrenatural existe é produto dos seres humanos, a êles cabendo a responsabilidade da invenção das palavras Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, e derivados.

“Dessa pessima invenção resultou a criação de grande numero de seitas, ditas religiosas. Desde as religiões do Ocidente até ás selvagens, não se observa senão que cada individuo tem um Deus, de acôrdo com os seus desejos e seus inte-



resses puramente materiais e de acôrdo com a pessima educação, o estado de embrutecimento da sua alma.

“Das seitas religiosas, é conveniente destacar uma pequena parte referente á denominada Religião Catolica Apostolica Romana, a mais tirana, e de todas a que mais atrocidades tem praticado, em nome dêsse Deus, e em nome de Jesus... O que aí fica é uma amostra do que seja essa religião e, assim, o seu Deus, sendo de todas a mais negociista, a mais materialona, a mais imoral... Se o tal Deus dessa seita religiosa fosse a Suprema Sabedoria, a Suprema Justiça, não se poderiam em seu nome praticar essa imoralidade e as inumeras e tremendas atrocidades que a história menciona bem claramente. Assim fica desenvolvida e justificada a nossa afirmativa de que a palavra Deus, Divindade e suas derivadas, devem ser substituidas por outra que exprima a Verdade em tudo, e que racionalmente se preste a explicar a causa de tudo quanto existe, a fonte e a razão de ser de todas as cousas que existem no Universo. Essa outra palavra é *Grande Fóco*. A intelligencia universal é luz astral, de que tudo deriva. Cabe-lhe bem a designação de Grande Fóco, gerador de tudo quanto existe. Esse Grande Fóco, pois, que a palavra Deus nunca poudé jamais representar, vê-se e sente-se por toda a parte”...

As noções propagadas pelo Centro Espirita Redemptor, confusas e imperfeitamente coordenadas, não fazem senão reviver as velhas idéas de Mesmer, de mistura com alguns princípios da doutrina de A. Kardec e outros do mais genuino materialismo.

Assim, o “Fluido Astral” superior (espiritos bons) ou o inferior (espiritos maus) susceptiveis de serem atraídos pela “*corrente fluidica*”, a qual, funcionando como um iman, permite a cura das diversas enfermidades, e principalmente da locura. Do mesmo modo a passagem desse fluido para a água (*água fluidica*) dá-lhe virtudes preventivas e curativas para todas as doenças.

Ora, o mesmerismo prendia-se a uma tradição antiquíssima, que attribuia ao homem o poder de exercer sôbre os seus



iguais uma acção análogo á do íman. Desde então, escreveu Birut e Terê (*Le magnetisme animal*), acreditava-se na acção curativa do íman. Outros pretendiam reconhecer no íman as propriedades de um *princípio universal*, pelo que os espiritos propensos á generalização, já naquela época, procuravam explicar todos os fenómenos da natureza. Mesmer, admitindo êste princípio universal, procurou applical-o ao tratamento dos doentes por meio de toques e de passes. Êle pretendeu provar que o sol, a lua e os corpos celestes agem sobre os seres vivos por meio de um fluido subtil, que chamou de magnetismo animal. Pretendeu depois provar que descobrira um princípio capaz de curar todas as doenças, especialmente as dos nervos.

Outra questão de interesse tanto para a hygiene mental como para a psiquiatria forense é a da protecção legal dos médiums,, sabido que muitos deles apresentam disturbios mentais mais ou menos pronunciados. São verdadeiros doentes quasi todos os médiums exibidos nos centros espiritas e expostos assim á agravação dos seus disturbios com a anuência de suas familias ou responsaveis. A intervenção das autoridades no sentido de mandar proceder ao estudo e observação mental dêsses indivíduos, encontrados em exercicios de mediumnidade nas sessões públicas e a responsabilização dos directores dêsses centros, quando se tratar de psicopatas incapazes de bem discernir, são medidas de protecção social e individual perfeitamente justificaveis e dos mais urgentes para defender os interesses da coletividade.

(Capitulo do livro *O espiritismo no Brasil*, no prélo).

LEONIDIO RIBEIRO  
MURILLO DE CAMPOS



# Folk-lore e literatura

(Uma comparação sacra)

Muitas vezes em torno de um pequeno thema folk-lorico, o que a muita gente parecerá uma inutil bagatela, demonstram os sabios origens remotas que só uma erudita investigação póde esclarecer.

Assim, por exemplo, foi a questão surgida em torno desta quadrinha popular, deveras impressionantemente bella:

*No ventre da Virgem Mãe  
Encarnou divina graça  
Entrou e sahio por ella  
Como o sol pela vidraça...*

A illustre romanista Carolina Michaelis logo presentiu que a concepção desta estrophe popular tinha origens literarias e demonstrou a mesma idéa em castelhano num auto de Fernão de Vanguas (seculo XVI):

*Si el sol entra y sale por una vidriera  
sin punto dañarla, crebar ni herir  
mejor pudo Dios entrar y salir  
deixandola virgem, como antes lo era.*

E tambem num texto francez antigo, mas sem data.

Depois da pesquisa desta erudita investigação, o saudoso Alberto Faria trouxe contribuições valiosas illustrando com pas-



sagens significativas a corrente literaria dessa concepção. (1) Por outro lado registrou diversas variantes brasileiras, algumas recolhidas directamente da tradição oral, outras por informações indirectas:

- I — *No seio da Virgem pura  
penetrou divina graça  
entrou e sahio por ella  
como o sol pela vidraça.*
- II — *O sol passou pelo vidro  
e o vidro não se quebrou  
é como a Virgem Maria  
que parindo não peccou*
- III — *Nossa Senhora parindo  
seu immaculado filho  
faz tal qual o diamante  
fica a mesma, dando brilho*
- IV — *O sol travessô vidraça  
sem tocá nem batê nella  
assim a Virgem Maria  
pariu e ficou donzella.*

(Recolhida no Ceará pelo escriptor Coelho Netto).

---

(1) A este erudito folk-lorista devemos a demonstração do mesmo pensamento, embora sem a significação religiosa, em Dante, Petrarca, Tasso e no proprio Camões:

**Quem vê que em branca neve nascem rosas  
que crespos fios de ouro vão cercando  
se por entre esta luz a vista passa,**

**raios de ouro verá, que as duvidosas  
almas vão no peito traspassando  
assim como um cristal o sol traspassa.**

(Soneto LX)



V — *Nos seios puros da Virgem  
entrou divina graça  
entrou e sahio por ella  
como o sol pela vidraça.*

(apud J. Arthur Montenegro, in commentarios ao *Uruguay*, Rio Grande do Sul, 1900).

VI — *No ventre da Virgem pura  
entrou a divina graça  
como entrou tambem saiu  
como o sol pela vidraça.*

(apud Rodrigues de Carvalho, *Cancioneiro do Norte*, 1903).

A questão prendeu a atenção dos mestres. Delfim Guimarães, Leite de Vasconcellos e a propria Carolina Michaelis trouxeram novas achegas.

A Claudio Basto, o erudito philologo portuguez devemos, entretanto, a descoberta do texto mais antigo, que é do “magister sententiarum” Pedro Lombardo (seculo XII) e diz assim:

*Sol penetrat vitrum, nec frangitur ant violatur  
sic Virgo peperit nec maculata fui.*

Estudando a formação dessa velha comparação meu pai, o prof. João Ribeiro, a attribue ao gnosticismo dos primeiros christãos.

O texto de Lombardo, a meu vêr, não é o mais antigo como adiante procurarei provar.

A questão ainda não estava exgottada.

O sabio folk-lorista e philologo mineiro prof. Lindolfo Gomes no seu ultimo livro *Nihil novi*, que é um riquissimo manancial de erudição, voltou ao assumpto e apresenta novo problema:



— Qual o classico brasileiro que teria aproveitado o pensamento expresso na quadrinha popular e que como já vimos vem de longe?

Taes são as suas palavras.

Em analyse attribue a Santa Rita Durão, que elle razoavelmente identifica com o padre mestre Durão, a quem allude Antonio de Moraes e Silva nas declarações feitas perante a Inquisição.

De facto no *Caramurú*, como cita, está implicitamente a mesma concepção, que sem duvida o poeta, que tambem era pregador, defendera num dos seus eloquentes sermões, o que não agradara á orthodoxia de nosso lexicographo, então em Coimbra.

O estudo de Lindolfo Gomes é curioso, entretanto, elle não crê que Santa Rita seja o primeiro classico brasileiro que usasse tal comparação e deixa esta questão ao amadores de taes investigações.

Sem embargo de minha obscuridade, tive a bôa fortuna de encontrar a solução desse problema, conforme expuz em artigo publicado no *Jornal do Brasil* (22 de Janeiro de 1928) e taes foram minhas palavras:

“A mesma comparação de Pedro Lombardo está no poema da Virgem que Joseph Anchieta escreveu em latim na areia da praia quando esteve (segundo informa Simão de Vasconcellos) em refem entre os indios. O trecho a que me refiro é o seguinte:

. . . . . ! . . . .  
*Nascitur humano vestitum corpore Verbum*  
*Et tua virginitas intemerat manet.*  
*Ut viridis profert nitidum virguncula florem*  
*Nec trususfloris laeditur ipra sui.*  
*Ut sol subtili penetrans specularia luce*  
*Illæso ractians itque reditque vitro*

. . . . .  
 (De Partu Virginis Mariæ)



“Como se vê é a mesma concepção. O poema de Anchieta está appenso á *Chronica da Companhia de Jesus* de Simão de Vasconcellos. Para mim acho que antes de Anchieta não houve poeta que aqui vivesse e se inspirasse na comparação de Pedro Lombardo.

“Sinto-me, na verdade, feliz por ligar o meu obscurissimo nome a uma questão tão discutida por sabios e mestres de nomeada”.

As questões desta natureza dão sempre margem a mais profundas investigações.

Todos até então admittem como texto mais antigo o de Pedro Lombardo (seculo XII).

O pensamento, porem, deve ser muito anterior. Lombardo, de certo, se aproveitou de uma idéa christã já conhecida.

Já no seculo VII encontrei uma poesia latina de *Fortunatus* (Fortunat), que diz assim:

*O Gloriosa domina  
Excelsa super sidera  
Qui te creavit providé  
Lactasti sacro ubere.*

*Quod Eva tristis abstulit  
Tu reddis almo germine:  
Intrent ut astra flebiles  
Coeli fenestra facta est.*

*Tu regis alti janua  
Et porta lucis fulgida  
Vitam datam per Verginem  
Gentes redemptor plaudite.*



Esta velha poesia achei no encantador livro *Le latin mystique* de Remy de Gourmont. Não transparece ahi, até nas proprias palavras, a idéa em formação?

Mais antigos ainda são os versiculos de *Sedulius* (seculo IV), que lembram algumas das variantes vernaculas:

*Castæ parentis viscera  
Coelestis intrat gratia  
Ventre puella bajulat  
Secreta quæ non noverat*

Tambem se encontram no livro acima citado.

O mysterio da encarnação foi thema muito debatido e portanto estava no pensamento commum do povo logo ao iniciar-se a Idade-Media. Ainda no Concilio de Nicéa o heretico Eliano foi condemnado por ter affirmado que "O Verbo entrou pela orelha da Virgem"...

Dessas discussões theologicas nasceram varias metaphoras, notando-se que algumas lembram a velha comparação:

- a) *Porta chrystalina*
- b) *Trinitatis speculum*
- c) *Lux eclypsim nesciens*
- d) *Lucerna saeculi*, etc.

No livro de Remy de Gourmont está tambem uma antiquissima poesia anonyma christã, a *Inviolata*, cujo começo é o seguinte:

*Inviolata integra et casta es Maria  
Quæ es effecta fulgida coeli porta.*

. . . . .

Tudo isso prova cabalmente que anterior a Pedro Lombardo a concepção não era desconhecida ou ao menos estava,



pode se afirmar, em via de formação. A documentação que trago parece ser, além de authentica, bem suggestiva.

No curiosissimo livro *Curiosités theologiques* (Paris, 1861) ha informes bibliographicos referentes a essa questão. O padre Luigi Novarini publicou um volume intitulado: *Calamita dé cuori, cioé: Vita di Giesu nel ventre di Maria*, Verona, 1642.

Outro padre, capucho escreveu em 1678 *Devotes Salutations aux membres sacrés de la glorieuse Vierge Marie, mère de Dieu*, aonde se lê:

*Au ventre*

*Je vous salue, ventre miraculeux de Marie, officine des prodiges de Dieu, arche de son alliance avec les hommes, lit nuptial des deux natures corporelles qui a uni deux metaux insociables, amas de blé environné de lys, sphère qui a porté le soleil, aurore qui a produit le jour.*

Outros livros, *Dissertatio theologica de sanctificatione seminis Mariæ Virginis in actu conceptionis Christi* de Samuel Schoroer, Leipzig, 1709; *Le livre de la toute belle sans pair qui est la Vierge Marie* (cap.: Comme le sacré ventre de la Vierge est la fontaine de vie), Paris, 1520; *Les devotes conceptions*, de Nerville, Louvain, 1539; *L'Amour triomphant sur la croix* (Du ventre glorieux de la Sainte Vierge), Paris, 1654, etc., tratam tambem do mesmo thema. Todas essas passagens servem apenas para illustração erudita do estudo, porquanto o que se procura é fixar a fonte originaria, que é, como já se viu, medieval.

JOAQUIM RIBEIRO



# Manifesto da contra-revolução

O *Manifesto* da Legião Revolucionaria de S. Paulo, que pretende haver traçado “uma directriz definida e clara, em face dos problemas fundamentais” do país, constitúi, na realidade, por sua expressão e seu conteúdo, um documento que se pode considerar característico da ideologia confusa, contraditória e delirante de certa camada de intelectuais e pequenos burguezes. Seus autores ou signatarios estão convencidos de que lhes cabe a gloriosa predestinação de regenerar e salvar o Brasil. Esta presunção, que é originariamente inevitavel, e seria inofensiva se limitada a circulos privados, apresenta grave perigo para a coletividade quando tenta enveredar pelo dominio público, forcejando por atribuir-se a direção de movimentos politicos. E’ o caso do *Manifesto* em questão. Combatê-lo, do ponto de vista do interesse real das mais largas massas, parece-me, portanto, coisa de indiscutivel utilidade. Penso contribuir para esta obra util, publicando êstes breves comentarios a alguns dos seus pontos essenciaes.

## I — Brasilidade integral

“Nossa palavra de ordem deve ser — *brasilidade*”, clama, reclama e proclama o *Manifesto*. E’ com esta palavra na testa ou na barriga, como lanterna de mineiro, que os legionarios paulistas procuram iluminar a negrura da situação nacional. Mas o que vem a ser, verdadeiramente, esta *brasilidade*



*dade?* Se não estou equivocado, quem “inventou” o termo, entre nós, foi o conde Affonso Celso, naqueles tempos de nacionalismo integral do governo Epitacio. A “invenção” aliás se reduzia a simples tradução da “argentinidade” do sinistro Manuel Carlés, chefe da reacção anti-proletaria organizada pela Liga Patriótica Argentina. *Brasilidade* vem a ser, pois, no fim de contas, um puro sinonimo de *nacionalismo*. Brasilidade radical, brasilidade intransigente — fórmulas a cada momento repetidas no *Manifesto* — são simples equivalentes de nacionalismo integral, isto é, de um patriotismo exaltado, grandiloquente, verbalista e... vasio.

Seria estulticie negar as peculiaridades de detalhe com que se apresentam certos problemas brasileiros — peculiaridades que, a rigor, por isso mesmo que exprimem diferenciações de detalhe, são mais propriamente regionais do que nacionais, como é facil de compreender num país da extensão do Brasil. Cada país, cada região dentro do mesmo país, no mundo inteiro, possui as suas peculiaridades, que devem ser levadas em conta na solução dos problemas, concretamente. Criterio afinal realista, científico, que nada tem de comum com a paranoia do nacionalismo integral. Particularmente em países novos do tipo do Brasil, êsse nacionalismo integral — ou, na linguagem do *Manifesto*, brasilidade radical e intransigente — não tem nenhum sentido da realidade historica e social, não passando, no melhor dos casos, de mera pose intelectual. Nacionalista integral, entre nós, só o poderia ser o bugre de tanga na floresta; tudo mais que possuímos, absolutamente tudo mais, vem de fora, inclusive nós proprios que não somos indios puros. Não é “brasileira” a língua que falamos, nem “brasileiros” são os nossos costumes, nem tão pouco os pensamentos e as idéas que expendemos. O detalhe pode ser brasileiro, — antes amazonnense, nordestino, mineiro ou gaúcho, — mas o fenomeno basico, em seu conjunto, é sempre cosmopolita, mundial, internacional.

Os problemas brasileiros são na sua essencia problemas mundiais. A linha geral que os caracteriza é a mesmissima.



A solução dêles só pode ser encontrada, logicamente, no plano mundial. As peculiaridades nacionais e regionais são sempre secundarias, condicionando apenas a aplicação prática local das soluções.

## II — A realidade brasileira

A brasilidade legionaria, intransigente e radical, briga com a realidade brasileira. Não é difícil provar-o.

O *Manifesto* condena, com acêrto, o “lirico e perigoso messianismo” que tem servido de lastro aos emprezarios de patriotismo e de civismo no Brasil, cujo manual classico é aquele nefando *Porque me ufano do meu país*, do alludido conde “inventor” da palavra brasilidade. No entanto, no mesmo lugar onde exara a condenação justissima, cai o *Manifesto* em cheio na megalomania de pensar “que o Brasil ainda pode dizer ao mundo uma palavra nova”; que “o Brasil terá uma missão a cumprir”; que “é entre o Amazonas e o Prata... que se processará a formação da “quinta raça”, que dará ao mundo o proximo tipo de civilização”; que “tudo nos indica, pois, que do Brasil deverá sair alguma coisa nova”, etc., etc. Parece que meio encalistrado com êsse delirio verbal, procura o *Manifesto* escudar-se nas “profecias” dos sabios (estrangeiros) Humboldt e Martius, e até na sociologia (ora, de quem!) do mexicano José de Vasconcelos... Tudo isso, com ou sem sabios da estranja, que é senão lirismo messianico do mais pernóstico, do mais retinto me-ufano-do-meu-país?

Não é esta, absolutamente, a realidade brasileira.

A realidade brasileira, que o *Manifesto* apenas vislumbrou no meio do delirio, é a dos “imensos latifundios”, enriquecendo algumas centenas de fartissimos patriotas, á custa da miseria infinita de milhões de trabalhadores agricolas; é a da propriedade da terra expressa pela proporção de 9 decimos pertencentes a uma insignificante minoria de grandes proprietarios e só um decimo pertencente a centenas de milhares de pequenos proprietarios; é a da formação historica dos latifundios, através do



saque e do massacre da indiada e da escravização do braço negro importado.

A realidade brasileira, a grande realidade brasileira, que o extremo confusionismo do *Manifesto* não consegue esfumar, é a do Brasil colonia depois de um seculo de “independencia”. Em 1822 passámos apenas das unhas já roídas do velho Portugal decadente, êle mesmo feito colonia, para as unhas aduncas do milhafre britânico, robusto e voraz. Temos dependido inteiramente da finança ingleza, durante quasi cem anos; agora dependemos tambem da finança yankee. Somos a prêsa gorda e gostosa que os imperialismos rivais se disputam entre si, com tanto mais afinco e aggressividade quanto pretendem êles resolver á custa das colonias as suas crises internas. Os dados são bem conhecidos, mas nunca é demais repeti-los.

Devemos ao estrangeiro (União, Estados e Municipalidades, não se computando aí as dívidas e os capitais das empresas privadas), soma superior a 250 milhões de esterlinos, equivalentes hoje a mais de 15 milhões de contos, que nos exige um serviço anual de juros e amortização de quasi 22 milhões de esterlinos, equivalentes a mais de 1 milhão e 200 mil contos, ou seja mais da terça parte da receita publica de todo o país, União, Estados e Municipalidades. Dívidas fabulosas, que os successivos governos, empenhados e vendidos aos usurarios de Londres e Nova York, simulam “pagar” com o dinheiro de novas dívidas.

Temos nas garras dos imperialistas as “nossas” estradas de ferro (inclusive, praticamente, as mais “brasileiras”, como a Central, hipotecada a empréstimos, ou a Paulista — êste “orgulho” da indústria nacional). A energia electrica para os serviços publicos e privados está toda ela nas mãos dos yankees e dos anglo-canadenses, tendo sido por elas absorvido, nestes ultimos tempos, o pouquissimo que ainda havia em mãos brasileiras. As principaes indústrias estabelecidas no país — frigoríficos, tecidos, fosforos, etc. — ou são directamente propriedade dos grupos estrangeiros, ou estão a êles empenhados e hipotecados.



O ferro — e o Brasil possui cerca de 25 % do ferro existente no mundo — o ferro que é base da indústria pesada, da siderurgia, da fabricação de meios de produção, sem a qual a independencia economica de um país é palavra vã, o “nosso” ferro não nos pertence. As “nossas” maiores jazidas, as montanhas ferríferas de Minas são propriedade, garantida pela lei “brasileira”, dos trusts anglo-americanos, que as guardam intactas, que as não exploram nem explorarão porque foi precisamente para as não explorar que elas foram adquiridas e são guardadas. Chegámos assim a esta situação: o “nosso” ferro, inerte nas entranhas da “nossa” terra, transformado pelo imperialismo em guarda da nossa propria dependencia e escravização...

As concessões de terras, feitas a sindicatos de capitalistas estrangeiros, — a Ford na Amazonia, a Lovat no Paraná, para citar as mais escandalosas — abarcam municipios inteiros, compreendendo territorios mais vastos que certos países europeus. As maiores fazendas “paulistas” estão hipotecadas, por obra e graça dos patriotas do Instituto de Café, aos banqueiros de Londres.

Reduzidos á monocultura de produtos coloniaes, fascinados pela facil “prosperidade” das valorizações a base de empréstimos onerosissimos, aí estamos agora sofrendo as consequencias catastroficas da até ha pouco tão louvaminhada politica do café, como já sofreramos antes as da politica da borracha e como sofreremos ainda amanhã as da politica do algodão ou da carne.

Para coroamento da obra realizada em cem anos pelos patriotas do Imperio e os patriotas da Republica, temos que suportar, calados e submissos, sob o chicote da censura exercida por “brasileiros”, o controle das “missões tecnicas” que vêm fiscalizar os devedores relapsos e incapazes, ditando ordens e impondo condições, que os nacionalistas integrais aceitam de rabinho entre as pernas...

Em suma, a realidade brasileira é a da exploração economica e da opressão politica em que vivem as classes laboriosas,



operarios da indústria e da lavoura, colonos e pequenos lavradores, artezãos e intelectuais pobres, todos sem excepção ligados ao capitalismo estrangeiro — ou directamente nas empresas imperialistas, ou indirectamente por intermedio do capitalismo “nacional”. Realidade axiomática, que dispensa demonstração, porque é sentida e sofrida por 99,9 % da população brasileira. Realidade-mater, de cujos flancos nascem todas as realidades de um país riquissimo habitado por uma gente po-brissima.

Esta, sim, é verdadeiramente a “realidade brasileira”. Mas não é, de modo algum, realidade “brasileira” exclusiva, típica, especifica. Longe disso. E’ a mesmissima realidade de todos os paises agrarios e coloniais do tipo do Brasil — a India, a Persia, a Australia, os paises africanos, os paises nossos companheiros desta America chamada latina. Realidade internacional, que exige espirito internacionalista para ser compreendida e assim resolver os problemas dela resultantes.

### III — Solução brasileira para os problemas brasileiros

“A subordinação do pensamento politico contemporaneo aos imperativos das realidades brasileiras é indispensavel... a uma solução brasileira para os problemas brasileiros.” E’ com êste criterio que o *Manifesto*, feita a “análise” da situação nacional, aponta os remedios para os males de que sofre o país. Para a “brasilidade” dos problemas — a “brasilidade” das soluções. Vamos ver quais sejam estas famosas soluções “brasileiras”, indicadas no *Manifesto* como capazes de resolver os tres problemas básicos: latifundio, imperialismo, trabalho.

#### 1) Para o problema dos latifundios.

Ensina o *Manifesto*: “O Estado tem de intervir fortemente no sentido de dar a terra ao verdadeiro agricultor...”, mas isso, bem entendido, sem sair da “orbita dos proprios fundamentos juridicos do Estado”, isto é, “dentro das fórmulas ju-



ridicas decorrentes dos principios de organização nacional” que a Legião propõe. Tipo da linguagem generica, imprecisa, neutra. Traduzida em vulgar, concretamente, esta “solução” quer dizer o seguinte: o Estado deve proceder a uma reforma agraria no sentido de retalhar os latifundios em pequenas propriedades, vendidas a certa camada de futuros kulaks (“verdadeiros agricultores”), sendo *naturalmente* indenizados os latifundistas (“dentro das fórmulas juridicas...”). O direito de propriedade da terra — argamassado no Brasil com o sangue dos indios expoliados pelos colonizadores estrangeiros — é reconhecido e sustentado como coisa sagrada, não podendo o latifundista sofrer nenhum atentado ao seu “direito” (que é romano de origem e universalizado por adopção historica em todo o mundo moderno).

Em resumo, o que o *Manifesto* propõe como remédio para o grande mal do latifundio é a tisana relissima de uma reformasinha agraria que não vá bulir na casa de marimbondo dos “fundamentos juridicos” da propriedade privada. E a isto os signatarios do *Manifesto* chamam de “solução brasileira”! E êste é o *Manifesto* de uma Legião que ousa qualificar-se de “revolucionária” no ano de 1931, XIV da revolução russa! Qualquer pioneiro sovietico de dez anos sabe que semelhante solução é a classica e universal solução de que se serviu a burguezia de todos os paises do mundo, durante mais de um seculo...

Já haviamos visto que o problema do latifundio não era um problema especificamente brasileiro. Vemos agora que a solução legionaria tambem não é.

## 2) Combate ao imperialismo.

Diz o *Manifesto* que é preciso “combater todas as formas de imperialismo pacífico (?), desde as diretamente ligadas aos problemas economico-financeiros, ás atividades comerciais e industriais, até ás mais disfarçadas propagandas dos costumes adventicios (??) e das doutrinas inaclimaveis” (???). Graças a Deus. Mas *como* combater o imperialismo? E porquê essa



restrição de imperialismo “pacífico”? Quer dizer que não devemos combater o imperialismo que pretenda manter de armas na mão a sua dominação sobre o Brasil? E qual é esse imperialismo dos “costumes adventícios” e das “doutrinas inaclimáveis”?

Sobretudo neste capítulo é que o *Manifesto* se mostra confuso, difuso, abstruso, inventando uma estupefaciente teoria da “civilização geologica”, que teria dado origem ao imperialismo, contra a qual deveremos criar a “civilização geografica”. Os países de “civilização geologica” (são os que possuem e exploram o ferro, o carvão, o petróleo, etc. — elementos geológicos) pretendem fazer a “standardização do tipo humano” (que será isto?) e daí os seus sinistros planos imperialistas de penetração, infiltração e dominação sobre os outros países, cujas condições naturais (falta de ferro, carvão, petróleo, etc. — ou falta de meios para explorar o ferro, o carvão, o petróleo, etc., que acaso possuam) não lhes permitem desenvolver-se sob o signo da “civilização geologica”. De onde resulta o desequilíbrio economico reinante no mundo...

Dada esta “explicação” do que é o imperialismo (pobre Vladimir Ilitch!), o *Manifesto* conclue, triunfante: “Essa situação de desequilíbrio economico entre os povos deve convencer-nos de que o *unico caminho da independencia, da verdadeira liberdade, da AFIRMAÇÃO NACIONAL*, está na criação de uma civilização de sentido geografico, em contraposição á outra, de sentido geologico. Ou MELHOR: uma civilização *mais espiritual*, com uma conciencia maior da *dignidade humana*” (os grifos e a caixa alta são desta transcrição). Assim, pois, contra o imperialismo que se baseia no ferro, no carvão, no petróleo, os eminentes sociologos do *Manifesto* legionario propõem a criação brasileira de “uma civilização de sentido geografico”, isto é, sem ferro, sem carvão, sem petróleo, continuando a depender do ferro, do carvão e do petróleo dos países imperialistas; civilização “mais espiritual”, baseada, não no ferro, no carvão e no petróleo, mas numa conciencia maior da “dignidade humana”... Eis o que é, isso sim, o suco da bra-



silidade! Esta, a “palavra nova” que o Brasil vai dizer ao mundo! Esta, a “missão” que o Brasil deverá cumprir! Sim senhor. Está tudo muito bonito.

Mas, pondo de parte o entusiastico porque-me-ufano, levemos até ao fim, até ás suas últimas consecuencias, concretamente, a teoria das duas civilizações antagonicas, a geologica e a geografica. Raciocinemos calmamente. O Brasil, governado pela Legião Revolucionária, começa a criar a civilização geografica, para libertar-se da civilização geologica. A civilização geologica não se conforma com a criação legionaria, contra ela, da civilização geografica. Agravação do antagonismo. Represalias aduaneiras. Conflito diplomatico. Rompimento. Briga. Ora, a civilização geologica, baseada no ferro, no carvão, no petroleo, possui canhões, fuzis, obuzes, aviões, gases mortiferos. A civilização geografica, sem ferro, sem carvão, sem petroleo, não possui canhões, nem fuzis, nem obuzes, nem aviões, nem gases mortíferos. Temos, pois, o Brasil, país “mais espiritual”, com um conciencia maior da “dignidade humana”, a brigar de mãos abanando contra tal ou qual país imperialista armado até aos dentes. Era uma vez a civilização geografica. E o Brasil sem poder dizer nenhuma palavra nova ao mundo, sem poder cumprir a sua missão...

A tal resultado chegaríamos, fatalmente, si fossemos aplicar no caso do Brasil oprimido pelo imperialismo a solução nacionalista preconizada pelo *Manifesto*. Na minha humilde opinião de homem de ideas subversivas, eu entendo que o problema da luta contra o imperialismo nada tem de especificamente brasileiro. Prefiro, portanto, para êle, a solução internacionalista: guerra de morte, a ferro e a fogo, sustentada pelas massas trabalhadoras contra os imperialistas e seus lacaios. Solução clara, firme, direta, que não deixa lugar a nenhuma especie de dúvida.

### 3) A questão do trabalho.

Pretendendo “situar o Brasil no problema do mundo” (que fórmula!), o *Manifesto* decide que é preciso atender, neste



ponto, á nossa “verdadeira e propria questão social”. Brasilidade da questão social... Infelizmente, o *Manifesto* não explica em que consiste essa diferenciação brasileira da questão social. Qualificando a Republica de 89 de “Republica dos industriais e grandes latifundiarios”, de “Republica dos trusts e sindicatos”, êle nos fornece uma carateristica que se pôde aplicar, mais ou menos integralmente, a qualquer país do mundo, excepto a U. R. S. S., isto é, a qualquer país, como é o Brasil, onde os meios de produção constituem monopolio de uma pequena minoria parasitaria, cuja riqueza é fruto da exploração exercida sôbre a maioria dos que trabalham e produzem. Não sei se deslumbrado ou obsecado pela peregrina idea da “civilização geografica” que o Brasil, no cumprimento de inaudita missão historica, deve contrapôr á “civilização geologica” dos paises imperialistas, o redator da retumbante peça legionaria escreve que o nosso país, “agricola por *fatalidade* de suas condições, tem vivido... uma vida falsa”. E mais, que a Republica (a velha) “criou, para o país, notadamente em São Paulo, uma questão *prematura* para um povo jovem.” (Os grifos são desta transcrição.)

Isto, reduzido a linguagem mais acessivel, significa o seguinte: que o Brasil, para realizar no mundo a sua missão de pioneiro da “civilização geografica”, deve conformar-se com a *fatalidade* de suas condições, limitando-se ao cultivo da terra, á agricultura e á pecuaria, fazendo-se o “celeiro do mundo”, etc., etc., deixando intatas as suas jazidas de ferro, de carvão e de petroleo (já compradas pelos imperialistas), liquidando finalmente as suas poucas industrias, que fazem o país viver “uma vida falsa”, e assim livrando-se das encrencas de uma questão *prematura*, que é a questão operária... Que perspectivas virgilianas para o futuro dêste grande país, berço da “civilização geografica”! Faz lembrar as paisagens “imaginárias” de certas decorações de varanda... Desgraçadamente, o paraíso rural sonhado pelo autor do *Manifesto*, como sendo o suprasumo da brasilidade em materia de solução para a questão do trabalho, não passa, na verdade, de pura utopia, de



utopia irrealizavel — porque inteiramente contrária á realidade brasileira e mundial da hora presente, que põe os povos coloniais e semi-coloniais do tipo do Brasil nesta alternativa: ou lutar pela independencia efectiva criando a sua propria base industrial, ou continuar como país fornecedor de materias primas e alimenticias, sob o jugo das potencias industriais e imperialistas. Com excepção dos signatarios do *Manifesto* e de outros patriotas e nacionalistas que se acham ao serviço do imperialismo estrangeiro, toda gente de bom senso compreende não só que a primeira destas duas alternativas é a unica decente e plausivel, como tambem que o Brasil é um país admiravelmente dotado de recursos naturais para tornar-se uma potencia industrial de primeira ordem, independente e rica.

Afinal de contas, a brasilidade integral e intransigente do *Manifesto* reduz-se, neste caso, a sustentar o mesmissimo ponto de vista estrangeiro dos países imperialistas que nos dominam. Com efeito, o interesse dêstes países consiste exactamente em que o Brasil não se industrialize, mas pelo contrário continue a ser o país agrario que tem sido, exportador de produtos coloniais e importador de produtos industriais.

#### IV — O Estado e as classes sociais

Questão essencial é a da organização politica do país, a da constituição do Estado. Sôbre ela assim opina o *Manifesto*: “Desde a Monarquia, temos vivido sob a preocupação de impôr ao nosso país sistemas politicos estrangeiros. Experimentámos o parlamentarismo inglez, até 1889; daí para cá, voltámo-nos para as fórmulas americanas, e, agora, é ainda entre os Estados Unidos, a Italia e a Russia, que ocila certa mentalidade que pretende nos impôr novas imitações. Assim, não devemos transplantar para o Brasil, nem comunismo, nem fascismo, nem outros sistemas exóticos.”

Este é, talvez, de todo o *Manifesto*, o trecho mais perfeito, aquele que pode ser dado como trecho-modêlo, trecho-para-



digma, trecho-síntese de todas as monstruosidades contidas ali. Ha nele de tudo: história, sociologia, constitucionalismo comparado, politica estrangeira, politica nacional, literatura, climatologia, brasilidade... Falta-lhe apenas uma coisa: sentido. O simples sentido comum, que, deante de uma garrafa de vinho, não confunde a garrafa, nem o rótulo da garrafa, com o vinho que enche a garrafa.

A fôrma do Estado, que vem a ser o continente de tal ou qual sistema politico, é secundária e pode variar sem que varie o seu conteúdo de classe, que é tudo. Porque o Estado, sem excepção de tempo e de espaço, sempre foi a fôrça organizada ao serviço de uma classe. Êle nasceu com as classes e só desaparecerá quando as classes tenham desaparecido. Isto é noção científica elementar, teoricamente inexpugnável e praticamente comprovada pelos acontecimentos dos nossos próprios dias. Por exemplo, o parlamentarismo inglês, o presidencialismo americano e o fascismo italiano diferem entre si como *fôrma de organização* do Estado; porém, como *conteúdo de classe*, se equivalem integralmente. Nos trez casos, o Estado é sempre a fôrça organizada ao serviço da *burguezia*. Comparando-se com êle o caso da União Sovietica, veremos que a diferença existente não reside só na forma de organização do Estado, mas *essencialmente* no seu conteúdo de classe: ali o Estado é a fôrça organizada ao serviço do *proletariado*. Nos trez primeiros casos, a diferença é de adjetivo para adjetivo: mas entre êles e o quarto caso, a diferença é de adjetivo para substantivo. Por conseguinte, quando examinamos a questão do Estado, o ponto primordial a resolver é êste: qual o seu conteúdo? a serviço de que classe está êle organizado? da classe feudal? da burguezia? do proletariado? Quem se limita a só ver diferenças secundárias de fôrma, não vendo as diferenças essenciais de conteúdo, por força chegará a resultados lamentaveis. Como aconteceu com o senhor redator do *Manifesto* legionario.

Essa limitação é que o levou a perpetrar o monstruoso atentado historico de colocar no mesmo plano de diferenciação o



presidencialismo americano, o fascismo italiano e o comunismo russo. O presidencialismo americano é um sistema politico de dominação capitalista; o fascismo italiano, idem, idem, com a mesma data; mas o comunismo russo é, por sua mesma natureza, *anti*-capitalista. O comunismo, por definição, é o contrário, o oposto, a negação do capitalismo. E não está no mesmo plano historico. O comunismo só é possível, historicamente, *depois* do capitalismo. O comunismo nasce das entranhas do capitalismo. Daí, o dizer-se que o proletariado é ao mesmo tempo o coveiro e o herdeiro da burguezia. Não tem portanto sentido algum colocar no mesmo plano historico o presidencialismo, o fascismo e o sovietismo, isto é, o capitalismo (Estados Unidos e Italia) e o comunismo (U.R.S.S.).

Limitação semelhante levou ainda o *Manifesto* a anunciar, entre outros passes de magica, o da “igualdade absoluta das classes”. Falar em “igualdade (e ainda por lambugem *absoluta*) das classes” é zombar do bom senso mais rudimentar. Si ha classes é porque ha desigualdade. Só se classifica o que é diferente, desigual. A desigualdade social é que gerou as classes sociais. Estas só desaparecerão juntamente com o desaparecimento da desigualdade que as gerou, isto é, com o advento de um regime de igualdade social, que será precisamente o comunismo. Igualdade de classes são termos que se repelem, sem qualquer possibilidade de junção decente.

## V — Legiões fascistas

Espremendo-se toda a fraseologia baralhada e diluida do *Manifesto*, duas ideas básicas restam, como bagaço, a caracterizá-lo: a da “brasilidade” ou “idea nacional”, excluindo as ideas “exoticas”; e a “representação por classes” (erroneamente assim chamada, pois se trata na verdade de representação “corporativa”). Ora, estas duas ideas basicas, em tórno das quais os signatarios do bulhento papel julgaram ter construido uma doutrina originalissima, são exactamente, sem tirar nem pôr, as mesmas ideas características que servem de fundo á ditadura fascista, na Italia e alhures.



No *Programa da Internacional Comunista* aprovado pelo VI Congresso Mundial, em meados de 1928, a explicação do fascismo, como finalidade e como metodo, é formulada nos seguintes termos: "A burguezia, para assegurar maior firmeza, continuidade e estabilidade ao seu poder, é levada cada vez mais a passar do sistema parlamentar para o metodo fascista, independentemente das relações e das combinações de partido. Êste metodo é o da ditadura direta, ideologicamente disfarçada pela "idea nacional" e pela representação "corporativa" (na realidade idea e representação dos diversos grupos das classes dominantes)". O sistema politico "democratico", baseado no sufragio universal, seja com o rótulo de presidencialismo ou de parlamentarismo, é o que corresponde ao periodo "normal" do regimen capitalista, que vigorou no mundo moderno até á grande guerra imperialista. Êste periodo "normal" passou com a guerra, succedendo-lhe o periodo agitado, instavel, revolucionario, "anormal", que tem perdurado até hoje, rompendo rapidamente a pausa precaria dos anos 1924-28, e agora se vai agravando cada vez mais, marcado por uma crise estrutural sem remédio. Para manter-se no poder, tentando o impossível para superar a crise, a burguezia mandou ás favas a norma democratica, liquidou o parlamentarismo desmoralizado e impotente, implantando a ditadura direta do grande capital. O fascismo é a expressão politica desta ditadura, que se dissimula, conforme a situação de cada país e de cada momento, sob o disfarce de uma ideologia mais ou menos demagogica. O seu objetivo primordial consiste em barrar, desviar ou esmagar pelo terror branco o movimento revolucionario da classe operária e em primeiro lugar a sua vanguarda comunista.

Ora, as "legiões revolucionarias", que se estão criando por êste vasto Brasil, nada mais são, no fim de contas, que meras traduções brasileiras regionais (paulista, mineira, baiana, etc.) das "milícias fascistas" italianas, que constituem o modelo classico da especie. Explorando demagogicamente o "descontentamento das massas pequeno-burguezas, dos intelectuais e de outros meios" (*Programma da I. C.*), o que os seus chefes,



ideólogos e organizadores visam é reconsolidar o poder da burguezia ameaçado pela crise revolucionária, que sacode o país. A diferenciação regionalista que se observa na sua formação — e bem assim o choque entre elas e os partidos tradicionais — refletem uma dupla pressão: de um lado, as contradições internas que dividem as classes dominantes brasileiras; de outro lado, as rivalidades imperialistas, ao serviço das quais se acham, respectivamente, os diversos grupos da burguezia “nacional”. Numa unica coisa são unanimes: no combate ao comunismo. Intitulam-se “revolucionárias”, mas são de fato organizações medularmente contra-revolucionárias — fazendo o jôgo de tal ou qual grupo regional da burguezia, o que vale dizer, fazendo o jôgo de tal ou qual imperialismo. Brasilidade radical, nacionalismo puro, horror ao exotismo, exaltação nativista, xenofobia politica, fraseologia por vezes anti-capitalista e anti-imperialista... — tudo isso é tapeação. Oleo de ricino engarrafado com o rótulo de guaraná.

Abril de 1931.

ASTROJILDO PEREIRA



## Populações Paulistas (II)

### 3. Etnogenia e hibridação

Antes de entrar no assunto que é objeto dêste trabalho — as populações paulistas — será conveniente dizer alguma coisa, em ligeira síntese, sobre a etnogenia e a hibridação.

Não ha a menor duvida de que o homem está sujeito a evolução e por conseguinte a se modificar. Os multiplos achados paleontologicos, mais particularmente osteologicos, evidenciam da forma a mais irretorquível que, através dos milhões de seculos, desde o terciario pelo quaternario, o homem se vem modificando (Mendes Correa, *Homo*). Quero crer que essas modificações hajam sido muito paulatinas, tangidas por fôrças de três naturezas diversas, a agir conjugadas no mesmo sentido:

- A) A adaptação ao meio, obrigando o germen humano a modificar o soma humano e a variar de acôrdo com o ambiente, as condições de vida, o uso e o não uso, etc. (Lamarck, Cope e outros).
- B) As diversas seleções, entre as quais a seleção natural, que elimina os individuos inadaptados (Darwin, Weissman, etc.).
- C) As variações ocasionais e causuais que se fixam e se perpetuam, com enorme acervo de consequencias, como é de se observar no mundo animal e vegetal



(De Vries, Kölicker, Dall, Korschinsky, T. H. Morgan, etc.).

Essas seriam as forças agindo no sentido de centrifugismo, diferenciando as várias raças primitivas. Os acidentes geograficos, segregadores mais ou menos intransponiveis, principalmente por gente atrazadissima e sem os menores recursos, como nas éras priscas, teriam formado, depois de enormissimo periodo de tempo, as diferentes raças humanas do planeta, no sentido da antropologia, "strictu senso" (Lusham, Keith, Mendes Correa: *Homo*; E. Pittard: *Les races et l'histoire*, etc.). Agindo em sentido oposto, isto é, o de centripetismo, atuando como um formidavel contrapeso conservador, se encontra a hereditariedade, que procura, pela nivelação, manter iguais os individuos, transmitindo aos sucessores os mesmos caracteres dos pais. Com ela, naturalmente travam luta as forças acima discriminadas, no sentido de dobrá-la, de curvá-la, de fazê-la maleavel. Do equilibrio e do desequilibrio dessa luta é que surgiram as raças antropologicas, que depois se foram misturando com as comunicações que a civilização facilitava (Pittard, loc.). De tais misturas provieram as raças historicas, que povoaram a terra desde os primordios da humanidade conhecida. Durante larguissimo periodo de milhões de seculos, os nódulos humanos viveram segregados a ponto de se fixarem atributos raciais persistentes que mestiçagem nenhuma é suficientemente potente para fazer desaparecer (Kyesanmechanie).

Com esses eventos as raças, antropologicamente falando, se foram constituindo, e fixando os atributos de cada uma. Umas e outras adquiriram, por circunstancias, que não importa investigar aqui, um determinado formato de craneo, de face, de nariz, de orbitas, uma certa côr de pele, de olhos, uma determinada estatura, uma certa proporção entre as partes anatomicas do seu corpo, etc. O que era fixado pela hereditariedade, de acôrdo com o meio geografico sobretudo.

O progresso intelectual do homem, porém, creou a vida social e esta originou outro grande fator na evolução racial dos



agrupamentos humanos. O meio social forçou a intercomunicação dêsses núcleos humanos de raça pura (as raças quanto mais antigas mais puras se apresentam: veja-se a de Neanderthall, por exemplo), que acidentes geograficos, como montanhas e mares, segregavam, e daí surgiu a mestiçagem. Mas o isolamento dêsses núcleos humanos, fôra por demais duradouro para que a mestiçagem tivesse podido anular as consequências da fixação de diferenças morfológicas. Mesmo porque a mestiçagem, de dois troncos puros, antropologicamente falando, ainda que faça desaparecer para sempre essa pureza, não consegue uniformizar os mestiços em uma terceira raça com caracteres fixos e definidos. Determinando muito a simetria. Mas em materia de hibridação não ha simetria. Os resultados são fatalizados por outras normas, que não seguem esse criterio. Só em teoria duas raças antropologicas “strictu senso” se defrontam em proporções iguais. Entretanto, se isso succedesse na prática, seriam as leis de Mendell, referentes á hibridação, que determinariam as consequências. Os caracteres dêsses produtos hibridados são os das raças mães escalados, em seriações de acôrdo com as dominancias e as recessividades de uns em relação aos correspondentes da outra raça formadora. Os individuos mestiços são portadores de uma fórmula condensadora dos caracteres aparentes, que constituem a morfologia dêsses mestiços. Essa formula denomina-se FENOTIPICA. Ella é formada pelas alternancias dos caracteres dominantes e recessivos, emprestados pelas raças mães. A formula fenotipica é a fórmula individual. Daí as variações individuais de pessoas da mesma raça: irmãos que diferem de irmãos, filhos dos mesmos pais. E’ que êles têm as suas fórmulas fenotipicas diferentes. São diversas as associações dos caracteres das raças mães. Alguns que eram dominantes se tornaram recessivos e vice-versa.

Os mestiços, além dessa fórmula que lhes caracteriza as variações individuais ou heteromorfismo pessoal, são ainda portadores de uma outra fórmula, que é o seu atributo racial, e onde estão encerrados todos os seus estigmas latentes, que não



aparecem, mas que podem ser transmitidos á sua progeie pela hereditariedade. Essa formula é que determina as variações raciais, ou o heteromorfismo etnico. Denomina-se ela GENOTÍPICA, em opposição á individual ou FENOTÍPICA.

Todo indivíduo é pois possuidor de duas fórmulas, que encerram os seus caracteres anatomicos, morais, psiquicos, e fisiologicos, as quais recebem de seus antepassados e transmitem a seus descendentes, de acôrdo sempre com as proporções mendelianas. Essas fórmulas, que explicam as variações pessoais e raciais, são muito complexas visto como, cada raça historica possúe já varias series de caracteres, que se combinam com os de outras raças defrontadas nos cruzamentos, a êles se justapondo de conformidade com a sua relativa dominancia ou recessividade.

Assim, os caracteres raciais ou individuais, quer sejam êles pertencentes á fórmula GENOTÍPICA quer á FENOTÍPICA não se misturam, não se caldeiam, mas se combinam, se alternam, se sobrepõem, se adicionam, se justapõem, como na soma de caracteres algebricos. Um mestiço de dois troncos etnicos, pode ter os atributos das raças de que deriva em alternancia. Assim a fórmula craneana, a dermocromia, e o sistema piloso de uma das raças mães, ou de um dos grupos de raças mães, e a fórmula facial, a estatura, os olhos, etc. da outra raça mãe ou do outro grupo de raças mães.

Exemplificando mais concretamente: um braquicefalo louro, de baixa estatura, camœprosope e mesorrinio, entra em cruzamento com um outro indivíduo, dolico, louro, de alta estatura, leptoprosope, leptorrinio. Os seus produtos devem ser mestiços louros, se na formula GENOTÍPICA de qualquer das raças mães não existe o caracter moreno, mas podem ser de alta estatura, braquicefalos, leptoprosopes, leptorrinios, como podem ter os outros caracteres das raças mães em outras alternancias. Outro mestiço dêsses dois individuos apontados, irmãos do produto mestiço descrito, embora possuidor da mesma formula GENOTÍPICA, ainda que racialmente seja identico, por ser filho do mesmo pai e da mesma mãe, pode ter outra fórmula



FENOTIPICA, de outros caracteres aparentes, como a dolicocefalia em vez da braquicefalia e a baixa em vez da alta estatura do irmão.

A mestiçagem de duas linhagens diferentes não pode ser prevista nos seus resultados. Tudo quanto se queira dizer “a priori” nesse assunto é por fôrça fantasioso. Ainda que se conheçam as fórmulas GENOTIPICAS das duas estirpes, que se defrontam no cruzamento, não é possível prever os caracteres, que se farão aparentes na formula FENOTIPICA do producto mestiço. Poder-se-ia quando muito argumentar então com possibilidades, mas nunca com certezas.

O português, por exemplo, deve ter a seguinte fórmula FENOTIPICA resultante das suas mestiçagens ancestrais: dolicocefalo; moreno; baixa estatura; leptoprosope; leptorrinio; cabelos negros, ondulados e abundantes; sistema piloso opulento, etc. E’ o tipo que em Portugal predomina. Esse mesmo indivíduo, porém, terá a seguinte fórmula GENOTIPICA, cujos caracteres transmitidos aos seus descendentes poderão ou não figurar aparentemente nestes, ou antes, poderão ou não figurar nas suas fórmulas FENOTIPICAS: dolico moreno, 85 %; dolico louro, 1 %; brachi moreno, 14 % (Ripley, *The Races of Europe*); estatura baixa, 85 %; estatura media, 10 %; estatura alta, 5 % (Mendes Correa, *Homo*); cabelos negros ondulados, 90 %; cabelos castanhos claros, 5 %; cabelos louros, 5 %; leptoprosopes, 85 %; hesoprosopes, 5 %; camoeprosopes, 10 %; leptorrinios, 80 %; mesorrinios, 15 %; latirrinios, 5 %. Esta seria a formula GENOTIPICA do português, contendo os caracteres anatomicos das estirpes historicas, das quais provém o português na sua formação.

Cada caracter terá naturalmente a sua proporção de acôrdo com a curva de nivel que apresentar, pois dos elementos das diversas raças historicas que teriam entrado na formação da gente lusa, e elas não entraram em proporções iguais, muitos deveriam ter sido diminuidos, com os seus caracteres eliminados ou augmentados pelas diversas seleções a que a formação da gente portuguesa naturalmente tem estado sujeita. As raças



historicas saíram pois dessas complexidades e como elas o português.

Ao se cruzar o luso com o amerindio, ou com o negro, teve êle (de raça historica) que se defrontar com outras tantas complexidades oriundas da outra estirpe etnica, sua parceira no cruzamento. O mestiço do português com o indio apresentava assim uma serie grande de tipos variados. Uns tiravam fenotipicamente do indio uma determinada soma de caracteres que eram por sua vez somados a outros tirados do português, podendo ser como o indio na face, na côr e na estatura, e como o português no craneo, nos cabelos, etc. As seleções agindo em concordancia com outras oriundas do ambiente, por exemplo, iam eliminando varias dessas combinações e poupando outras que, mais simplificadas, mais homogeneizadas, perpetuavam sempre os caracteres na progenie.

O europeu e o africano produziram tambem varias combinações de diversas alternancias de cabelos (lisos, ondulados, lanosos), côr, estatura; traços psicologicos, craneometria, formato da face e do nariz, etc. (1)

A's vezes se encontram individuos escurissimos, de cabelos negros, lisos, de face e nariz finos. Outras vezes, são individuos, brancos, louros mesmo, de olhos azues, mas de cabelos claros e lanosos, reafirmados por um prognatismo sub-nasal, notavel pelas proporções, aliado a outros caracteres mais peculiares do negro. E' um tipo de mulato que se disfarça aos olhos do vulgo, mas não ao golpe de vista do cientista. Êsse mu-

---

(1) Os brancos em crusamento com negros produsiram tipos desiguais. Vejam-se os nossos mulatos brasileiros, ostentando caracteres variados de ambos seus ancestrais. E faça-se uma comparação entre êles e o abissinio, que muitos sabedores chamam de "homo nuba" (Lapouge, L'Aryen), mas que em verdade não é senão um mestiço que tem do negro a côr da pele, além de outros caracteres, e do branco as linhas craneometricas, faciais, nasais, e os cabelos lisos. O indú apresenta-se tambem com a côr africana, embora mais disfarçada que a do abissinio, e com maior prognatismo que o branco, mas com os cabelos lisos. O australiano, de cabelos lanosos, tem côr clara e acentuado prognatismo. O polinesio, quasi branco, possui o nariz platirrinio. A Oceania, a Asia e a Africa estão cheias dêsses tipos flagrantemente mestiços, mas que alternam, em combinações multiplas, os caracteres das raças formadoras.



lato, tendo na sua fórmula GENOTÍPICA caracteres do português, pode naturalmente transmitir a seus descendentes êsses caracteres, ficando esquecidos os do negro que em alguma geração posterior podem ser relembrados com espanto. E' o que se denomina atavismo. Outras vezes, ainda, é um indivíduo com uma face classica de indio, com seus zigmos enormes em saliencia, olhos amendoados, face camoeprosope e braquicefalo. Mas seus cabelos denunciam o europeu; são finos e ondeados, com uma tonalidade que lembra o germanico já acentuado pela estatura elevada dêsse mestiço. (2)

Ou, finalmente, é um craneo platicefalo de um indio nordestino, emoldurado com uma cabeleira de africano, cujos caracteres faciais aparecem em combinação com os do português. Conheci um nordestino que tinha a côr do negro, os cabelos do europeu e a morfologia anatomica do indio, com a sua braquicefalia e as suas proporções de amplo tórax e pequena estatura.

O Brasil tem sido essa imensa complexidade de mestiços que se refletem em todas as nuanças dermocromicas, correndo por toda a escala da metrica craneana, facial, estatural, etc. Os diversos meios fisicos, as seleções e as mais circunstancias vão diminuindo o numero dessas variedades, eliminando os menos aptos, reduzindo os tipos que, embora em pequena quantidade, se perpetuam nessa orquestração polimorfica que é a população brasileira, amálgama heterogeneo de muitos caracteres que definham em ambientes fisicos e sociais numerosos e variados. O que acontece a todos os povos, mas em maior escala ao brasileiro pela grandeza do nosso territorio, pela diversidade dos nossos meios geograficos e pelo numero elevado de troncos raciais, que se defrontam em repetidos cruzamentos.

Com o correr do tempo e sem novas perturbações de imigrações exóticas, os tipos diminuirão em numero. Só os mais aptos ficarão. Assim o negro e o mulato vão desaparecendo

---

(2) Os jornais quasi diariamente publicam o retrato de um exemplar dêsse tipo antropologico, bem definido em um oficial do exercito nacional que os ultimos acontecimentos puseram em destaque.



de S. Paulo. Mais 50 annos e não os teremos, como já não temos o indio. Outras regiões, dotadas de outro ambiente físico e de outro meio social, poderão poupal-o, como o nordeste poupou o indio, que é indiscutivelmente o tipo dominante dessa região, embora appareça civilizado, falando o português. Os ambientes norte-americanos pouparam o negro, que S. Paulo elimina com rapidez.

Do que fica exposto resulta, pois, que não podem existir raças puras, não pode existir agrupamento humano que não seja composto de mais de um tronco racial. Isso considerado sob o ponto de vista da antropologia "strictu senso". Fenomeno, aliás, que não é de se observar hoje tão sómente, quando as relações entre todos os povos são intensas e para as quaes os accidentes geograficos não são obstaculos de monta. E' preciso que se recorde que a humanidade existia já ha centenas de milhares de annos, antes de surgirem as primeiras civilizações classicas do Egito ou da Assiria. O periodo historico, isto é, desde que o homem adquiriu um estado de adeantamento mental que o permitiu transmitir á posteridade os relatos do seu transito pelo mundo, é infinitamente curto, em relação á vida da humanidade. Quando as ondas humanas se aperfeiçoaram nos vales do Nilo, do Eufrates ou do Tigre, já eram elas compostas e mestiças. Possuiam já complicadissimos genotipos. Por isso, e afim de evitar confusões, eu estabeleci que as raças devem ser distinguidas como:

- a) *antropologicas* ("strictu senso") quando em estado de pureza em recuadissimas epocas da prehistoria. Assim, a raça de Neanderthall, cujos especimens não obedeciam a variações raciais ou individuais, a raça de Cro-Magnon (*Homo Spelaeus*), a raça de Chancelade, a raça de Borreby, etc. Os achados paleontologicos testemunham raças puras, de caracteres sem mescla. Outros achados atestam, depois, sempre em progressão crescente, a convivencia de mais de



um tipo antropologico e portanto a mestiçagem entre êsses nucleos humanos primitivos.

- b) *historicas*, que formadas de muitos tipos antropologicos, possuiam a consciencia de unidade e dentro dessa consciencia seguiam seus destinos historicos, fazendo-se passar aos olhos dos inespertos como raças.

Não se conhece, nas paginas do passado civilizado humano, povo nenhum que haja possuido unidade racial sob o ponto de vista antropologico. Por mais antigo que possa ter sido êsse povo, ele sempre é uma mescla de outros, que lhe antecederam e cuja mestiçagem as convulsões sociais determinaram. Exemplificando, temos o judeu. Comumente se acredita na pureza dessa gente de Israel. Entretanto, o agrupamento judaico não passa de uma religião de atributos bem fixos. O judeu não tem, e não teve, por toda a parte, os mesmos caracteres somaticos. Vulgarmente se atribue ao judeu o que tambem comumente se chama de tipo semitico, com um nariz aquilino em rosto longo e fino (leptoprosope) e um craneo dolicocefalo e côr de pele trigueira. Ora, quem vê a gente judaica de Frankfurt e a que povoa a Polonia ou a Russia, poderá verificar que são de tipo justamente oposto ao dessa diagnose. O judeu das éras priscas já tinha tambem varios tipos em confusão, desde o louro Amorita ao negro cananeu com notaveis reminiscencias do africano.

Assim tambem o fenicio, que deveria ter os caracteres raciais dos chamados semitas. Entre eles havia, porém, grande recua de braquicefalos armenoides, que são os antepassados dos sirios de hoje, alem de copiosa infusão de louros e de negros.

Não se faça confusão, pois, de raça antropologica com raça historica, continuando a abusar da designação raça, cujo exato sentido precisa ser muito restringido (Pittard, loc.).

ALFREDO ELLIS (JUNIOR)

(Continua)



## As cinco panelas de ouro

Dona Esmeralda Foz era filha de dona Gertrudes Lemos que em Jataí-Estação muito fêz pelo espiritismo. Tidoca Lemos morreu desprevenido, dona Gertrudes ficou nervosa com a incerteza do destino que tivera a alma do marido. Daí o ter entrado para socia contribuinte do Centro Espirita Amigos de Jesus. Logo na primeira reunião Tidoca apareceu pigarreando sêco (velho cacoete dêle), disse que estava bem, mandou lembranças para os amigos, recomendou insistentemente á mulher que não deixasse de pagar os vinte mil réis que êle morreu devendo ao tenente Euclides (orador official do Centro), falou nos deveres de amor e caridade para com o proximo e se despediu pigarreando sêco. Dona Gertrudes virou espiritista fanatica. Porêem não pagou os vinte mil réis devidos ao tenente Euclides. O que foi um dos motivos de cisma havido no Amigos de Jesus e immediata fundação do Companheiros de Cristo com dona Gertrudes no cargo de primeira secretária.

Por essa época dona Esmeralda tinha seus dezeseis-dezesse sete anos e já por qualquer coisa ria demais ou chorava demais. Ou ria depois chorava, chorava depois ria. Diziam para ela: O Inacinho do Areão caiu do cavalo. Ela ia e ria que era um despropósito. Acrescentavam: Bateu com a cabeça numa pedra, morreu. Ela ia e desandava a chorar soluçado de cortar o coração. Dá uma boa médium, pensou dona Gertrudes. E levou a filha no Centro.



Até então a médium preferida do Companheiros de Cristo era a filha do presidente maestro Angiolini. Chamada Celeste Aida. Logo se estabeleceu uma rivalidade tremenda. Porque Angiolini achava ruinzinhas as comunicações feitas por intermédio de Esmeralda. Espiritismo é como música. Precisa coração. O coração é que comanda. E a Esmeralda só tinha cabeça. Por seu lado dona Gertrudes atrapalhava com apartes caçoistas os discursos que os espíritos ditavam para Celeste Aida. A diretoria aí resolveu consultar Pai Jacob, protector do Centro. Um médium de pencinê veio especialmente de São Paulo. Pai Jacob entrou nele e decidiu a questão a favor da filha do presidente. Dona Gertrudes protestou inflamada dizendo que a coisa lhe cheirava a tribofe. Esmeralda principiou a chorar. Dona Gertrudes agarrou na mão dela, antes de sair deu uma gargalhada satânica, gritou para Salvini: Você, seu carcamano, quando nasceu te jogaram duas vezes na parede: uma vez grudou, outra não! Esmeralda compreendeu, largou de chorar e riu até a mãe dizer chega com dois beliscões.

Meses depois dona Gertrudes se mudou para Jataí-Vila e casou a filha com um moço muito bom, Nicolau Foz, empregado da Luz e Força e oposicionista vermelho. Dias depois morreu de susto. Tarde da noite explodiu perto da casa dela uma fábrica de fogos. Dona Gertrudes foi encontrada já fria apertando contra o peito "O Triunfo na Vida Terrena pelo Magnetismo Pessoal" do professor E. Bedlamite de Columbus, Ohio, U.S.A. Morreu de susto.

A filha sofreu muito. Gostava da mãe. E morta a mãe passou a gostar do unico bem do espólio: uma cachorrinha peluda. Muito vagabunda mas muito célebre. Tinha sido presente de uma comadre da de cujus. Dona Gertrudes a recebeu novinha com dias apenas. E já batizada Goiabada. Nome horrível que dona Gertrudes resolveu mudar. Consultou a filha, a filha pediu um dia para pensar, pensou e sugeriu dois a escolher: Florzinha e Violeta. Dona Gertrudes recusou, passou em revista outros e afinal se decidiu por Dorotea Cabral. Daí a celebridade. Toda gente fêz questão de conhecer Dorotea



Cabral. E dona Gertrudes explicava: Os animais não são nossos irmãos inferiores? Pois então, ué! Devem ter nome de gente! Por isso o genro se animou um dia a observar: Se a cachorriinha tem direito a nome de gente tem direito também a apelido. Dorotea Cabral é muito comprido: fica sendo Tetea. Dona Gertrudes não discordou. Fêz porêr uma restrição: Não ha dúvida. Tetea está bem. Mas só na intimidade.

Emquanto crecia o amor de dona Esmeralda (que não tinha filhos) pela Tetea grandes sucessos modificavam a vida do país. E Jataí-Vila (cidade, cabeça de comarca, mas sempre Jataí-Vila para distinguir de Jataí-Estação onde passavam os trilhos da Boigiana) foi teatro de muitos e variados acontecimentos. Com seus quatro mil e setecentos vizinhos ha muitos anos vivia empenhada em furiosa luta política: de um lado os partidários de Zéquinha Silva desde cinco lustros chefe do situacionismo, de outro os do major Mourão (alentejano de nascimento) e seu braço direito Nicolau Foz. Aqueles eram os perrepista. Estes os oposicionistas. Luta local só. Os anti-perrepistas também pertenciam incondicionalmente ao P. R. P. Mas ao P. R. P. estadual, ao govêrno. Nunca ao de Zéquinha Silva. A ambição deles era constituir um dia com sua gente o P. R. P. de Jataí-Vila. Obedeciam á orientação de um deputado que em Jataí-Estação era situacionista, em Jataí-Vila oposicionista. E tecia seus pausinhos na capital junto aos chefões para derrubar o tiranete de Jataí-Vila que a oposição não se cansava de apontar como indigno dos nossos foros de civilização e cultura.

A coisa porêr continuava no mesmo pé sem dar esperanças de modificação proxima. Até que veio o movimento revolucionario de outubro de 1930. Então principiou uma emulação desesperada. Todas as provas iniludiveis de dedicação á causa da legalidade (o que equivalia dizer á causa sagrada do Brasil unido) foram dadas pelos dois partidos. Zéquinha Silva telegrafava solidariedade aos presidentes da Republica e do Estado, o major Mourão imediatamente fazia o mesmo. Fazia mais: estendia essa solidariedade inabalavel ao ministro da



Guerra, ao ministro da Marinha, ao presidente da C. D. do P. R. P., ao secretário da Justiça e ao chefe de polícia do Estado. E quando Zéquinha resolveu organizar um batalhão patriótico a oposição anunciou a formação de dois: infantaria e cavalaria. Porém Zéquinha Silva contava com maior número de elementos. Trinta e dois sujeitos pegados á força pelo subdelegado Tolentino foram convenientemente calçados e seguiram logo sob o comando do cabo do destacamento. Êste levava uma carta do directorio para o secretario da Justiça pedindo que os voluntarios de Jataí-Vila fossem aproveitados na faxina dos quartéis da Capital “para sossêgo de suas respeitaveis familias, cujo patriotismo honra sobremaneira as nossas gloriosas tradições bandeirantes”. Passados uns dias a viuva Mané Bindão (inventora e fabricante unica de um doce chamado beija-me de vagar) recebeu carta do filho dizendo que a coisa em Itararé estava bem preta. A viuva Mané Bindão foi na casa do Zéquinha e amaldiçoou a familia Silva até a ultima geração. A oposição pulou nas ruas de contentamento. Pulou um dia só entretanto: o governo mandou perguntar para o major Mourão se os homens dele seguiam ou como era. O major respondeu que estavam de partida. Foi uma vergonha. O Afonso Henriques, filho do major, afundou no mato com dois primos. António Vicente de Camargo Junior, um dos chefes oposicionistas, declarou que não criara filho para carne de canhão. E assim todos. Até que Nicolau teve uma idea. Três leguas para o norte em São Benedito do Alecrim, nas divisas de Minas, havia dois batalhões em pé de guerra: um paulista aquartelado no Grupo Escolar Marechal Deodoro, outro mineiro no Grupo Escolar Marechal Floriano. Os dois predios ficavam na mesma rua. Mas seus ocupantes trocavam gentilezas. Cada batalhão só esperava a hora de aderir ao adversario. Pois então: era comunicar para o governo que o pessoal oposicionista de Jataí-Vila iria reforçar a tropa de São Benedito do Alecrim. E estava tudo arranjado.

Não estava. O governo mandou ordem para os homens partirem sem demora para a Capital. Aí seria resolvido o des-



tino dêles. Que remédio? O major Mourão recrutou três matadores profissionais, dois ladrões de cavalos, um preto maluco que pensava que era relógio e vivia no largo da Matriz movendo os braços que nem ponteiros, um surdo-mudo de nascença e um tal Chico Rosa mais conhecido por Chico Perna-de-pau. O matadores e os ladrões custaram cem mil réis por cabeça: quinhentos mil réis que o major desembolsou sem a mulher saber. A Filarmonica Doutor Quirino tocou o Hino Nacional, António Vicente fez um discurso patriótico, os homens subiram num caminhão, o Laudelino Pinto do Centro Cultural gritou: "Que cada um traga uma orelha do Bernardes, são os meus votos sinceros!", e toca para Jataí-Estação pegar o trem. A Filarmonica em outro caminhão e os chefes oposicionistas num torpedo foram escoltando.

— Assim a gente tem a certeza de que os maganos embarcam, disse o major.

— Que não desertam antes de chegar na estação, corroborou Nicolau.

— Eu sapeco outro discurso neles quando o trem chegar, prometeu António Vicente.

Seguiram já a noite vinha descendo. Daí a vinte minutos estavam chegados. Estação pequetita, encheram a plataforma. A Filarmonica iniciou imediatamente a Canção do Soldado Paulista. E o major dava suas ultimas instruções aos bravos de Jataí-Vila quando o chefe da estação chegou todo transtornado.

— Seu major!

Seu major suspendeu as instruções, ficou esperando.

— Seu major! Deu-se!

— O quê?

— A coisa!

— Hein?

— A coisa! O Washington!

— Não percebo, homem!

— AREVOLUÇÃO VENCEU!

— Estás doido!

O chefe da estação ficou possesso:



— Eu, doido? O senhor é que está maluco! Se não é analfabeto leia isto!

Tirou do bolso um papel, encostou na cara do major. O major pegou no papel, deu para Nicolau ler. Nicolau leu:

— 5-0-9. 7-1-3. Centenas invertidas pelos cinco...

O chefe deu um pulo.

— Não é êsse!

Arrancou o joguinho das mãos do Nicolau, meteu no bolso, puxou outro papel, leu, deu para Nicolau ler. Nicolau leu três vezes. Ia ler outra vez com os olhos cada vez mais esbugalhados mas o major não deixou.

— Dize lá do que se trata, vamos!

Nicolau devolveu a cópia do telegrama para o chefe, o chefe saiu correndo para avisar outros. Nicolau puxou o major e António Vicente de lado e falou:

— A revolução venceu no Rio! O Washington fugiu!

O major rugiu:

— Lérias! Aquilo é um homem, homem! Não sabe o que é fugir!

— Telegrama oficial, seu major!

— Pois se é oficial, a revolução não venceu! Telegrama oficial só pode ser do governo! O governo está de pé!

Antonio Vicente procurou chamar o major á razão. O major teimou. Começaram a discutir. O sino da estação anunciou a saída do trem de Engenheiro Abrunhosa: daí a minutos estava em Jataí. Um vivorio se ouviu longe. Cousa indistinta. Os três abriram bem os ouvidos.

— Julio! disse o major. Que é que lhe dizia eu?

— Getulio! disse Nicolau. Ouvi perfeitamente.

— Escutem! suplicou Antonio Vicente.

O vivorio foi se chegando. Começou o foguetorio tambem.

— Julio! disse o major. Não tem discussão!

— Getulio! disse Nicolau. Getulio Vargas!

— Esperem! pediu António Vicente.

Esperaram. O foguetorio não deixava os três perceberem bem o vivorio. Mas de repente juntinho deles explodiu com



tanta violencia um Viva o doutor Getulio Vargas que os três até recuaram de susto. E Chico Perna-de-pau repetiu o viva. O major indignado ia gritar com o Chico mas os matadores profissionais e os ladrões de cavalo sacaram das garruchas e deram de atirar para todos os lados. O major se agachou atrás de um banco gritando:

— Não me matem que eu sou português!

Chico Perna-de-pau perguntou:

— Quem é que é português?

António Vicente subiu no banco e gritou desvairado:

— Abaixo a plutocracia!

Os voluntarios de Jataí-Vila, exgotadas as munições, responderam:

— Viva-a-a!

António Vicente tornou a gritar:

— Abaixo os opressores do povo!

E os voluntarios de Jataí-Vila delirantes:

— Viva-a-a!

A estação já estava cheia de revolucionarios. O trem chegou. Vivorios e mais vivorios. O trem partiu. O major no meio do povo bradava:

— Que eu sabia que vinha lá isso sabia! Mas, caramba rapazes, nunca pensei que viesse já! Viva Jataí-Vila!

— Morra! berrou um mulato no ouvido do major. Isto aqui não é Jataí-Vila!

O major pediu muitas desculpas mas o mulato não queria desculpas. Queria dez pilas para beber á saude do Isidoro. E exigia um viva ao Isidoro.

— Viva! disse o major. Toma lá cinco mil réis que dez não tenho.

O Nicolau conferenciava na sala do telegrafista com o doutor Querido que desde a monarquia era oposicionista na zona.

— Está feito!

Disse isso e saiu á procura dos companheiros. Arrancou o major das mãos de um italiano recencheado da Penitenciária



que já obrigara o major a dar três morras (Morra Mussolini, Morra Matarazzo e Morra D'Annunzio), interrompeu um discurso de António Vicente sobre a revolução francesa, arrebanhou com promessas os músicos e os voluntários, saiu com eles da estação. Em dois tempos conseguiu convencer todos a voltar imediatamente para Jataí-Vila tomar conta do governo.

Com uma provisão de foguetes e bombas de parede chisparam na estrada. E entraram em Jataí-Vila de escapamento aberto. No caminhão da frente os voluntários soltavam foguetes e jogavam bombas. A seguir no torpedo de capota descida os chefes da oposição vivavam a democracia brasileira e gritavam para os que abriam bocas de espanto nas calçadas e janelas: Vencemos! Por último os músicos tocavam o Hino a João Pessoa. Foram direito para o largo da Matriz. Fêz-se um ajuntamento de uns trinta sujeitos. António Vicente arengou. Enquanto ele arengava o coronel chamou um negrinho:

— Corre lá em casa e dize a Emilia que vencemos!

O negrinho voltou logo com a Emilia. E a Emilia louca de alegria:

— Já telegrafaste ao senhor doutor Washington com as nossas felicitações?

O major explicou. E ela rebentou:

— Tu mandas dizer-me que vencemos eu penso que venceram os legalistas! Agora se é para perder de uma vez a vergonha viva esse tal de Getúlio e mais a cambada toda!

Deu meia volta e se retirou muito digna. Deixando o major frio. Mas daí a pouco chegou fardado o coronel Cerqueira, veterano do Paraguai, com o peito cheio de medalhas, imensamente comovido, derrubando lágrimas. Abraçou o major dizendo:

— Um abraço, meu bravo! Conte comigo! Quando é que chega o Imperador?

O major ficou sem saber o que responder, a filha do coronel Cerqueira fêz uns sinais desesperados, o major compreendeu, respondeu:

— O Imperador? Ah, sim! Sua Majestade não demora



está aí para nossa felicidade! Eu aviso o dia exato da chegada! E agora vá para casa que a noite está fria!

O coronel se retirou pelo braço da filha. António Vicente alheio ao que se passava em torno continuava arengando. Nicolau mandava recados. E ia chegando gente, iam chegando moleques, todos os moleques de Jataí-Vila. Nicolau contou por alto os presentes. Cassou a palavra de António Vicente (Me deixa ao menos meter a ronca na Bastilha! Eu ainda não falei na Bastilha!) e gritou:

— Quem fôr brasileiro que me acompanhe!

Houve uma indecisão. Porém o Lasaro Turco da Verdadeira Loja Siria falou:

— Como é, pessoal? Patriotismo!

E o pessoal acompanhou. Menos o Janjão porteiro do Grupo:

— Enquanto eu não ler isso no “Correio Paulistano” eu não acredito mesmo!

Ocupada a cadeia (o delegado desaparecera vestido de mulher, disseram muitos que juraram ter visto), os revolucionarios soltaram dois negros desordeiros, um leproso e a Mariazinha Louca que encontraram acorrentada anunciando para breve o Juizo Final. Nicolau não queria libertar Mariazinha antes de tirar uma fotografia para mostrar os metodos inquisitoriais dos despotas vencidos. Mas António Vicente propôs coisa melhor:

— A gente solta a peste e no lugar dela acorrenta o Zéquinha Silva para êle ver se é bom.

A casa do Zéquinha Silva estava com a porta e as janelas de pau cerradas quando o grupo parou em frente dando morras. Vai ver que já abriu o chambre, pensou Nicolau. Bateram, ninguem veio abrir. Mas logo depois os gritos de Arromba! Arromba! fizeram com que uma das janelas se abrisse e espiasse uma pretinha de olho assustado. António Vicente mandou:

— Vá chamar seu patrão!

— Sim senhor!

Demorou um instante, voltou.



— Dona Trindade manda dizer que o patrão não pode vir não senhor porque a filha dele dona Isolina está tendo filho.

— Mentira! berrou Nicolau. Diga pra êle que venha se não nós arrombamos a porta e fazemos uma gravata nele!

A negrinha foi dizer. E Nicolau não tinha acabado de explicar para o major o que era uma gravata gaúcha quando a parteira dona Gegé apareceu na janela.

— Vão embora, seus vagabundos, seus covardes! A criança nem bem nasceu e vocês já querem estragar a vida dela! Seus assassinos!

Houve um silêncio. E no silêncio se levantou a voz amavel do major:

— Ah? Nasceu mesmo? Pensámos que fosse broma! E' homem ou mulher?

— Não é de sua conta! disse dona Gegé e bateu a janela na cara dos patriotas.

António Vicente falou:

— E agora?

O entusiasmo tinha esfriado. O major arriscou:

— Vamos todos para as nossas casas que o dia já foi muito bem ganho.

— Vão vocês, falou Nicolau. Eu não durmo esta noite.

Não dormiu. Com três ou quatro mais dedicados passou a noite inteira tomando providências. E o major acordou no outro dia presidente da junta provisoria de Jataí-Vila. O que reconciliou dona Emilia com a revolução:

— Assim está conforme! Os valores prá frente, é o que se quer!

A junta Mourão-Nicolau-Vicente tomou conta de Jataí-Vila dois dias com poderes discricionarios. Na manhã do terceiro chegou o delegado mandado de São Paulo: doutor Santos Dumont Salomão. A junta foi destituída e nomeado prefeito o agente da Ford, Idilio Madeira. Despeitadissimo o pessoal da ex-junta organizou o Bloco dos Destemidos ou Os 18 de Copacabana. O doutor Salomão se viu meio fraco, procurou se chegar ao Zéquinha. Mandou dizer para êle que quando pre-



cisasse de garantias de vida era só dar uma telefonada. Preparando terreno para uma aliança no momento oportuno. Nicolau ficou fulo com tais manobras. Telegrafou para S. Paulo protestando mas São Paulo não deu resposta. Recorreu então ao mimiógrafo da Papelaria Humaitá. Todos os dias Jataí-Vila se enchia de manifestos xingando os usurpadores adventícios: doutor Santos Dumont Salomão (“filho de masca : sirio com mulata senvergonha”) e Idilio Madeira (“brasileiro, sim, mas natural da terra de Calabar”). O doutor Salomão reagiu conservando 24 horas no xadrez o Afonso Henriques Mourão acusado de ter desencaminhado uma menor três anos antes. E organizou o Bloco dos Animosos ou Os Mártires da Clevelândia. Os Martires se reuniam á noitinha no largo da Matriz e quando se sentiam de facto Animosos marchavam para a casa do prefeito berrando: Nós queremos Madeira! E merecem, escreveu Nicolau num de seus manifestos.

Então vendo as coisas assim mal paradas o vigario resolveu pacificar os espiritos. A matriz estava sendo reformada. Engrandecida até com um altar dedicado a Santa Joana d’Arc. A primeira quermesse tinha rendido pouco apesar dos esforços da comissão presidida por Zéquinha Silva. Padre Zoroastro pensava realizar outra com umas dez barraquinhas pelo menos. Bonito pretexto para a paz.

Padre Zoroastro foi falar com o doutor Salomão. Provou para êle a vantagem de uma concordia e a oportunidade que para ela oferecia uma obra de religião e caridade. Aparentemente ninguém cedia, ninguém dava parte de fraco. Sobre vindo um motivo de ordem superior o acôrdo se fazia para garantir á quermesse o exito que não podia ter se realizada num ambiente de odios. Padre Zoroastro sabia convencer. E tinha um modo de falar irresistivel: falava baixinho, devagarzinho, perguntava: não é? se encontrava resistencia ele mesmo respondia: é, não ligava ás objecções nem escutava o que os outros diziam, continuava falando, caceteando, embalando de mansinho, os outros concordavam cochilando já. Doutor Salomão não fêz excepção e disse:



— Pois sim.

Padre Zoroastro saiu da delegacia, foi para o escritorio da Luz e Fôrça. Mas não contou para o Nicolau que já tinha estado com o doutor Salomão. Repetiu só o que havia falado pouco antes. Naquele tonzinho sumido de confessorario. Sempre igual, sempre igual.

— Escute, padre Zoroastro! exclamava de vez em quando Nicolau.

Sem acrescentar palavra. Padre Zoroastro tinha ido lá falar, não tinha ido ouvir. Isto é: tinha ido ouvir o sim, só o sim. Emquanto esperava a hora do sim falava para impedir o não. Nicolau disse o sim quando — depois do ultimo não é? é — padre Zoroastro deu licença para êle dar um pio.

E o acôrdo se fêz. O doutor Salomão continuava na delegacia e o Idilio na prefeitura prestigiados daí em diante pelos 18 de Copacabana. Sob duas unicas condições: a prefeitura não dava andamento aos executivos por impostos atrasados que tinha em juizo contra Nicolau e a delegacia deixava sossegado o Chalé Felizardo de que era proprietario um irmão do major. Acôrdo que não agradou nada alguns dos 18 de Copacabana. No Bar Ideal um descontente chegou a falar em traição na cara de Nicolau. Nicolau ficou muito vermelho. E tratou de mudar de assunto. O descontente (cuja brutalidade como centro-médio do Aguia de Haya F. C. era famosa) percebeu a fraqueza do chefe, tornou a falar em traição e de mau começou a acariciar o gargalo da garrafa de cerveja Tip-Top. Nicolau empalideceu, balbuciou uma desculpa boba, caiu na rua. Então ouviu uma risada irritante. Irritou-se. Seguiu para a delegacia e lá exigiu a remesa de um bilhete azul para o descontente que era fiscal do serviço contra a broca do café. O doutor Salomão porêem não concordou. E Nicolau foi para casa se remoendo de raiva. De tanta assobiou uma hora inteirinha o *Miserere* do *Trovador*. Não assobiou mais porque dona Esmeralda veio chamar para dormir.

— Vá você. Eu vou depois.



— Logo hoje que eu estou tão nervosa, Nicolau! Você sabe que eu não durmo sózinha quando estou nervosa!

— Então não dorme nunca. Nervosa porquê?

— Tetea está passando muito mal.

— Que é que tem a excelentíssima?

— Não sei: uns tremores, uns vomitos, uma coisas exquísitas.

Foram ver a Dorotea Cabral. Nicolau olhou bem para ela, depois disse:

— Está agonizando.

Dona Esmeralda pôs as mãos na cabeça e se encostou no marido chorando.

— Ora, Esmeralda! Que é que significa isso? Não se pode mais brincar então? Você não conhece a anedota do português? Pensei que você conhecia. Por isso é que falei assim.

Esmeralda com a cabeça no peito de Nicolau engoliu umas lágrimas e perguntou entre dois soluços horríveis:

— Que anedota, hein?

Nicolau contou fazendo cafuné na mulher:

— Eu acho que já contei pra você. Não se lembra? Aquele português que estava muito doente e com um medo danado de morrer. Então para levantar o animo dele chamaram um grande amigo que ele tinha. O amigo veio, chegou perto da cama, sorriu para o doente e disse com jeito de carinho: Agonizantezinho, hein?

Esmeralda se desprendeu do marido.

— Essa é formidável!

E rompeu numa gargalhada nervosa.

— Não ria tanto, Esmeralda! Faz mal pra você!

Ela queria dizer que não fazia, mas não podia, se sacudia toda de riso. Nicolau então pegou na Dorotea Cabral com muito nojo e levou para a cozinha. Deitada de lado perto do fogão Dorotea Cabral sacudiu as patas, vomitou, jogou a cabeça para trás, morreu. Nicolau voltou para o quarto.

— Morreu, coitada.

Esmeralda pranteou a morte de Dorotea Cabral (Ah mi-



nha mãe, minha mãe! dizia) até cair de cansaço nos braços de Nicolau.

— Vamos dormir para esquecer êste dia. Dia mais desgraçado!

Foram dormir.

— Acenda a vela que no escuro eu não durmo.

Nicolau acendeu a vela, se deitou encolhido, cobriu a cabeça com o lençol.

— Não cubra a cabeça assim que eu fico com medo.

— Feche os olhos.

— Não posso.

Nicolau deu um suspiro, puxou o lençol para baixo, enterrou a cara no travesseiro. Dona Esmeralda virava para a direita, dava com a chama da vela, virava para a esquerda, não achava jeito, se impacientava.

— Nicolau! Passa a vela pro seu lado, faz favor!

Nicolau pegou no castiçal, pôs no criado mudo dêle. Sem dizer palavra. Tornou a meter a cara no travesseiro. Fechou os olhos. Aí viu a chama da vela. Apertou bem os olhos. A chama foi diminuindo, diminuindo, morreu. O relógio da matriz bateu horas. Dona Esmeralda contou: um, dois. E acrescentou: feijão com arroz. Continuou: três, quatro — feijão no prato. Está errado. Devia ser: uma, duas. Hora é feminino. O professor da Escola 15 de Novembro, seu Mesquita, que sujeito engraçado. Que horas são? Meio-dia e meio. O' ignorancia quadrupedal. Meio-dia e meio quer dizer seis horas da tarde: meio-dia mais meio meio-dia. Meio-dia e meia é que você quer dizer, seu idiota. Quando o bispo de Samburá foi visitar a Escola seu Mesquita se atrapalhou, gritou: Viva o senhor doutor bispo! E a meninada jogou pétalas de rosa. Padre Dito quasi estourou de rir. Que homem bom. Não quis ser bispo. Dava tudo para os órfãos. Morreu a cavalo. Vinha do sitio. Teve uma sincope, caiu pra frente mas não caiu do cavalo. Entrou na cidade assim. Abraçando o pescoço do cavalo. E o cavalo andava devagarzinho para não derubar padre Dito. Milagre verdadeiro. Aquele sim: era um



santo. Está enterrado — onde é que está enterrado mesmo? — está enterrado aqui mesmo. E Dorotea pobrezinha? A gente enterra no quintal. Depois planta umas flores. Não precisa cruz. Padre Dito parece que chegou a conhecer Tetea? Chegou. Ele morreu quando a torre da matriz caiu. Era um santo mesmo. Gostava muito de jardinar. E que jardim bonito. Tem jasmin, tem perpétua, tem cravo de defunto, tem camelia. Camelia é flor de muita estimação mas só no pé. No vaso perde muito. Amarelece. Fica bom um pé de camelia na sepultura de Tetea. Que diabo. A modo que vem gente. E olhe que vem mesmo. Bom dia, minha filha. A benção, padre Dito. Que é que você está fazendo no meu jardim, Esmeralda? Estou escolhendo uma planta bonita para plantar na sepultura de Dorotea Cabral. Morreu? Morreu hoje. Mas isso é pecado, minha filha. Não sabia. Deus não fez as flores para enfeitarem sepulturas de animais. Não sabia: desculpe. Deus fez as flores para enfeitarem os altares das igrejas. Eu vou enfeitar um, então. Diga antes como vão as obras da matriz. Vão bem, muito obrigado, muito obrigada. Não tenha medo de mim, Esmeralda. Tal seria, padre Dito. Senta aqui neste banco que eu quero contar um segredo pra você. A's ordens, padre Dito. Você conhece meu tumulo? Conheço, sim senhor. No meu tumulo tem cinco panelas cheinhas de ouro. Sim senhor, padre Dito. Você vá lá, desenterre as panelas e dê para a comissão das obras que o ouro é para acabar com a reforma da matriz que já está demorando muito. Eu vou hoje mesmo, padre Dito. Vá com Deus, minha filha. E a Virgem Maria, padre Dito. Deixa te dar um beijo, minha filha. O senhor disse um, padre Dito. Eu não sou o padre Dito. Me larga que eu grito. Eu sou o Ante-Cristo. Eu grito, eu grito. Gritou. Nicolau acordou.

— Que é isso, minha filha?

— Não me chame de minha filha! Onde é que eu estou? Ai, eu morro com esta aflição! Não se encoste em mim! Não se encoste em mim! Ah minha mãe, minha mãe!

A aflição só passou com agua de flor de laranja tomada



á fôrça. Então dona Esmeralda sorriu, beijou muito o marido e contou o sonho.

— Ele disse cinco panelas só? Você tem certeza?

— Cinco: me lembro perfeitamente.

— Sei. Ele não disse que especie de moedas era? Libras esterlinas por exemplo? Ou dolares? Tem dolares de ouro se não me engano...

— Isso êle não disse.

Nicolau desistiu de dormir o resto da madrugada. Preparou café bem forte, bebeu duas chicanas, foi para a sala da frente, se estendeu no canapé, deu de fumar. Pensando.

— Esmeralda! Você ainda está acordada?

— Que é?

— Você acredita em sonhos?

— Acredito sim.

— Está bem. Veja se dorme.

De barriga para o ar imaginava coisas. Imaginava tão depressa, tão grandiosamente, que lutava contra a imaginação. Deus existe. Se existe. A justiça divina não falha. E vem mais depressa do que se pensa. Dormiu triste e humilhado e acordou rico. Primeiro pagava os impostos. Não precisava mais de esmolas. Depois São Paulo. Aplicava o cobre bem aplicado. Depois Rio. Depois Europa. Não. Estados Unidos. Conhecer aquele colosso. Pára, imaginação. O dinheiro é para as obras da matriz. Olhe o castigo do céu. Mas não é justo isso. Quem tem o segrêdo do tesouro é dono do tesouro. Depois não havia perigo. Ia de noite no cemiterio e desenterrava a dinheirama. Pára, imaginação. O Crispim zelador já queimou uma madrugada os dois polacos da Colonia Sobieski que queriam avançar nos florões de bronze do túmulo. Do padre Dito mesmo. Subornar tambem não adeanta. Quer dizer: é impossivel. Melhor é revelar o segrêdo. Falar com padre Zoroastro e revelar não: vender o segrêdo. Pára, imaginação. Padre Zoroastro não acredita nessas coisas. Homem, arranjava um capanga, matava o Crispim e pronto. Pára, excomungada. Bobagem. Aquele retrato ali no "Diario" é da



Greta Garbo. Ô boa. Onde será que ela mora? Pára, sen-vergonha, cachorra, desgraçada. E o Zéquinha Silva presidente da comissão? Desafôro. E' preciso arranjar outro presidente, outro tesoureiro: êle. Aí está. Regime novo: gente nova. E o cobre com o tesoureiro.

— Você já está acordada Esmeralda?

— Eu não dormi.

— Que maçada! Vamos enterrar a excelentissima?

— Enterre você sózinho. Você sabe que eu não gosto de vêr entêrro.

Dorotea Cabral foi sepultada dentro de uma lata de gasolina e perto de um mamoeiro. Nicolau tomou mais duas chicaras de café, se arranjou e saiu. Foi para o escritorio da Luz e Fôrça. Não parava sentado. Tambem não parava em pé. O gerente estranhou tanto nervosismo. Perguntou:

— Que é que ha?

— Osvaldo Aranha. Isto é, desculpe, nada. Dormi mal esta noite. A Dorotea Cabral morreu.

— Não diga! Dona Esmeralda deve ter ficado bem triste?

— Ficou. Está doente até. Se me der licença eu vou ver como é que ela vai indo.

Padre Zoroastro não estava em casa. Nicolau ficou indeciso sem saber se devia ou não procurá-lo na matriz. Talvez fosse melhor conversar num lugar mais discreto. Porê m a coisa era urgente. Era. Ia. Não ia. Começou a andar. Foi andando. Foi. De repente apressou o passo e tomou o caminho do cemiterio.

Encontrou Crispim chupando num pito de barro perto do portão, ouvindo as queixas de um coveiro despedido por não ter mentalidade revolucionaria.

— Que é que vem fazer aqui, seu Nicolau? Morte em casa, ainda que mal pergunte?

— E'. Morreu a Dorotea Cabral. Mas não é isso não.

— Morreu? De quê?

— Não sei. Doença de cachorro.



O tumulto do padre Dito era logo na entrada. Olhou en-viezado para êle.

— Estou pensando em mandar fazer um tumulto pra minha sogra.

Foi ver a sepultura da sogra. Era lá no fundo. Estavam abrindo uma cova perto.

— Quem é que vai ser enterrado?

— O Bastião.

— O Bastião da Filarmonica?

— Não. O pegador de cachorro.

— E' o mesmo.

— Terceiro cachaceiro que a gente enterra êste mês.

Deu uns passos em tórno da sepultura da sogra para fingir que tomava a medida. E veio voltando. Bem devagarzinho. Olhando os tumulos. *Aqui jaz o doutor José Manuel Bacalhau.* Esse tambem morreu de cachaça. *A' memoria de dona Iracema Vaz de Castro Soares.* Pra quê dona agora? Passou a vida toda na cozinha. *Viandante, pára! Aqui repousam os restos mortais de monsenhor Benedito Moura...*

— Então, Crispim, não vieram mais roubar os bronzes do tumulto, não?

— Que esperança! Eu tenho sono leve e pontaria certa!

— Sei...

De cada lado do tumulto tinha um canteirinho de cravos. O anjo de marmore jogava flores sôbre a lousa. Já tinha jogado cinco. Faltava ainda jogar três.

— O caixão está debaixo da terra?

— O senhor não esteve no entérro, seu Nicolau? Está no gavetão. Debaixo da terra está nhá Belarmina. Faz já uns vinte anos. O tumulto foi feito por padre Dito quando muito uns dois meses antes de morrer.

— Tem razão. Não me lembrava.

Tumulto solido, pesado. Gavetão duro de abrir. Tampa bem encaixada. Nem se perceberia que era tampa se não fosse o argolão de bronze.



— Monsenhor Benedito de Moura. Homem bom. Um santo.

— Que duvida! Cada vez que vinha aqui arranjar o jardimzinho...

— Que jardimzinho?

— Ué! O jardimzinho que tinha! Antes do tumulto só tinha um jardimzinho e uma cruz no meio. Desse jardimzinho é que padre Dito cuidava todas as semanas que Deus dava. Quando podia ajudava êle. E êle já sabe: me...

Nicolau disse de repente:

— Até outro dia, Crispim!

Não podia mais. Se ficava mais um minuto se traia, contava tudo. Mas meu Deus do céu, como é difícil a gente guardar um segredo assim dentro da gente. Hoje mesmo precisava resolver tudo. Senão não aguentava: morria de aflição. Agora é ir almoçar que já são horas. Nem se discute: padre Dito com a desculpa de arranjar a sepultura da velha o que fazia era enterrar ouro e mais ouro, o filho da m...

— Está falando sózinho, rapaz?

— Hein? Ah sim! Estava fazendo uns calculos. Estou com muita pressa. Lembranças em casa. Passar bem, Abilio. Apareça.

Depois do almoço mandou dona Esmeralda dizer para o major e o António Vicente que estava doente sem poder sair de casa mas que queria muito conversar com êles. Eles que viessem logo. E na reunião convenceu os companheiros politicos de que era uma infamia a permanencia de perrepistas na comissão das obras da matriz. Era preciso organizar outra com o major na presidencia e ele Nicolau feito tesoureiro. Assentado isso dona Esmeralda foi buscar padre Zoroastro. Padre Zoroastro foi dizendo que sim com a cabeça mas na hora de resolver a coisa falou:

— Está tudo muito certo. Porém não pode ser.

— Porquê que não pode ser?

— Não pode ser porque Zéquinha Silva é pessoa — não é? — de muita confiança do bispo. E'.



E não permitiu mais que Nicolau abrisse a bôca. Não é? é, os amigos bem compreendiam a situação, não é? é, apertou a mão dos três, foi-se. Botando Nicolau no auge da indignação. Começou a injuriar padre Zoroastro, a falar o diabo do bispo, a dizer coisas de Zéquinha Silva, da filha de Zéquinha Silva. Insinuou mesmo que entre dona Isolina e padre Zoroastro havia grossa patifaria. Então o major saiu de seu silêncio espantado:

— Mas afinal de contas, Nicolauzito dos meus pecados, o caso não tem assim tanta importancia. Não se trata de cargos politicos. São cargos — como direi? — são cargos... tecnicos!

— Olha a grande besteira!

De seu lado António Vicente não percebia também a causa de tanto odio. Está claro que seria melhor arranjar outra comissão mas o bispo não querendo não valia a pena brigar com o bispo por tão pouco.

— Eu acho assim. Com sáias a gente não briga que sai perdendo na certa.

Nicolau ia e vinha na sala bufando. Tapava os ouvidos quando os outros falavam, dava murros na parede, dizia palavrões. E por fim estourou:

— Vocês querem saber o que ha, não é verdade? Vocês estão cheirando qualquer sêgrêdo, não é isso? Pois têm toda a razão: ha um sêgrêdo! Eu conto! Não tenham medo não!

Contou á moda dele. E porque os outros assumiram uns ares incrêdulos, até caçoistas, contou, gritou duas, três, quatro vezes o sonho da mulher.

— Carambas, carambolas! disse o major. E' muito capaz de ser verdade mesmo! E olhem que as hervas são muitas!

— Mas quatro-quintas partes são pro Nicolau, disse António Vicente com um jeitinho malandro. Quasi tudo é pro Nicolau! E o resto pra matriz!

— Naturalmente! disse Nicolau.

O major coçou a nuca, fechou os olhos, pensou, depois falou:

— Mas o nosso Nicolau tem que ser cordato, tem que ser



camarada. Que diabo! A gente pode entrar aí num entendimentozinho... Hein? Que é que diz a isso o nosso amigo?

Nicolau não disse nada. E começou a andar de novo pisando duro. Houve um silêncio cacete. António Vicente acabou com êle:

— Talvez... Eu também penso assim... A bolada é grande, dá para satisfazer todos... Você não acha, Nicolau?

Nicolau parou na frente dos dois e falou:

— Digam com franqueza! Vamos! Desembuxem! O que vocês querem é ganhar no negócio, levar sua vantagenzinha, não é?

Os dois tentaram protestar mas Nicolau cortou a palavra deles:

— Pois muito bem! Eu já esperava isso! Quanto é que vocês querem? Mas fiquem desde já sabendo que da minha parte eu não cedo um tusta, ouviram bem? Agora na que é pras obras da matriz podem avançar á vontade!

O acôrdo custou. Mais de uma vez António Vicente pegou no chapéu e ofendido ameaçou se retirar. O major porém não deixava.

— Senta-te aí, homem! Não saias que te arrependes logo!

E foi êle que disposto a não perder o negocio forçou Nicolau a se contentar com sessenta por cento. Êle e António Vicente se comprometiam a auxiliar o amigo em qualquer terreno recebendo cada um quinze. Os dez restantes seriam para as obras da matriz.

— Está bem. Mas não está de acôrdo com a vontade de padre Dito.

— Deixa-te de bobagens, homem! Tu modificas o sonho e acabou-se! Quem é que vai provar que o padre disse coisa diversa á tua patroa? Olhe que até me acode um trocadilho bem feliz: fica o dito do padre Dito por não dito e pronto! Otímissimo, hein? Não há nada com um bom negócio para pôr a gente alegre! Eu até sou capaz de pagar uma cervejinha!

Nicolau recusou. E despediu os amigos. Precisava de sossêgo para estabelecer um plano seguro a ser executado sem



perda de tempo. Pensou o resto do dia, pensou parte da noite e na manhã seguinte combinou a coisa com os socios.

Os 18 de Copacabana foram convocados para as 19 horas em casa do major. Compareceram dez. Nicolau arranjou mais uns malandros e marcharam todos encorporados para a casa de Zéquinha Silva. Afim de exigir a renúncia coletiva da comissão. Ou ao menos a do presidente e tesoureiro que era o genro do presidente. Mas Zéquinha Silva mandou dizer que não recebia ninguém. E quando a coisa já estava quente chegaram padre Zoroastro, o doutor Salomão e o prefeito Idilio. Discutiram na rua mais de meia hora. Afinal os 18 de Copacabana concordaram em que no dia seguinte haveria uma reunião na Camara Municipal afim de se resolver com calma e definitivamente o assunto, presentes as autoridades, interessados e pessoas conspicuas de Jataí-Vila. Concordaram a muque (Paulista não tem animo bélico! costumava afirmar o prefeito Idilio) porque o doutor Salomão mandou chamar o destacamento.

Nicolau penou a noite toda, gastou a manhã limpando o revólver, encheu o tambor, pôs outras balas no bolso, beijou a mulher aflita, respondeu carrancudo ao sorriso da vizinha sua comadre, tomou a rua Siqueira de Campos (antiga Julio Prestes), atravessou o largo Juarez Tavora (antigo de São Paulo), deu um esbarrão distraído no solicitador Raimundo de Matos, não pediu desculpa, tambem não ouviu o palavrão do solicitador, passou pelo Correio sem perguntar se havia carta, entrou na Camara Municipal com a braguilha da calça aberta.

— Abotôa aí! disse o major.

A sala das sessões já estava apinhada. Padre Zoroastro na presidencia explicou os fins da reunião e deu a palavra para António Vicente. Este falou:

— Os que como nós costumam buscar no passado os ensinamentos para o presente sabem que na Idade Média várias expedições armadas chamadas cruzadas deixaram a Europa para arrancar Jerusalem das garras sacrilegas dos musulmanos!



— Que é que nós temos com isso? perguntou o genro de Zéquinha Silva.

— Muita coisa! Vossa Excelencia não me deixou terminar o paralelo que pretendo esboçar! Com efeito, meus senhores, ao grito de Deus o quer! os cristãos do ocidente mais de uma vez se levantaram de armas nas mãos para expulsar da Cidade Santa os infieis do oriente! Pois bem! Nós, os fundadores da Republica Nova, também nos levantamos ao grito de A revolução o quer! para exigir que os membros da actual comissão das obras da matriz, infieis de 24 de Outubro, sejam destituídos e imediatamente substituídos pelos fieis de Copacabana, pelos herois...

Padre Zoroastro interrompeu:

— Eu acho que a discussão deve ser curta — não é? — e se cingir aos fatos. E'. Devemos economizar nosso tempo.

— Também acho, excelentissimo senhor presidente desta augusta assemblea! E é por isso...

— O que o senhor António Vicente pede é a substituição da comissão actual. Não é? E funda seu pedido no facto do senhor José Silva e demais membros da referida comissão não serem revolucionarios. Pois então. Já estamos cientes. E eu vou dar a palavra ao senhor José Silva para dizer o que julgar conveniente a respeito. Fica bem assim. Não é? Tem a palavra o senhor José Silva.

Zéquinha Silva principiou dizendo que desconhecia revolucionarios em Jataí-Vila a não ser alguns de ultima hora. Colocava pois a questão em outro terreno. Achava que se devia sómente indagar se a actual comissão era ou não composta de gente trabalhadeira e honesta. Porque ser revolucionario só não adeanta.

— Eu sou produto do meu trabalho honrado! gritou o major.

— Como é mesmo? perguntaram.

— Fiquem proibidos os apartes, falou padre Zoroastro. Não é melhor? Continue, seu Zéquinha.

Zéquinha provou documentadamente que a comissão presi-



dida por êle sempre se houve com diligência e probidade. Em todo o caso desistia, por si e pelo genro, de continuar nela se a maioria dos presentes quisesse. Mesmo porque confiança não se impõe.

Padre Zoroastro disse que era melhor recolher logo o voto dos presentes. Os presentes (com excepção do major, António Vicente e Nicolau que queria a palavra para uma explicação pessoal) concordaram. E padre Zoroastro falou que antes de proceder á votação desejava ler para govêrno de todos uma carta do bispo de Samburá. Na carta o bispo dizia que, caso fosse destituída a comissão actual que lhe merecia a mais absoluta confiança, não autorizaria outra que se formasse a dirigir as obras da matriz e suspenderia estas até melhores tempos.

— Ah! E' assim? berrou Nicolau. O senhor, padre Zoroastro, quer fazer pressão? O senhor se engana! Não estamos mais sob o dominio do perrepismo!

E a confusão se fêz com injurias pesadas. Mas padre Zoroastro ameaçou se retirar e conseguiu assim restabelecer a calma. Então disse:

— Senhor Nicolau Foz, saiba que eu não fiz mais do que cumprir o meu dever de paroco lendo a carta do excelentissimo senhor bispo desta diocese. Não é?

— Perfeitamente! apoiaram.

— Mas se o senhor tem algum esclarecimento importante a dar e promete não se exaltar eu lhe concedo a palavra por cinco minutos.

Nicolau de olhos fechados fungava forte entre o major e António Vicente.

— Não tem nada a dizer? perguntou padre Zoroastro.

Nicolau abriu os olhos, viu o sorriso vitorioso de Zéquinha Silva, pulou da cadeira, afirmou:

— Tenho! Tenho uma coisa a dizer?

— Não diga! disse António Vicente baixinho.

Nicolau se virou para o companheiro e falou:

— Digo!



— Diga de uma vez! gritaram.

— Pois digo! Se a comissão atual não for destituída...

— Ela tem a seu favor a honestidade com que tem agido! aparteou o prefeito.

— Em face da revolução não há direitos adquiridos! berrou António Vicente.

— Que asneira é essa? falou o doutor Salomão.

— Quê que o senhor está dizendo? Asneira? São palavras textuais do ministro da Justiça!

— Está com a palavra o senhor Nicolau Foz! advertiu padre Zoroastro.

— Se não destituírem a comissão do P.R.P. eu não revelarei um segredo...

— Não revelaremos! secundou o major excitadíssimo.

— ... o qual segredo foi contado pelo falecido padre Dito á minha senhora!

E a confusão se fez de novo. E padre Zoroastro de novo conseguiu restabelecer a ordem.

— Temos o direito de saber, não é?

Então aos berros Nicolau soltou tudo menos o lugar onde se achava escondido o tesouro. E padre Zoroastro desistiu de restabelecer mais uma vez a calma. Impossível. O genro de Zéquinha Silva subiu na cadeira e começara a arengar sem ser ouvido. António Vicente só sabia dizer: Conheceram, papudos? Entre os que achavam que aquilo, era uma mistificação ignobil e os que pensavam que por via das duvidas convinha verificar a coisa direito houve ameaças de tiros. O turumbamba estava armado. Puxaram o genro de Zéquinha Silva por uma perna, deram uns tabefes nêlo, êle rolou no chão gritando: Basta, assassinos! Padre Zoroastro com muito custo salvou o coitado e se retirou com êle e Zéquinha Silva abanando a cabeça.

— Sempre a maldita história do espiritismo estragando tudo! Não é? A mãe, a sogra, a mãe de Esmeralda, a sogra do Nicolau, já era assim!

Aos poucos os mais chegados a Zéquinha Silva foram também saindo.



Disposto a aclarar o negócio do tesouro o doutor Salomão em pé na cadeira da presidencia perguntou se estavam numa terra de bugres. O silêncio respondeu que não. E o doutor Salomão se declarou pronto a servir de intermediario entre os grupos adversos e fazer um acôrdo honroso.

— Não ha acôrdo! disse Nicolau.

Para o doutor Salomão era chegada a hora de todos usarem da maxima franqueza. O senhor Nicolau Foz não queria fazer acôrdo. Precindia assim da colaboração alheia. Mas que essa colaboração era indispensavel para êle estava patente no facto do senhor Nicolau Foz, embora conhecendo o lugar onde se encontrava o tesouro, não haver até então se apossado dêle.

— Porque fui educado na escola da honestidade! Sou brasileiro legitimo! De raça!

O doutor Salomão insistiu em que a hora só admitia cartas na mesa. A honestidade do senhor Nicolau Foz estava acima de toda e qualquer suspeita. Mas êle era de carne e osso como os outros. Se tivesse jeito de se apossar sósinho do tesouro já teria feito. Achava pois conveniente que antes de mais nada fosse revelado o lugar onde as cinco panelas de ouro estavam escondidas. O que foi aprovado com calor. As considerações do doutor Salomão tinham abalado a assembléa. Nicolau sentiu sôbre êle e através dele sôbre o tesouro o olhar avido dos dois irmãos Tarantelli, do tenente Messias Jesus Conrado, do Alcibiades Valentim vulgo Ali-Babá, do Bibi, do Dadau, do Zizi, do doutor Teotônio, de todos os presentes, de todos os ausentes. Canalhada. Felizmente estava armado. Matava. Morria. Mas não dizia.

O doutor Salomão sentara-se fixando Nicolau. A assemble sentou-se fixando Nicolau. O major se levantou:

— Somos todos pessoas de respeito e que se prezam, não é verdade? Pois muitissimo bem. O que ha a fazer é entrar num entendimento cordeal com o nosso simpatico amigo Nicolau afim de que êle, certo de que não será prejudicado, possa revelar o lugar em questão. Pois não lhes parece assim?



— Compreendo, disse o doutor, Salomão. O senhor Nicolau impõe condições.

— Condições não! falou o major. Ou melhor: existem condições mas quem as impõe é o proprio padre Dito que Deus tenha.

— Que condições? perguntou o doutor Salomão.

— Razoaveis, muito razoaveis, disse o major. Justissimas até. E é preciso que sejam respeitadas. Está claro.

— Mas quais são elas? insistiu o doutor Salomão.

— O saudoso padre Dito faz absoluta questão que noventa por cento do dinheiro fique pertencendo ao nosso prestante amigo Nicolau empregando-se os dez por cento restantes nas obras da matriz... Então? São ou não...

— O quê?

— Está brincando!

— Bardalheira!

— Quanto leva no negócio?

— Que piratas!

A assembléa gritava de pé. O doutor Salomão tornou a subir na cadeira, ameaçou dissolver a reunião com o destacamento, pediu calma, obteve relativa. E falou:

— O senhor Nicolau sustenta o que disse o major Mourão? Nicolau disse:

— Sustento até morrer!

O major suspirou aliviado. O doutor Teotónio disse:

— Eu proponho para harmonizar as coisas que o dinheiro seja todo entregue ao benemerito governo provisorio para ajudar o resgate da dívida nacional!

Houve uma salva de palmas. Mas não unanime.

— Nunca! berrou Nicolau. Ao menos cincoenta por cento eu exijo pra mim porque foi pra minha mulher que padre Dito apareceu em sonho!

O major falou sincopado:

— Como? Cincoenta por cento? Mas... Ora essa! Cincoenta por cento? Não pode ser! Ha aí engano! Não... não é... não está certo!



António Vicente se ergueu com altivez, foi até a porta, virou-se antes de sair e disse.

— Com traidor eu não discuto!

O prefeito Idílio disse:

— Eu proponho que cinquenta por cento sejam para as obras da matriz mesmo e cinquenta por cento entregues á prefeitura para serviços de utilidade pública!

— Nunca! berrou Nicolau. Cinquenta por cento pra mim! O resto pode ficar pro que quiserem!

Zizi disse:

— Eu proponho que o dinheiro inteirinho...

— Nunca! berrou Nicolau. A metade tem que ser pra mim!

O tenente Messias disse engrossando a voz:

— Eu proponho que se obrigue o Nicolau a dizer já, mas já, imediatamente, nem que seja á fôrça, onde é que está o cobre!

Nicolau quis falar mas não pôde. E os dois irmãos Tarrantelli, o tenente Messias Jesus Conrado, o Alcibiades Valentim vulgo Ali-Babá, o Bibi, o Dadau, o Zizi, o doutor Teotónio, os outros, todos, até o doutor Salomão, até o prefeito Idílio, até o major Mourão que já não sabia direito o que fazia, com os punhos erguidos cercaram Nicolau. Aí Nicolau puxou o revólver.

— Cachorros! Ca...chorros!

Foi andando de costas até a porta, saiu correndo. Na rua o Afonso Henriques esperava o pai de baratinha. Nicolau brandindo o revólver entrou no auto. Mandou:

— Toca pro cemitério!

Afonso Henriques começou a chorar.

— Toca senão te mato!

O Ford pulava na rua da Expição. Afonso Henriques suplicava:

— Vamos... vamos voltar, seu Nicolau! Por favor! O senhor está... está tão nervoso!

Nicolau dizia:



— Toca, seu covarde!

Não esperou o Ford parar. Saltou, tropeçou, quasi caiu, entrou no cemiterio de revólver na mão. Deu poucos passos, parou. Estava tonto. Olhava de um lado para outro. Pensava: Que é que eu vim fazer, meu Deus?

Com um enxadão Crispim surgiu por detraz da capela. Longe ainda. Nicolau deu com ele, correu para o tumulo do padre Dito, sem largar o revólver começou a desmanchar um canteirinho. Crispim correu tambem gritando:

— Que é isso, seu Nicolau? Não faça isso!

Nicolau viu Crispim já perto, pulou na frente do tumulo, apontou para o gavetão, atirou.

— Larga êsse revolver, seu Nicolau!

Nicolau enfrentou Crispim, disse com voz sumida:

— Me dá essa enxada!

— Eu dou se o senhor largar o revólver!

— Me dá essa enxada! Me dá essa enxada!

— Não se chegue, seu Nicolau!

— Me dá essa enxada! Me dá essa enxada!

Nicolau ia avançando, Crispim recuando.

— Pra quê que o senhor quer?

— Me dá essa enxada!

A voz sumia cada vez mais, o revólver tremia, os olhos se enchiam de lagrimas.

— Eu mato! Me dá essa enxada!

Mal podia suster o revólver, segurou com as duas mãos. Crispim recuou até o tumulo do padre. Com o enxadão erguido.

— No tumulo do padre Dito o senhor não toca, seu Nicolau!

— Eu te mostro!

Mas antes de apertar o gatilho, levou com o enxadão no alto da cabeça, caiu com os miolos de fora.



— Acuda! Acuda! deu de gritar Crispim.

Foi quando no portão do cemiterio pararam varios automoveis e seguida dos dois irmãos Tarantelli, do tenente Messias Jesus Conrado, do Alcibiades Valentim vulgo Ali-Babá, do Bibi, do Dadau, do Zizi, do doutor Teotónio, todos, até o prefeito Idilio, até o doutor Salomão, até o major Mourão com o chapéu de Nicolau na mão (O doido esqueceu a cabeça!), dona Esmeralda entrou de carreira. Deu um grito, se jogou sobre o cadaver. Mas não chamava pelo marido não. Dizia só:

— Ah minha mãe, minha mãe!

ANTÓNIO DE ALCÂNTARA MACHADO



# Chronicas

## PERSPECTIVAS

### 1. A proposito de Freud

O sr. Octavio de Faria, um joven escritor que já conquistou lugar de destaque na literatura brasileira, como ensaista e crítico literario e cinematografico dos mais completos, estudando a teoria de Freud, no primeiro número desta revista, colocou-se num ponto de vista extremamente curioso, que é interessante comentar.

Propunha-se o sr. Octavio de Faria a refutar o sr. Tristão de Athayde, para quem Freud “é um Nietzsche sem genio”. Disso discorda o sr. Faria que vê em Freud antes de tudo um genio, mas um genio artistico. Para êle o valor de Freud está não no character de verdade scientifica da sua teoria, mas na habilidade com que soube arquitetar um sistema tanto quanto possivel perfeito, de tal forma que de qualquer ponto em que o observador se coloque, dentro desse sistema, a unidade e a perfeição do todo hão de se impôr ao seu espirito. Acha êle ainda que tal é essa perfeita unidade, que a aceitação de qualquer parte do sistema acarreta a aceitação do todo. “Ex digito gigans”. Partindo desse dedo, teremos fatalmente de aceitar o gigante. Por isso entende o sr. Octavio de Faria que Freud tem de ser ou totalmente aceito ou totalmente regeitado; neste caso, por uma teoria que, a ser verdadeira, esclua a dêle.

Até aí, muito bem. Mas a essa teoria assim perfeitamente construida o sr. Octavio de Faria não opõe nem sabe de quem oponha argumento algum. Não ha nada do seu conhecimento que a contrarie e invalide. Nenhuma das críticas que lhe têm



sido feitas conseguiu, a seu vêr, comprometer a solidez e a segurança do edificio, que continua de pé. Entretanto o crítico brasileiro "sonha com o homem que ha de refutar Freud." Essa refutação ha de ser total, pois Freud construiu de tal modo a sua teoria que joga com todas as probabilidades, ou, como diz o sr. Faria, aposta no preto e no vermelho, ao mesmo tempo.

Entretanto, talvez não fosse impertinente recordar que Freud é um cientista e sua teoria, uma teoria científica, baseada na observação e numa já longa experiencia. Si o sr. Octavio de Faria não conhece nada que se possa contrapôr ás ideas do sabio vienense, si nenhuma crítica de character científico lhe pode opôr, como se explica a sua resistencia? Com que direito um crítico se nega a acreditar na realidade de certa interpretação de fatos psicologicos passíveis de observação, sem poder interpretá-los de outra maneira e sem alegar nada de solido contra o que regeitou? Essa attitude não se justifica, mas explica-se: ao sr. Octavio de Faria repugnam algumas afirmações de Freud que se chocam com sentimentos e noções que lhe incutiu a sua educação. E é precisamente isso o que ha de curioso na sua attitude: um intelectual que em face de uma teoria científica, em vez de a repelir por motivos intellectuais, científicos, ou mesmo por uma vaga afirmação de incredulidade, o que seria uma attitude sentimental, mas colocada no plano sentimental, sobe ás arquibancadas, e tomando partido pelo coração, entra a torcer. As suas palavras podem ser traduzidas por esta forma: "Nada me impede de aceitar as ideas de Freud como verdadeiras; ao contrário, tudo parece comprová-las. Mas pessoalmente, acho desagradaveis essas ideas, que me perturbam. Eu não gosto do complexo de Edipo. Faço votos para que esteja errado".

Dizendo-o o sr. Octavio de Faria procede como as meninas que, conta Alain, tendo roubado de certa chacara umas frutas e vendo aproximar-se um vulto, disseram: "Prions Dieu pour que ce ne soit pas le garde champêtre". Não deixarei de acentuar, no emtanto, que essas duas meninas não pretendiam estar praticando a crítica de ideas.



## 2. Cristo no juri

O protesto de um positivista contra a presença da imagem de Cristo no tribunal do Juri comoveu a opinião do país inteiro. Não houve, talvez, quem não tomasse partido, pelo protesto ou pela imagem. Assinalarei entre outras manifestações, uma verrina contra o Cristo, publicada nos "A pedidos" de um grande jornal da manhã...

Não parece necessario discutir a intransigencia do jurado que protestou. Limitar-me-ei a estranhar apenas que tal protesto tenha partido justamente de um adepto do positivismo, "êsse catolicismo sem Deus". O que vale a pena examinar mais de perto é um dos numerosos contra-protestos que não se fizeram esperar: o do sr. Tristão de Athayde.

Os leitores conhecem e admiram devidamente, estou certo, o escritor illustre que abriu tantas janelas na mansarda miseravel onde residia a nossa crítica indigente. O sr. Tristão de Athayde é um grande nome da nossa literatura viva e sem dúvida o critico de mais autoridade que já conhecemos pela seriedade e pela probidade do seu espirito ao mesmo tempo que pela profundidade dos seus estudos e pela vastidão dos seus conhecimentos. O que, tudo, concorre para agravar mais ainda o que ha de insustentavel nas suas palavras.

Disse o sr. Tristão de Athayde que, protestando contra a existencia de um simbolo da religião catolica num edificio público, o jurado positivista tentara *oprimir* a maioria catolica do país. Ora, si é certo que a simples presença de uma imagem não impõe convicções religiosas a quem quer que seja, mais certo ainda é que não as impõe a sua falta. Si a presença não oprime, muito menos a ausencia. E em suma o positivista clama como cidadão pelo respeito a um seu direito individual que lhe parecia violado: dada a separação entre a Igreja e o Estado e a liberdade de pensamento e de cultos que lhe assegura a sua Constituição, o brasileiro tem o direito de não defrontar a questão religiosa quando no exercicio de funções públicas, como cidadão. Aquela imagem de Cristo, a seu vêr, ofendia esse direito e essa liberdade, pois a sua presença representa precisamente um *ato de culto religioso*, praticado pelo Estado leigo e por êle imposto aos cidadãos.

A esse argumento parece-me possível responder vantajosamente, lembrando que a significação das imagens varia com



a atitude religiosa de cada um. Nas decorações dos edificios públicos costumam figurar diversas entidades mitologicas. E nem por isso se dirá que o Estado está voltando ao paganismo grego-romano, impondo as divindades dêste ao culto popular. O sr. Tristão de Athayde preferiu porém, uma resposta que eu não hesitaria em declarar sofisticada, si não fosse a sua assinatura. O seu raciocinio pode ser resumido assim: “Estamos num país de maioria católica. Essa maioria tem direito a uma consagração official, como essa da presença da imagem de Cristo no juri. Protestando contra um direito da maioria, recusando-lhe o privilegio que lhe compete, de vêr publicamente respeitado o seu culto e reconhecida a sua condição, relegando, em suma, o problema religioso para as salas de jantar, a minoria oprime a maioria.”

Com a mesma logica e com a mesma razão o sr. Tristão de Athayde poderia gritar á opressão si amanhã a maioria catolica pretendesse restaurar a pena de morte para applicá-la a alguém e esse alguém ou outrem por êle clamasse pelo respeito ao menos contestado dos direitos do homem. Diria desta vez o sr. Tristão de Athayde: “A maioria acha justo que você morra. Contrariando-a, a pretexto de um absurdo direito á vida, você está oprimindo a maioria”. Um tal raciocinio é igual, embora de sinal contrário, ao da criança que vendo pela primeira vez em gravura um massacre de cristãos pelas feras, no Coliseu, exclamou condoida: “Oh! Mamã! Olha ali um leãozinho, coitado, que não ganhou cristão!”

Poder-se-á objectar que a hipotese que imagino é absurda e inverificavel. A historia, porém, está cheia de situações análogas. Não foi outra, por exemplo, a atitude do bispo de Cauchon diante de Joana d’Arc.

### 3. Reencontro com Bataille

O imponderavel destino que dirige os homens, por efeito de uma vontade que não fôra a minha, colocou-me outro dia mais uma vez diante de Henri Bataille: “La posséssion” reduzida a film francês, com Francesca Bertini, no Cinema Pathé. E como as arvores de um morro que, vistas a certa distancia, se confundem na mesma sombra esverdeada e indistinta, autor, atores, sala de projeção, em breve formavam uma só massa em que a minha memoria ou talvez a minha imaginação quis



reconhecer como que o retrato, como que a resurreição de uma época extinta.

A principio tão longinqua a senti que me julgaria no momento mais proximo daquele ictiosauro que, no Museu Nacional, faz o divertimento domingueiro das criadinhas de S. Cristovão. Só a pretensão de certas passagens á subtileza cinematografica e algumas “finas” piadas com a vida social e artistica de um Paris 192... (finas bastante para passarem despercebidas ao espectador estrangeiro não prevenido) emfim, só o enxerto modernizante de alguns detalhes secundarios perturbava de quando em quando a perfeita ilusão.

Perturbava, mas afirmando-a. Pois ao passo que o natural seria que a parte mais moderna dominasse e atraísse a outra, que ficaria destoando pelo que carregasse de um passado hoje incompreensivel, o contrario é que sucedeu. Os modernismos da fita é que destôaram, causando a impressão penosa que produziria um grego de paletó saco e palheta entre gregos de tunica, sem a intenção de obter desse anacronismo o efeito de comicidade facil que nele se poderia procurar. (O contrario sugeriria a comparação com um contemporaneo de tunica entre outros de paletó saco e palheta.)

Tudo contribuia para aquella ilusão: o drama, a Bertini, o Pathézinho. Na sala comprida e deserta onde já se apinharam multidões elegantes, um quinteto delicadamente sonolento executava, desafinando nos mesmos trechos, as músicas que de longa data já eram familiares aos ouvidos dos frequentadores quando acompanharam a estrea de George Walsh e a de June Caprice. Na tela, uma tradução mal feita a contento, permitia a facil reconstituição do texto francês aproveitado para os letrados. Traduzia-se conscienciosamente por exemplo: “voyons” por “vejamos” e “tiens” por “toma”, de sorte que apareciam frases como estas: “Vejamos, meu caro!” ou “Toma, vou tirar as cartas”. Foi êsse mesmo cuidadoso respeito ao original, em expressões como “êste pobre querido Papai” ou “o meu velho excelente homem de pai” que me permitiu ter bem presente a forma, além do conteúdo, do teatro de Bataille.

Uma e outro, frutos de um periodo de decadencia, resurgiram, para meu pasmo, vãos de todo sentido humano, trazendo apenas o sentido social e transitorio das alusões a um mundo que agora, passado o encanto, já não consigo reconhecer por meu. Tudo aquilo lá se foi, com certo genero de bigodes e de penteados, com o one-step, com os espartilhos, e aque-



las mesmas canções de Christiné, que a comovedora fidelidade da orquestrinha ia recordando. Mas por alguns instantes reviveu para mim uma sociedade, com os seus cacoetes, os seus vícios, as suas presunções e os seus ridículos. E foi como si a guerra e um novo mundo e uma nova vida que conhecemos nunca tivessem existido e tudo continuasse no tempo em que aqueles sintomas de decomposição nos eram tão familiares que não sabíamos estar vivendo uma hora de agonia.

Ao menos involuntariamente o homem é sábio. E' um surdo admiravel, pois inconscientemente sabe deixar de ouvir.

PEDRO DANTAS

## POSIÇÃO DO CINEMA

Todos os que pararam deante do cinema sonoro e em nome de meia dúzia de principios teoricos se recusaram a aceitar, desafiando os resultados possiveis em nome de uma teoria que não podia estar errada, afirmando que os termos que definiam o cinema de então já eram por si suficientes para, sem prejuizo de possibilidades apreciaveis, permitir que se recusasse qualquer inovação contrária aos termos basicos do cinema: arte do preto e do branco, puramente visual, sem letreiros e sem som, todos esses que se apegavam a alguma coisa de já existente, pelo menos em teoria, para exigir que se proseguisse no caminho aberto em vez de ir tentar aventuras com uma mistura desconexa de várias artes, todos êsses começam hoje a sentir que venceram na luta teorica e que a razão estava e só podia estar com êles. Todo o dogmatismo que lhes podia ser censurado então, tem que ser considerado agora apenas como prova de visão nitida da natureza e das possibilidades do cinema. E' que a prática — já quasi três anos de experiencia — veio justificar a opposição de então e exigir no futuro intensificação na reacção.

Por mim, confesso, continuo na intransigencia da posição inicial, ditada unicamente pela consideração da *teoria do cinema* — que o seu desenvolvimento ensinara e que nenhuma "evolução" poderia modificar nas suas bases. O cinema é arte, é preciso reafirmar. Arte do preto e do branco. Arte muda. Arte dinamica. Arte visual. Não admite colorido ou relevo —



da vida real. Não admite a palavra — do teatro. Não admite o canto — da ópera. Não admite a complicação psicológica — do romance. Arte própria, tem suas regras e nada pede às outras artes. Arte própria, ela só basta a si mesma.

Deante dos primeiros ruídos dos “talkies”, pensámos que qualquer movimento que não partisse dêsses princípios, que não se orientasse nesse sentido, em teoria estava errado e não podia deixar de ser atrazo em vez de progresso. E mais: ou o cinema não era de modo nenhum a arte que se julgava ou então conseguiria afirmar a sua natureza quando se embatesse com o som, elemento estranho que vinha tonitruando e pretendendo modificar tudo. Anunciava a criação de uma arte nova.

A questão do cinema falado, que aparentemente se desenvolava apenas entre fábricas americanas no puro campo economico, continha em si talvez uma das batalhas mais importantes que a história da arte tem a registrar. Tratava-se apenas de saber se a *arte* que se via no cinema, que se definia tal e tal, era realmente uma *arte*. Afirmavam os “progressistas” que tal como existia não passava de um degrau, de um estagio em que se demorara demais e que era preciso deixar para traz o mais cedo possivel. Houve mesmo quem proclamasse que o cinema silencioso morrera...

Poucas coisas sôbre a terra terão falido tão cabalmente quanto o cinema falado na sua pretensão a ser uma nova forma de arte.

O estrondo é logo enorme. Parece movimento político de tal modo as “adesões” são rápidas e numerosas. Um a um todos vão cedendo. Os que se opõem desaparecem: são artistas preteridos, são directores logo dispensados. Só Chaplin resiste no meio de toda a debandada. Sua posição, seu ataque que não conhece medida, parecem a todos a colera de um Deus que se sente ameaçado no seu trono silencioso. Ninguém o quer ouvir e ha quem lhe anuncie a falência.

A’ adesão do público em geral, segue-se, um pouco menos rápida apenas, a “traição” dos intellectuais. Paris, possível centro de resistência teórica, deixa-se empolgar pelas “possibilidades”. Mais uma vez o medo do “fanatismo”, de um exclusivismo qualquer que recuse alguma coisa em bem de outra, perde Paris. Restrições aqui e ali, mas a onda cede.



São meses de entusiasmo completo pelo cinema novo. Todos os fogos de artifício possíveis. Voluntariamente cada um se ilude, esperando o que sabe que não pode vir. Há quem leve "Broadway Melody" a sério. Há quem ouse pensar que Al Jolson é uma força.

Vitoriosos em toda a linha os productores agitam-se. Despedem e contratam artistas e directores. Lançam celebridades, criam obras primas. Anunciam versões em todas as linguas e progressos de toda a especie. Arranjam Bernard Shaw para as "novidades" e Lawrence Tibbet para o prato de substancia do dia. E apresentam o programa de "arte", cinema sonoro cantado e falado 100 %.

O público aceita, gosta como novidade e passa a "engulir". Os intellectuais não gostam, mas "engolem". Aceitam para ver até onde se pode chegar. Que se tente mais um pouco. Talvez se consiga alguma coisa. Os russos pontificam por seu lado que vão salvar o sonoro e criar a nova arte.

Os meses passam. Passam com êles tolices e mais tolices, cantores de toda especie, arias de todas as peças. Passam todas as celebridades do cinema, falhando lamentavelmente quasi todas, e passam as velharias de Broadway sempre triunfalmente. Só a "onda" sonora não passa.

Um belo dia porém Paris acorda. E começam a chegar os primeiros gritos de falencia na dúvida dos mais esclarecidos. O 100 % falado morreu, afirma de uma vez Alexandre Arnoux. E as críticas cada dia mais livres, mais libertadas de ilusões e de confiança no futuro, vão apontando os obstaculos insuperaveis. Os primeiros golpes são duros e não serão os ultimos nem os mais serios.

Desembarcando, de volta de uma America onde o "all-talking" batia todos os "records" e estava em pleno sucesso (fim de 1929), D'Arrast, discipulo de Chaplin em mais de um ponto, concedeu uma entrevista a "Pour Vous" que no desanimo do momento desanuviou um pouco o horizonte.

Afirmava que tudo o que se estava fazendo na America era falado, que era inutil pensar em se opôr ou em lançar films silenciosos. Mas que o caminho era outro. Era o que pretendia traçar no seu primeiro film falado: reduzir o diálogo ao minimo. Era a progressiva libertação.



Não deve ficar esquecida essa coincidência. Enquanto Chaplin afirmava em teoria que não podia haver cinema como arte fora do cinema silencioso um discípulo seu caminhava para afirmar na prática que o cinema silencioso apesar de tudo não podia morrer, e deixava entrever que com o tempo poderia ir pouco a pouco resurgindo da progressiva limitação da fala dentro de cada cena, deixando imaginar um limite em que a palavra seria apenas o substitutivo dos antigos letrados.

A indicação de caminho de D'Arrast ilumina todo êsse miserável cinema que estamos tendo com uma esperança que não pode ser deixada de lado.

Dos films-diálogo, verdadeiras peças de teatro, estamos começando enfim a passar para qualquer coisa de diferente em que o diálogo começa a não ser mais elemento preponderante, em que a acção toma pouco a pouco o lugar da conversa, o detalhe visual do elemento sonoro. Os films que temos visto nesses ultimos tempos estão caminhando — não digo vertiginosamente, mas de modo mais ou menos aceitavel — para o verdadeiro cinema, abandonando a carga sonora pelo movimento, ainda titubeantes na grande maioria dos casos pelo peso que carregam, mas aqui e ali já podendo correr por alívio de carga.

Já não falo de "Aleluia" onde o diálogo era quasi o habitual nos films de King Vidor e o elemento sonoro um acrescimo que uma boa partitura poderia substituir perfeitamente. Sua concepção é anterior ao cinema falado. Sua grandeza deriva directamente de King Vidor e pouco tem a ver com a "forma" que, como nos seus demais films, é em geral um elemento secundario.

Falo de todos êsses films que estamos começando a ver, já aliviados de muito diálogo. Falo dos primeiros detalhes visuais divisados em "Paraiso Perigoso" e em "Aplausos". Falo no já francamente cinematográfico de films como "Anjo Azul", "Patrulha da Madrugada" e "Sem Novidade no Front" — em que o elemento sonoro, ainda que torne o film "impuro" (como cinema) não está entretanto na base da sua concepção, viciando-o no seu desenvolvimento todo, prendendo-o a um outro genero puramente teatral.

Falo sobretudo agora que nos chegam noticias positivas de cansaço em uma grande parte do publico do "all-talking". Falo



sobretudo agora que, depois da apresentação de "City Lights", os productores estão compreendendo que Chaplin tinha mesmo razão e que a grande emoção continua a ser silenciosa. E o resultado prático é que dão ordens para que se reduzam os diálogos nos films de tal modo que ha quem afirme que só se conservarão 10 ou 20 % dos diálogos antigos.

Caminhamos assim para êsse momento em que a frase falada aparecerá tantas vezes quantas antigamente a frase escrita ou letreiro.

A significação disso é uma só: é que se fará o film de novo com a mesma tecnica (de cenario e de direção) *cinematografica* de antes. Estaremos pois de novo em um mesmo grau de adeantamento — apenas tendo substituído o uso de um elemento "impuro" (o letreiro) por outro, mais "impuro" ainda (a fala). Terá sido êsse na verdade o grande resultado de três anos de "progresso". E se tudo isso tem uma significação global, é que o cinema sonoro como arte faliu inteira e lamentavelmente e ainda com a carga sôbre os ombros de ter entravado o desenvolvimento do cinema arte silenciosa, cuja "avançada" veio cortar no momento mais interessante, quando o movimento de "cenario" americano e alemão levava para a "continuidade visual", quando Dreyer ensinava a sua "Jeanne D'Arc", quando os russos integravam o ritmo no "montage" do film, quando de toda a parte surgiam novas contribuições que faziam o cinema progredir cada dia mais no sentido da sua perfeita afirmação como arte independente.

Mais uma vez, aos que descreram do cinema — porque "falado" não era mais arte e silencioso apenas uma recordação, um objecto de museu — temos que reafirmar a sua vitalidade, a sua existencia indiscutivel como arte independente.

A posição em que o cinema se encontra hoje — se as medidas anunciadas estiverem sendo realmente tomadas, como parece, e se não surgirem novas ilusões, côr ou relevo — é o mesmo, quasi, do em que estava quando a onda sonora o desencaminhou. Na estrada que leva á libertação de todo elemento estranho.

Se ontem era o letreiro, hoje é a fala. Um e outro, em teoria, são expulsaveis do mesmo modo — como elementos nocivos e parasitários, — função apenas da maior ou menor habilidade do cenarista.



Se o cinema conseguir amanhã pela expulsão da palavra (ou pela sua redução a um mínimo que passe despercebido no todo) alcançar essa *expressão pura* por que tanto nos batemos, terá chegado ao mesmo resultado que nos parecia inevitável no futuro, quando estávamos em pleno movimento de “cenário” do cinema americano e alemão, em 1927 e 28. Foi o que a grandeza de visão cinematográfica de Murnau divisou desde logo como “possibilidade” para o cinema no novo caminho que se abria.

Nesse caso, todo o cinema falado não terá sido senão uma experiência desnecessária, um momento desagradável, que infelizmente durou de mais, mas que acabou por si, envenenado pela sua própria insuficiência, vencido pela resistência de uma força real: esse cinema arte do preto e do branco, visual e silencioso, que hoje como ontem é preciso afirmar em toda a sua grandeza cheia de possibilidades e em todo o rigorismo dos seus princípios, intocável nos seus elementos de definição, imutável na sua natureza como arte.

OCTAVIO DE FARIA



# Ethnographia

## Lingua Nacional (I)

### B

**BACOREJAR** — Andar á cata de novidades. Falar mal de alguém: "... nada mais são de que atoardas, o que por ahi se bacoreja" (Viriato Corrêa, *Balaiada*, p. 37).

**BAIRRISTA** (adj.) — Qualidade do individuo que acha as coisas de sua terra melhores que as da terra alheia.

**BATORE'** — Homem baixo, entroncado; tôco de massar onça, como diz o vulgo picarescamente.

**BENZEDOR** — Curandeiro.

**BESTEIRA** — Coisa de pouca valia. Presente diminuto: "A proposito, Zéca, recebeste uma besteira que te mandei num envelope?" (*Jornal do Commercio*, Recife, 29-1-1929). Também significa inconveniencia: Fulano pegou a dizer besteiras, isto é, a falar levianamente.

**BEZERRAMA** — Grande quantidade de bezerros: "... na defeza da bezerrama, a protecção urgente da miuda criação" (Pedro Baptista, *Cangaceiros do Nordeste*, p. 69). (O suffixo é indigena).

**BODEGUEIRO** — Taverneiro: "O Pilotinho era um pé-de-chumbo rico, bodegueiro na rua dos Barbonos" (P. Setubal, *Maluquices do Imperador*, p. 33).

**BOLADA** — Porção de papel moeda.

**BOLSA** — Subscrição. Fazer uma

bolsa: collectar dinheiro para favorecer a alguém.

**BOTAR COPO NA BOCCA** — Embriagar-se.

**BOTAS** — Usa-se na expressão **metter as botas**: falar mal da vida alheia. **Descalçar a bota**: desenvincilhar-se.

**BOTIJA** — Vaso de barro em que os avarentos guardam o dinheiro enterrado no chão. **Com a bocca na botija** — em flagrante: "... pilhados com a bocca na botija em escandaloso flagrante de ladroice vulgar" (*Manhã*, Rio, 30-6-1928).

**BRABO** — Bravio. O povo chama de **boi brabo** o que não é domesticado, que arremette. (**Termo antigo**, como nos diz Candido de Figueiredo, p. 91 das *Novas Reflexões*, citando *Eufrosina*, p. 147).

**BRANÇAO** — Pejorativo de homem branco.

**BUCHA** — Mau negócio. **Tomar uma bucha** ou **tomar um canudo**: fazer um negócio desastrado. Também se usa no locução **em cima da bucha**: imediatamente; que equivale ao **du tac au tac** dos francezes. (*Linguagem do Nordeste*).

**BUMBA** — O mesmo que **bumbo**. **Bumba-canastra**, virar de **bumba-**

---

(1) — Continuação das publicações feitas pelo autor na *Revista da Academia Brasileira de Letras*.



**canastra:** exercicio acrobatico das crianças que se apoiam sobre as mãos e, dando um certo impulso como em salto mortal, cahem de pé. (Nordeste) **Bumba-meu boi:** reisado, folguedo popular proprio do Dia de Reis (Nordeste).

## C

**CABAÇO** — Fructo de uma cucurbitacea deste nome, do qual se faz a cuia. Membrana himen (Termo usado em Portugal).

**CABEÇA-CHATA** — Filho do Ceará.

**CABEÇA DE COMARCA** — Individuo poderoso na sua zona.

**CABRA DE PEIA** — Individuo grosseiro, sem educação e sem individualidade (Nordeste).

**CABREIRO** — Duvidoso. Negocio cabreiro: que está difficil de fazer.

**CABRESTO** — Ponto em que o prepucio se prende ou se ajusta inferiormente. A circumsiçao tinha por fim o corte dessa parte pudenda.

**CABRITO** — Menino mestiço.

**CABROCHA** — Rapaz mulato de cabellos carapinha.

**CABULE'TE'** — Cafageste, individuo acanalhado: "Não ha de ser aqui entre vadios e cabulhetés, que ha de ser alguem" (Afranio Peixoto, Bugrinha).

**CAÇAMBA** — Vasilha de folhas de Flandres, especie de balde com que se tira agua da cacimba (Nordeste). Tambem se chama caçamba a um par de caixões com latas sobre a cangalha para carregar agua. Usa-se nas cidades do Norte quando não possuem abastecimento dagua encaçada: "Gastaram cordas e caçambas" (Machado de Assis, Braz Cubas).

**CACHORRO DA MOLESTIA** — Modismo do Nordeste que significa bicho damnado, cabra escovado, desgraçado, desordeiro e que não tem o que perder. Perigoso.

**CACIMBA** — Poço cavado no solo e sub-solo, ás vezes até com a profundidade de cincoenta metros. Mui-

to commum no Nordeste, dada a falta dagua (**Palavra africana, e quimbuda**, segundo Seguiet: quixima).

**CADAVÉR** — Credor.

**CAFAGESTE** — Individuo que se dá á importancia.

**CAFANGA** — Defeito. Botar cafanga: inventar defeitos.

**CAFIFA** — Caipora (Vocabulo da lingua mbunda, com a significação de sarampo, segundo Rodolpho Garcia).

**CAFIFE** — Piolho de galinha.

**CAIACANGA** — Sequencia de males, doenças (Do guarany — cangi: magro, doente).

**CAIPORA** — Criação mythica dos indios. A lenda popular descreve-a nos versos seguintes:

"Eu cortava, minha velha,  
De graveto o meu feixinho,  
Quando vi sahir da mata  
Um medonho caboquinho,  
Com um cachimbo no queixo,  
Montado num porco espinho.

Então logo o descobri,  
E descobri sua historia:  
Um mau agoiro da matta  
E' a tal da caipora."

(Cancioneiro do Norte)

Caipora é o azar personificado (**Termo indigena: caapor**, que significa habitante da matta).

**CAJU'S** — Annos de idade (Do indigena, segundo Alfredo de Carvalho, ps. 11 e 12 das Frases e palavras: "para contagem dos annos serviam-se os nossos aborigenes da floração dos cajueiros, cuja fructificação era para elles a epoca das festas e das orgias prolongadas. Dahi responder ao sabio Martius um indiozinho, interrogado sobre a idade: Onze, acaju quetebo, isto é, onze cajús inteiros").

**CALDEIRÃO** — Tanque natural nos lagedos (Nordeste). Deposito natural das aguas pluvias em pleno sertão: "Associando-se a cacimbas e



- caldeirões em que se abre a pedra" (Euclydes da Cunha, *Sertões*, 3.<sup>a</sup> ed., p. 13). No Amazonas é o redemoinho nos rios formado por correntes circulares, perigosas á navegação (Beaurepaire Rohan, *Dic.*).
- CALUNDU'** — Aborrecimento. Estar de calundú é o mesmo que estar nos seus azeites.
- CAMADA** — Emprega-se no sentido de doença transmissível: uma camada de sarna.
- CAMARADA** — Companheiro, collega. Indivíduo de nome desconhecido. (Termo castelhano).
- CAMARÇO** — Disposição das cartas de jogar, de modo que certo jogador tem sempre bom jogo.
- CAMBADA** — Gente de ralé. Certa porção de peixe á venda.
- CAMBADO** — Que tem bicho de pé. (Este nome veio do Paraguay, como denominação deboxativa ao soldado negro, porque existe lá um macaco preto chamado cambá — Baptista Caetano).
- CAMBALACHO** — Arranjo de contas de advocacia administrativa. (Termo usado em Portugal).
- CAMBA** — PE' — Golpe de capoeiragem para fazer cair o adversario.
- CAMBINDAS** — Dança africana.
- CAMBISTA** — O que faz monopolio dos bilhetes de uma récita nos theatros: "Tem sido reconhecida judicialmente a profissão de cambista, vendedor de bilhetes de theatro" (Carvalho de Mendonça, *Dir Commercial*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. 1.<sup>o</sup>, p. 329).
- CAMPAINHA CAIDA** — Inflamação da uvula.
- CAMPEAR** — Vaquear os gados no campo (Linguagem do sertanejo do Nordeste).
- CAMUECA** — Embriaguez: "Café sem rapadura tira camueca" (Honorio Silves, *Jornal do Commercio*, 23-9 1928).
- CANÇO** — Participio duplo do verbo cançar, conforme o linguajar do Nordeste: Estou canço (em lugar de cançado) de avisar a Fulano.
- CANDINHA** — Usa-se no modismo fi-
- lhos da Candinha — o povo que boateja: "Os filhos da Candinha não dormem" (A. Peixoto, *Bugrinha*, p. 138) (Nordeste).
- CANGUEIRO** — Que anda com marcha irregular, meio agachado.
- CANINGA** — Synonimo de cafifa, calpora. Encaningar: encaiporar. (Do tupy: cany; perda, morte, acabamento. — Montoya. Entretanto ha uma versão na tradição popular que põe em duvida essa origem. Ao serem ajustados os negocios do Brasil com Portugal, ao tempo da Independencia, veio ao Rio de Janeiro um lord inglez e primeiro ministro, Canning, que tudo embarçou sobre o reconhecimento da soberania brasileira. Exigiu o pagamento de um milhão e quatrocentas mil libras esterlinas, que a velha metropole devia á Inglaterra, e tivemos que assumir o debito. O Brasil começou com este azar, com esta caninga, que nos tem trazido até hoje escravizados por dividas. — V. Paulo Setubal, *Maluquices do Imperador*, p. 126).
- CANUDO** — O mesmo que taboca. Mau negocio. Tomar um canudo: comprar caro (Usa-se em Portugal).
- CAPACHO** — O mesmo que chaleira, bajulador (Usado em Portugal).
- CAPADO** (subst.) — Porco castrado, posto no chiqueiro para engorda: "... vieram as toalhas de Flandres, as grandes jarras da India; matou-se um capado" (Machado de Assis, *Braz Cubas*, p. 39).
- CAPAR DE VOLTA** — Estragar, inutilizar: "Mas no fim capel de volta" (Viriato Corrêa, *Balaiada*, p. 19).
- CAPIM** — Nome de várias especies de gramineas e da ciperaceas, quasi todas proprias para forragens. Botar o pé no capim: voltar á terra natal depois de um degredo. (Do tupy caapiyn: matto fino).
- CAPIONGO** — Triste.
- CAPITAO** — DE-CAMPO — Indivíduo que, ao tempo da escravidão, tinha por officio procurar negro fugido.



**CAPITÃO-MÃO-NO QUARTO** — Vaso nocturno.

**CAPUABA** — Casa de palha mal feita ou a estragar-se (**Termo tupy: capiaba**, cabana — Montoya).

**CARANGUEJEIRO** — O que colhe os caragueijos, ou o que os vende em corda (Nordeste).

**CARAPANÃ** — O mesmo que muriçoca. (Palavra tupy que significa mariposa que faz coceira: **carai**, apanhar, coçar, e **panã**, mariposa).

**CARCAMANO** — Denominação dada ao italiano. Labrego, cates.

**CARCAR** — Vibrar: Carquei-lhe a faca pra riba! (Linguagem dos capadócios do Nordeste e dos canga-ceiros).

**CARIMÃ** — Massa de mandioca secca, dividida em pequenos bolos para ser utilizada. (Indígena: canarimã).

**CARNEAR** — Matar a rez para uso particular: "Carneara-se uma novilha, um cevado e outras criações; eram muitos os convidados para aquelle dia" (P. Baptista, Canga-ceiros).

**CAROCHA** — Velha feiticeira. Especie de coleoptero que chupa o sangue dos gados, no campo.

**CARONA** ou **CORONA** — Especie de manta em forma de sacco, de couro,

que se colloca sobre a sella, e serve para conducção de roupas. (Nordeste).

**CARRASPANA** — Embriaguez. Pandega em que o menos que se faz é tomar porre, embriagar-se. (Suppõe C. de Figueiredo que o termo veio de Trás-os-Montes, derivando-se de carrasqueira, aspereza na garganta).

**CARREGAÇÃO** — Doença nos olhos. Doenças venereas. Obra de carregação: mal acabada.

**CARREGADO** — Perigoso, valente.

**CARTA** — Usa-se nas expressões: — **Dar as cartas**: ser chefe, mandar; **Carta de liberdade**: carta de alforria, ao tempo da escravidão; **Dar carta e jogar de mão**: fazer o que entende, como lhe apraz; — **Ter carta**: ser bacharel: "Aquelle é bacharel de sessenta mil réis, não tem carta."

**CARTOLA** — Chapéu de pello, alto, tambem chamado bacorinha.

**CARU'RU'** — Especie de quitute da Bahia: "Vatapá e carurú" (Nina Rodrigues, Animismo).

(Continua)

RODRIGUES DE CARVALHO

## Sôbre um instrumento grotesco

Um dos festejos mais interessantes com que se comemorou na Belgica o centenario da independencia nacional foi a reconstituição de um "ommegang", o de 1549, de acôrdo com as descrições minuciosas conservadas nos arquivos. Quem o diz é o sr. Hermann Closson, em cronica para a "Revue Musicale" (novembro de 1930) em que narra os estudos de história a que se entregaram diversos especialistas para nada faltar ao "ommegang" em veracidade e exatidão. "Ommegang", explica o sr. Closson, literalmente "andar em volta", de-

signava um cortejo organizado durante as festas comunais e religiosas, em que desfilavam os Officios, as Camaras de retórica, as Linhagens, os Magistrados, "les Serments", etc. Das pesquisas históricas necessarias encarregaram-se archivistas, folcloristas, pintores, escultores e tambem musicos, pois o "ommegang" compreende uma parte musical importante.

Depois de explicar a escolha dos diversos grupos de instrumentos antigos, entre os quais alguns burlescos, e expôr o criterio que presidiu á se-



leção dos canticos e melodias populares confiadas a coros diversos e ainda as dificuldades encontradas para conseguir uma peça instrumental da época, dificuldades que se resolveram ritmando um tanto arbitrariamente uma serie de dansas anteriormente coligidas pelo sr. Ernest Closson, conservador e chefe do Museu do Conservatorio, diz o cronista:

“Comme instrument bruyant, le **rommelpot** s'imposait: on connaît ce curieux instrument populaire des Flandres, formé d'une boîte cylindrique recouverte d'une membrane tendue. Dans la membrane est introduite et fixée verticalement un brin de paille coupé entre deux noeuds de croissance. Celui-ci est mis en vibration par le frottement entre le pouce et l'index mouillé, ce qui produit un son étrange et grotesque”.

No numero de janeiro do ano corrente, a mesma revista publica uma nota com o titulo que encabeça estas linhas, em que o sr. G. A. transcrevendo a descrição acima, comenta:

“Cet instrument est-il spécifique aux Flandres? Je ne le crois pas. Méditerranéen, je reconnais dans ce **rommelpot**, la **zambomba** des Espagnols. La description en est la même, sauf que le brin de paille est plus souvent un roseau et que la boîte cylindrique, jadis un pot de terre, est plus volontiers aujourd'hui quelque bidon de métal. La **zambomba** est employée en Espagne principalement pendant les fêtes de Noël. Mais on ne la trouve pas qu'en Espagne. Je l'ai moi-même retrouvée ailleurs, en particulier à Alger, dans le faubourg Bab-el-Oued, où les petits “néos” (néo-français) d'origine espagnole (Andalous e surtout “levantins” de Valence, d'Alicante) et même les petits arabes, s'en servent pour leurs chahuts. Et je l'ai retrouvée encore, aux mains des gamins de Naples, pendant le charivari tonitruant de la dionysiaque nuit de piedigrotta. (1) Là, on l'appelle **poutipoute**. Cette aire

de dispersion: l'Espagne d'abord, puis Bab-el-Oued en Alger qui est un faubourg espagnol, l'ancien “Vavalvete” de Cervantes, et Naples qui fut un royaume espagnol, comme tant de survivances le montrent encore, laisserait penser que le **rommelpot** est un des nombreux souvenirs laissés dans les Flandres par l'occupation espagnole. A moins que ce ne soit le contraire comme pour le genre “flamenco”. Ce qui serait à préciser. Mais la **zambomba** me paraît d'une barbarie toute méditerranéenne!”

Estou certo que por sua vez o leitor brasileiro terá reconhecido na descrição do **rommelpot** ou **zambomba** ou **putiputi** (que nome lhe darão os negros da Luisiania?) um instrumento até ha pouco tempo só conhecido dos malandros e dos especialistas, mas que hoje goza de grande popularidade, ao menos de nome, graças ao sucesso do samba **Batente**: a cuica.

**Samba só é samba  
com batuque verdadeiro  
quando tem pandeiro  
marcando a cadência,  
quando o centro é feito  
por chocalho e por barrica:  
vê só como fica  
acompanhado pela cuica.**

A essa voz o chefe do grupo lança um olhar sinificativo na direção do instrumento citado, como quem diz: “Agora!” E enquanto todos os demais fazem uma pausa, o cuica fricionando a corda do seu instrumento entre o polegar e o indicador humedecido, de acôrdo com a descrição do sr. Closson, obtem trez vezes conse-

---

(1) “Ajoutons que les nègres de la Louisiane en connaissent bien l'usage. Le film Hellehizah montre dans les orchestres improvisés plusieurs nègres jouant de ce bizarre instrument faite d'une boîte de conserves...”



cutivas um som estranho e grotesco, vagamente semelhante a um gemido rouco. E o samba recomeça:

Queria te ver no batente  
sambando com a gente  
no morro do Salgueiro...

A existencia da cuica no Brasil e na Luisiana parece indicar a origem africana do instrumento, que teria sido levado á Espanha pelos arabes e pelos espanhóes a Flandres.

PEDRO DANTAS



## Notas

J. CAPISTRANO DE ABREU — **Caminhos antigos e povoamento do Brasil** (ed. da Soc. Capistrano de Abreu, Livr. Briguiet, Rio, 1930, 16\$000).

E' difficil falar de Capistrano. Os elogios que merece tanta laboriosidade posta a serviço de tanta acuidade já foram ditos e reditos pelos competentes. Capistrano mestre de história brasileira, renovador do estudo da história brasileira, é uma especie de patrimonio, é um patrimonio mesmo em que a gente não toca: vive só dos juroz elevados que rende. E essa herança riquissima é que a Sociedade fundada pelos discipulos e amigos do grande cearense está arrecadando. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil** é já o terceiro volume que ela publica das obras completas de Capistrano.

Dos dez escritos que o constituem o mais importante dá titulo ao livro. Mais importante porque resume luminosamente o movimento iniciado ha quatro seculos e "que ainda hoje continua" para povoar a imensidão brasileira. São noventa páginas bem características da maneira de Capistrano, do seu modo direto e sintetico de tratar a história, indo direito ao essencial, dando dos acontecimentos uma visão de conjunto, eliminando com rigoroso criterio critico o superfluo e insignificativo. Assim como nos **Capitulos de Historia Colonial** nenhu-

ma alusão faz á Conjuração Mineira por julga-la destituída de qualquer interesse verdadeiramente historico, neste estudo sôbre o povoamento do Brasil êle põe de lado tudo quanto não se enquadra rigorosamente no assunto, de forma que livre das sombras, reduzida ao indispensavel, a exposição ganha uma clareza de mapa.

"Qual de um paiz se reúnem todas as aguas em poucas bacias preponderantes", como êle mesmo fala, todos os aspetos de um movimento historico por mais díspares que pareçam podem ser reduzidos a "algumas linhas principais". E' o que incumbe ao historiador fazer. E Capistrano mostra indirectamente o meio: separar da história o que pertence antes á erudição (p. 55). Ensino precioso que é necessario guardar e seguir. O milionario revela aí o segredo de sua riqueza.

A. DE A. M.

M. BOMFIM — **O Brazil na historia** (Livr. F. Alves, Rio, 1931).

Êste estudo das "causas que turbaram o proseguir da nacionalidade brasileira", deturpando as tradições e degradando a politica, é no fundo a critica da acção desenvolvida por Portugal degradado para impedir no Brasil a formação de uma conciencia nacional e conserva-lo assim sob seu dominio. Assunto admiravel mas pe-



rigoso para um brasileiro. Porque apaixonante. Prova-o o livro de M. Bomfim que é de cabo a rabo um libelo acusatorio contra a antiga Metropole, libelo tremendo, de uma aggressividade extraordinaria, cheio do que costuma haver de peor no debate judiciario. M. Bomfim não se contenta em expôr simplesmente os fatos por mais eloquentes que sejam: á eloquencia dêles junta a de sua linguagem e no calor do ataque vai ás últimas, xingando o réu e as testemunhas que lhe são favoraveis. O que é lamentavel pois *O Brazil na Historia* seria um livro excelente se mais sereno e conciso.

M. Bomfim se propõe a demonstrar que apesar de fracionado em centros "topographicamente autonomos" o Brasil logo no segundo seculo de sua colonização constituia de facto uma patria, um bloco tanto quanto possivel coeso e que se solidificava cada vez mais na defesa do solo contra as arremetidas estrangeiras e na resistencia que oferecia ao jugo da Metropole. A palavra brasileiro tinha assim um sentido bem mais largo e profundo do que o de simples habitante do Brasil. Dêsse sentimento de nacionalidade, logo accentuado, é que deriva a unidade que o bragantismo (muito ao contrário do que se tem afirmado) mais de uma vez procurou quebrar. O Brasil portanto se fêz uno contra Portugal. As suas mais legitimas tradições são nitidamente anti-lusitanas.

A história brasileira vem sendo falsificada desde o início. Quando frei Vicente do Salvador escreve sua obra, da qual o Brasil já resalta como nação, tratam logo de sonegá-la. De forma que a Independencia encontra ainda a história brasileira abafada e deturpada. E os historiadores do Imperio, postos a serviço do bragantismo, contribuem ainda mais para a falsificação. Varnhagen, Pereira da Silva, Fernandes Pinheiro e outros ("coriaceos, nullos, opacos e indigestos", p.

119) tomam partido contra os movimentos nativistas do periodo colonial e atribuem á ação da monarquia a preservação da unidade brasileira. Quando o movimento de 22 foi uma burla. Prepararam-o portugueses de cumplicidade com brasileiros de sentimentos lusitanos e monarchicos para impedir a independencia republicana e consequente separação absoluta (de corpo e alma) de Portugal. O Fico não teve outro fim senão o de garantir a um Bragança a coroa brasileira: com dom Pedro I "quem fica é Portugal".

Dai a indignação brasileira de M. Bomfim. Legítima não ha dúvida mas tendo de brasileira tambem o esparramado e o empolado conhecidos. O fluxo oratorio é tão grande no livro que a documentação não raro se perde e fica esquecida, a linguagem claudica, o já dito torna a ser dito uma e duas vezes, os argumentos nem sempre são bem escolhidos, o que se deve talvez á ansia de acumula-los, (1) e assim por deante.

---

(1) Na ansia tambem se perderam alguns. Defendendo os paulistas que se meteram na guerra dos Emboabas, M. Bomfim não cita o livro de Soares de Mello, *Emboabas*, que tantos documentos ineditos contém a favor do ponto de vista dele M. Bomfim. Outro depoimento importante que merecia citação é o de Arthur Neiva no *Esboço historico sobre a botanica e zoologia no Brasil*, quando M. Bomfim alude á ignorancia (ou má fé?) dos sabios estrangeiros que classificaram plantas já classificadas por Manuel Arruda da Camara, com "novas designações que aliás são as adoptadas pelos sabios brasileiros" (p. 417, n.º 2). Neiva demonstra que os trabalhos dos brasileiros Alexandre Rodrigues Ferreira e frei José Marianno da Conceição Velloso serviram de base para os dos irmãos Saint-Hilaire, tendo sido aqueles vitimas de "inaudita usurpação". E isso de sabios estrangeiros apresentarem como proprios estudos de seus colegas do Brasil era tão comum que Freire Allemão, solicitado por Martius:

— "Mande-nos plantas para classificarmos" — respondeu: "Nessa não caio eu; hei de remettel-as somente depois de publicadas as descrições; a



M. Bomfim por exemplo fala a cada passo na crueldade com que a Metrópole abafava os movimentos nativistas do Brasil-colônia. Claro que essa crueldade era mais uma prova de sua degradação, do seu espírito exclusivamente mercantil que o levava a ordenar carnificinas para defender o osso (p. 315). Só Portugal, de todas as nações colonizadoras, teve a estupidéz de realizar um "imperio exclusivamente comercial" (p. 295) que só a ferro e fogo podia ser mantido. Entretanto no § 94.º, cap. X, "Um povo de bravos, para um governo de infames" (não seria melhor inverter a frase?) M. Bomfim resume o horror que foi a dominação napoleônica em Portugal, e acentua sobretudo a maneira como o "grande Kellerman" (que não era tão grande assim) sufocou a revolta de Beja, pilhando e incendiando a cidade, passando "a fio de espada" os habitantes e disso se ufanando. Ora se a França procedia assim com Portugal entre 1807 e 1814 não é motivo para declamações tão violentas (como as que se encontram no *Brazil na Historia*) o modo por que Portugal por sua vez castigou os revolucionários de 1817. E o método de colonização adotado por Portugal não era privilegio d'ele. Outras nações menos decadentes e estúpidas também o adotavam e adotam ainda hoje. O próprio M. Bomfim fala mais de uma vez no que "a título de colonização" fazem nestes anos de 1900 os belgas, franceses e outros civilizados "com os pobres negros africanos" (p. 105), submetendo-os a um regime tal que na África Equatorial

---

diagnose ha de ser minha, boa ou má. Não é pouco vê-los na Europa, desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o que a mim pertence". Ainda outros depoimentos de grandíssima importância, e que M. Bomfim não utiliza como seria de esperar nas repetidas vezes em que fala da ação nefasta dos reinos durante o primeiro século do Brasil-colônia, são as cartas de Nobrega e Anchieta.

Francesa os 4.500.000 habitantes de 1913 se reduzem hoje a 2.600.000 (p. 88).

Além disso aqui e ali a gente encontra afirmações bem discutíveis e até enganos ou cochilos evidentes. (2) Assim, ao se referir á "conducta de Anchieta para com Boulez" (p. 105), ao "caso de Anchieta a trucidar Boulez" (p. 115), M. Bomfim se esqueceu de esclarecer que essa conduta e êsse caso são pretensa conduta e pretenso caso. Assim, a nota da p. 208: "Em Alvares de Azevedo encontrou Eça de Queiroz a joia em que fulgura um dos mais bellos florões da sua obra. Disse o nosso lyrico: "A poesia puríssima banha com seu reflexo ideal a belleza sensível e nua". Eça ageitou — "Sobre a nudez... o véo... da poesia..." Começa que na joia não se diz véu mas manto e nem poesia mas fantasia. Depois é preciso detestar muito Portugal e os portugueses para afirmar a serio que ha aí ajeltamento. Que odio, puxa. Assim, a inclusão de Anchieta entre os que fizeram "da primeira metade do século XVII" a "idade heroica do Brasil" (p. 267), quando Anchieta (como M. Bomfim com certeza está farto de saber) morreu em 1597. Assim, a qualificação de genio dada ao judeu Antonio José (ps. 301 e 318) que M. Bomfim encontrou em Oliveira Martins e achou justa mas que é, pensando bem, excessiva. Assim, o trecho em que M. Bomfim se refere á surra pernambucana nos holandeses acrescentando: "E não tarda que, dilatando-se, nas proprias forças, (o Brasil) desbrave e conquiste o interior do continente, modelando-o definitivamente". A verdade é que quando o holandês pisou pela primeira

---

(2) Os cochilos, bem como os erros frequentes de gramatica (tratando-se como se trata de um professor), com certeza são devidos ao fato de M. Bomfim não ter podido rever com a devida atenção as ultimas provas do livro, segundo declara numa nota "Ao leitor".



vez em Pernambuco já o movimento bandeirante estava em plena expansão, já fazia dois anos que Antonio Raposo Tavares (para só citar um dos maiores) havia partido de São Paulo para acometer Guará e Tapes conquistando "para o Brasil território imenso" (Taunay, *Hist. Ger. das Bandeiras*, v. II, p. 70). E M. Bomfim não ignora "o bolor que foi a vida publica do Brasil de 1650 em diante".

Por tudo isso *O Brasil na Historia* é um livro desigual, cheio de defeitos que lhe dificultam a leitura e às vezes chegam mesmo a irritar o leitor. Mas o leitor perdoa. O brasileiro ao menos. M. Bomfim apesar dos pesares escreveu um livro que precisava ser escrito. Ou, se preferirem: pensou um livro que precisava ser pensado.

A. DE A. M.

HENRIQUE GEENEN — *Palestras Philologicas* (1.<sup>a</sup> serie, Estab. Graph. Irmãos Ferraz, S. Paulo, 1931).

Estas trinta e quatro palestras foram publicadas primeiramente no *Diario Popular* de São Paulo e o autor as reuniu em volume a pedido de leitores e amigos, como diz na *Advertencia*. A filologia tem muita coisa de magica e por isso costuma de fato divertir o público. Em lugar de mostrar á assistencia como se pode transformar água sem nenhuma preparação em leite de cabra ou licor de cacau (á vontade), o filologo demonstra para assombro dos leitores que "joelho e knee têm a mesma origem", five e cinco também e assim por diante. Sendo que tanto um como outro se julgam na obrigação de fazer espirito apresentando seus numeros. O professor Henrique Geenen chega mesmo a adotar a maneira dos ilusionistas que pregam sustos na assistencia. Escreve: "Mater tua mala burra est". E sem dar tempo ao leitor de respon-

der mentalmente com um desafôro á altura da ofensa traduz triunfante: "Tua mãe come maçãs vermelhas". Diverte e (como se vê) parece só que ofende: na verdade não ofende ninguém.

Mas o diabo é que por mais habil que seja o magico nem sempre tudo corre ás mil maravilhas no reino das mesmas. As coisas podem se embalarhar no fundo da cartola de forma que de ovos de galinha saem guardachuvas. O que é sem dúvida o cúmulo da magica. Porém magica sem querer que surpreende o proprio magico. O público não percebe o equivoco (da magica tudo se pode esperar) e aplaude. O magico troca olhares com seu ajudante (dêles só entendidos e dos entendidos) e para mostrar a êste que houve êrro no preparo do número pega de um revólver, puxa o gatilho e do cano em lugar dos guardachuvas pulam as carijós da cartola. O público continua não percebendo e aplaude de novo. Erros como êsse não têm muita importancia porque o efeito magico é apesar de tudo obtido e até com vantagem. Ruim mesmo é quando em lugar do anunciado valete de copas salta do baralho o dois de paus. Aí não ha o que concerte o engano. O público generosamente admite a repetição do truque até dar certo mas se retira frio. Não volta mais.

No seu livro o professor Henrique Geenen repetidas vezes comete erros das duas especies acima. Quero dizer: uns podem passar despercebidos ao leitor comum e outros até os que não são do circo filologico percebem.

Dos primeiros se encontra um exemplo na palestra intitulada "Graf Zepelin, Conde, Margrave". O professor Geenen se propõe aí a demonstrar qual a origem latina do vocabulo conde. E escreve: "Restabelecamos o vocabulo latino de onde ha probabilidade (maneira de falar, pois ha certeza) que provenha. Restabelecamos



um m final, troquemos a dental p brando pela forte l, o n pelo m, intercalemos a vogal i e teremos "comitem". Teremos seguido regressivamente as leis da derivação de um vocabulo portuguez, oriundo do latim" (p. 98). Não resta dúvida: mas teremos seguido erradissimamente contra todas as leis da etimologia. O que importa provar é como o vocabulo latino se transformou no portuguez. Que criterio é êsse de tomar de um vocabulo e, intercalando uma letra, trocando outras, acrescentando mais outra, demonstrar sua origem? A que criterio científico obedece isso? Adotando o do professor Geenen um de seus leitores poderá provar que abacaxi vem de Baco. Mas não é tudo. Ha ainda no que respeita á fonetica aquilo da "dental p brando" (que é labial e forte, como o proprio professor Geenen aliás afirma na p. 105, devendo pois o dislate ser atribuido á tal atrapalhação frequente nos ilusionistas) e da "forte l" (cuja fôrça é duvidosa).

Pode tambem servir de amostra êste trecho da conversa sôbre a "Ety-mologia dos termos palestra, gymnasium, lyceu, academia, escola": "O terceiro gymnasium, reservado este aos filhos das estrangeiras casadas com athenienses, era chamado Cynosarges, por se achar nas proximidades do templo de Cynosarges, consagrado a Hercules, assim chamado por haver ali a estatua de um cão branco, de "kuon" cão e "argos" branco. Não longe funcionava a escola de Anthisthenes, o fundador da escola cynica. O nome "cynico" proveio precisamente deste templo" (p. 15). Quer dizer que para o professor Geenen cinico vem de Cinosarges. Não será melhor dizer tão simplesmente que cinico (kunikós) vem de cão (tema kun que tambem contribuiu para a formação de Cinosarges)? Pois está claro. Cynico de Cinosarges é disparate parecido com Roma de Romulo.

Outro exemplo na palestra "O nosso cinco tem a mesma origem do que

o five": "Em Plauto lemos "quousque", em vez de "cujusque", da epoca classica" (p. 105). Epoca classica? Nela se escrevia cuiusque. O j apparece no quarto ou quinto seculo da era vulgar, na decadencia portanto. Só nas edições escolares ou comuns de acôrdo com o baixo latim e o latim da Igreja se lê cujusque. Nas criticas a gente encontra sempre cuiusque.

E vá mais êste de chôro tirado da palestra "O celebre Mannequim Piss": "Sabe-se que em allemão moderno, mais empregado é o diminutivo "lein", que tem em italiano um analogo "lino" plural "lini". Donde Musso-lini" (p. 111). Ora musso não quer dizer coisa nenhuma: não faz parte do vocabulario italiano. E como não pode haver diminutivo de coisa nenhuma o "Donde Musso-lini" do professor Geenen é desastradissimo. Devia ter exemplificado com Musolino (focinho pequeno), nome do famoso bandido. Errou por pouco.

Os enganos mais ao alcance das gallerias são inumeros. E incriveis de tão grosseiros.

Na palestra "Valiosa contribuição para o estudo da philologia" o professor Geenen elogia calorosamente o livro do coronel Sandoval Figueiredo chamado "Feitos, Phrases e Ditos Celebres": "E' uma verdadeira encyclopedia, que entre nós, todos os homens cultos lucrariam em consultar. A leitura deste livro, faria evitar citações mal feitas, allusões fora de proposito" (p. 31). E passa a dar exemplos de "taes deslises que a attenta leitura do livro citado faria evitar". O segundo é êste: "Ouvimos de um amigo mais pretencioso que erudito: "Vous allez tomber du canif dans le cirage". Quizerá lembrar o proverbio "cahir de Charybdis em Scylla" aludindo aos dois famosos golfos do estreito da Sicilia. Era preciso navegar bem direito pelo meio, senão corria-se o risco de ir cahir em um quando se afastava muito do outro". Dessa forma o professor Geenen dá sem perceber



mais um exemplo, demonstrando a necessidade urgente em que estão os eruditos de consultar, não só um bom manual de citações, como sobretudo um compêndio elementar de geografia. Porque Caribdis (hoje Calofaro) é um sorvedouro e Scila um escolho do estreito de Messina. Que não são golfos até um preparatoriano sabe ou tem obrigação de saber.

Não conhecemos o livro do coronel Sandoval. Mas se foi dêle que o professor Geenen tirou as citações constantes das "Palestras philologicas" deve sem demora jogá-lo no fogo. Não vale um níquel. Porque várias vezes o professor Geenen cita fraudando o original. Assim os versos, com que Horacio inicia uma de suas odes a Mercurio (1.10) e que na p. 13 figuram como sendo: "O Mercuri que feros cultus hominum recentum voce formasti et decorae more palestra", são de fato assim: "Mercuri, facunde nepos Atlantis, / Qui feros cultus hominum recentum / Voce formasti catus et decorae / More palaestra", o que é diferente, tem ritmo, tem sentido e não troca o sexo de Mercurio.

Pois o mesmo faz o professor Geenen com Dante. Escreve "Il maestro di coloro che sanno" (p. 14) por "il maestro di color che sanno" (Vidi...) e "Io mi volsi a man destra e posi mente, all'altro polo e vidi quattro stelle, non viste mai che alla prima gente Goder pareva il ciel di loro fiammelle. Oh settentrional vedovo sito poichè privato se di mirar aquelle" (p. 75) por "Io mi volsi a man destra, e posi mente / All'altro polo: e vidi quattro stelle / Non viste mai, fuor ch'alla prima gente. / Goder pareva 'l ciel di lor fiammelle. / O settentrional vedovo sito, / Poichè privato se' di mirar quelle!", estropiando assim os versos e tirando-lhes o sentido com uma furia essa sim verdadeiramente dantesca.

O professor Geenen se mostra igualmente infeliz quando afirma que a "immortal Hellade" é a "única e glo-

riosa fonte de toda a civilização humana" (p. 16), falsidade tão evidente que dispensa demonstração. E a infelicidade se torna assustadora quando o filologo sustenta a não decadência dos tempos de hoje: "Como falarmos em decadência se temos actualmente vivos um Mussolini e — um Mario Mariani" (p. 99). Se é ironia está mal apresentada. Se não é (como parece que não é) pode o professor Geenen limpar as mãos na parede mais proxima.

Torcer o nariz diante de todas as escorregadelas do conversador filologo (a começar pelas do português bem fraquinho dêle como evidenciam as transcrições feitas) não vale a pena mesmo porque não ha nariz que resista: acaba sendo arrancado. Por isso acho bom parar. Mas não tenho coragem de, sem reproduzir primeiro a estupenda descrição de uma vaca feita por um escolar alemão e que o professor Geenen teve a bellissima idea de traduzir (p. 64): "A vacca é um animal mamifero domestico. Tem seis lados: o de cima, o de baixo, o direito, o esquerdo, o de diante, o de detraz. Adiante ha a cabeça. Tem chifres e ha lugar para a bocca. Os chifres são para bater, a bocca é para mugir. A vacca é toda coberta de couro de vacca. Embaixo ha a caixa do leite. E' feita para puxar. Não se sabe como a vacca o faz. Atraz ha o rabo com pennacho. Com este a vacca enxota as moscas. Estas caem no leite. A vacca tambem faz cada anno um bezerro. A gente não sabe como o faz. Meu irmão João diz, elle sabe. A vacca tem bom cheiro. A gente cheira de longe. Isto faz o bom cheiro do campo. O homem da vacca é o boi. Elle não tem leite em baixo. Por isto elle não é mamifero. Dizer a alguém boi é xingar. O bezerro come macarrão, a vacca come capim, e casca de batata. Não come muito. Come outra vez o que comeu. Quando comeu, sacode-se e a comida vem outra vez á bocca e ella come até não ter mais fome. Quando a comida é boa, o leite



é bom; quando a comida é ruim, o leite é ruim. Quando troveja é azedo. E' tudo o que se sabe da vacca".

Isso sim, professor Geenen. Isso tem bom cheiro. A gente cheira de longe. E' tão bom o cheiro disso que a gente acaba gostando das Palestras.

O. G.

MANUEL DA NOBREGA — *Cartas do Brasil* (publ. da Acad. Bras. de Letras, Rio, 1931, 12\$000).

E' a reedição do n.º 2 dos *Materiaes e Achêgas* (1886), tendo a mais o diálogo sôbre a conversão do gentio (Rev. do Inst. Hist., 43.133) e várias notas de Valle Cabral atualizadas por Rodolpho Garcia.

Afranio Peixoto publicando a *Biblioteca de Cultura Nacional*, a que pertence êste volume, justifica a existencia da Academia e dá á sua riqueza uma finalidade benemerita.

O. G.

O conflicto de 18 de Novembro na Universidade de Minas Geraes (Impr. Of., B. Horizonte, 1931).

Com esta publicação F. Mendes Pimentel, grande jurisconsulto e perfeito homem de bem que o famigerado conflito afastou não só da reitoria da Universidade de Minas como também da terra em que nasceu e sempre viveu, demonstra documentada e cabalmente que foi imerecida a "agressão selvagem" por êle sofrida e que "seus filhos tiveram a attitude digna que as circunstancias lhes impuzeram".

Não é possível ler estas 163 páginas sem um sentimento de revolta pela injustiça feita a quem tanto deve a ciencia do direito e o ensino superior no Brasil, precisamente por aqueles que mais estavam na obrigação de respeitar e fazer respeitar êsse debito.

O. G.

PEREGRINO JUNIOR — *Pussanga* (3.ª ed., Graph. Ipyranga, Rio, 1931, 5\$000).

O sucesso que vem alcançando perante o público êstes episodios e paisagens da Amazonia é merecido, não ha dúvida nenhuma. Peregrino Junior sabe contar, sua maneira é simples e pittoresca, entre o leitor e os tipos se estabelece uma camaradagem agradável cuja lembrança perdura. *Areia gulsosa* por exemplo é um conto mais que bom: a gente vive mesmo na intimidade das personagens e do cenario, não esquece a fala da Florencia ("Compadre, se você soubesse o bem que esta cabocla lhe quer!"), guarda na bôca o gosto do pirarucú e ouve "a pocema dos bichos brabos" dentro da "matta fechada". Dá uma nostalgia ainda em quem nunca viu a Amazonia. E isso é que eu acho ótimo.

O. G.

SANTA GUERRA — *O ensino domestico na Belgica*, Imp. Diocesana, Natal, 1931.

E' de todos sabido que o Rio Grande do Sul foi o primeiro dos Estados da União que se lembrou de organizar o ensino doméstico da mulher. Formada por essa Escola Doméstica, de Natal, dona Santa Guerra, sua atual diretora, e dona Alix Ramalho Pessoa, foram comissionadas pela Liga do Ensino, do dito Estado, para estudar o ensino doméstico na Belgica. No presente opusculo a autora diz como as duas moças brasileiras se desempenharam dessa missão. Menos que um relatorio e mais que notas literarias de viagem, o livrinho nos conta sem aridez o que é a admiravel organização do ensino doméstico da mulher na Belgica. Especialmente da mulher rural, que de certas escolas, como a de Laeken, sai perfeitamente aparelhada para os trabalhos mais arduos do campo e mais as-



peros da alma. A todo momento no opusculo repontam noções, dados, preceitos, extremamente logicos, quasi intuitivos, mas que ninguém se lembra, não apenas de organizar numa norma de vida, como até de pôr em quotidiana prática. Assim se faz a mulher belga, e podemos imaginar que assim se fará algum dia a mulher brasileira. Mas por enquanto inda temos que viver de corajossissimas esperanças porque uma Escola Doméstica em Natal, outra em São Paulo, e creio que só, difficilmente conseguirão... domesticar os lares dêste imenso país.

L. P.

G. GRINKO — O plano quinquenal da U.R.S.S. (ed. bras., Empr. Ed. Nac. Lux, S. Paulo, 1931).

A economia sovietica, seu desenvolvimento e seus projetos, é entre nós pretexto para discussões quotidianas entre cavalheiros que em regra só conhecem o assunto por ouvir falar. Daí a utilidade desta edição brasileira da famosa obra de Grinko: é a exposição documentada e exaustiva da reconstrução bolchevista da Russia. O plano quinquenal é com efeito analisado sob todos os seus aspetos: reorganização industrial, racionalização do trabalho, restauração agricola, organização industrial, sistema de produção, desenvolvimento dos transportes, solução dos problemas de habitação e urbanismo, cultura das massas, especialização tecnica, dinamica e estrutura da renda nacional, organização do consumo, divisão economica, orientação politica, sistema financeiro. Adversarios e amigos dos sovietes encontram no volume dados concretos para a elevação de um debate que até agora tem se alimentado de telegramas vagos, boatos tendenciosos e argumentos sentimentais pró e contra.

O. G.

FERNANDO DE AZEVEDO — No tempo de Petronio (2.<sup>a</sup> ed., Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1930).

Registrando o aparecimento desta segunda edição aumentada, quero chamar a atenção dos estudiosos para os capitulos em que o autor, com a grande autoridade que todos lhe reconhecem, se refere ao folclore latino (especialmente á lenda do lobishomem), passa em revista as ideas socialistas de Petronio, faz a critica do pensamento de Lucrecio, Seneca, Tacito e Marco Aurelio e expõe exemplarmente o que era a educação entre os romanos (psicologia, evolução, segredo e erros dela).

O. G.

PAULO CORREIA LOPES — Poemas de mim mesmo (Livr. do Globo, Porto Alegre, 1931).

O poeta desta plaquette se compraz no suave, e parece uma roupa vestida na epoca do frio, roupa que só depois de certo espaço de tempo perde a aridez, a desilusão com que parece não proteger, a indiferença de se ter mostrado inda mais fria que o tempo ambiente. Passados os primeiros instantes e afeita a sensibilidade aos poemas tão curtos, ás ideas tão leves, aos sons tenues, vem uma certa delícia impregnante, fora da epoca e fora das coisas vivas. E' a poesia dêste poeta.

#### Ilusão

A' hora em que o rio vai levando  
Uma porção de estrêlas para o mar,  
Na ilusão de prender ao menos uma  
| estrêla  
As árvores atiram sobre as águas  
Longas redes de sombra.

No "Momento Musical", cuja concepção já está aliás universalmente batida, vem esta ternura digna de guardar-se:



Si eu fosse um rio  
Havia de correr muito de manso  
Para não desfazer a tua imagem.

E assim suave, silencioso, complacente com as águas dos rios, as estrelas e o amor, Paulo Correia Lopes compôs um livrinho muito agradável mas pouco importante ainda. Não levanta uma idea, não desperta uma irritação, livre do mundo. Despreocupado.

L. P.

**FERNANDO DE AZEVEDO — Ensaios**  
(Comp. Melhs. de S. Paulo, 1929).

Humanista profundo, Fernando de Azevedo formou seu espirito no estudo das literaturas classicas. Mesmo o seu gosto pelos “estadios scintillantes de dardos e discos” não tem outra origem. E de tal forma êle se impregnou de classicismo, sobretudo latino, durante o primeiro periodo de sua mocidade, que apesar de ha já varios anos ter desviado a sua inteligencia para outros rumos ainda tem em preparo ao menos dois volumes que demonstram as suas antigas preocupações estudiosas: *Os Latinos e Lingua Latina*. Acredito até que quando iniciou em 1923 a serie de suas obras dedicadas ao idioma e á literatura de Roma já não eram êsses os assuntos de sua predileção. Mas é que no convivio com os classicos tamanha dívida de cultura contraiu que se sente na obrigação de saldá-la publicando integralmente o resultado de seus estudos. O resgate final dessa dívida será uma libertação. Quero dizer: o humanista já tirou da antiguidade classica tudo quanto lhe podia interessar. E agora, solicitado pelos problemas de seu tempo, o espirito dele não pode se prender mais ao passado. Maleavel e sôfrego faz da base classica um trampolim. Para pular no presente.

E que essa integração no presente já é desde algum tempo completa pro-

va a orientação modernissima do educador Fernando de Azevedo, a quem se deve a admiravel reforma do ensino no Distrito Federal durante o quadriênio Washington Luis, reforma que de tão vanguardeira tem sido acusada de comunista pelos bocós que enxergam futurismo em todo progresso artistico e bolchevismo em todo progresso social.

Por isso mesmo êstes *Ensaios*, que datam de 1924 e 1925 (1), estou quasi apostando que seriam bem diferentes se escritos posteriormente. Porque é impossivel que o espirito atual do mestre de educação, do sociologo e filosofo em dia com o pensamento contemporaneo, não se tenha estendido tambem á literatura. O crítico literario tem hoje com toda a certeza a orientação de hoje. Embora seja dêsses espiritos que se evadem do particular e só se comprazem no geral, de forma que nem sempre se julga no dever de tomar partido ostensivamente pró ou contra (deante por exemplo de dois livros de versos, pouco fala dos versos, cita-os como se fossem prosa, preocupa-se mais em desenvolver por conta propria o que lhe parece ser da essencia dos poetas), Fernando de Azevedo, se é que não estou enganado, imprimiria agora á sua critica feição diversa da que se nota nos *Ensaios*. Não quero dizer com isso que lhes falte nesse sentido interesse atual. O que eu quero acentuar é que ha muita coisa neles que o crítico só pôde afirmar, já não digo contrariando, mas esquecendo o espirito de sua epoca. Dirão que êle não está obrigado a compartilhar das ideas desta. Mas eu acho que está. E o proprio Fernando de Azevedo tambem, quando diz que o papel do crítico é bancar o gageiro das caravelas descobridoras: ficar de pé no alto das gaveas para

(1) São os artigos de critica literaria publicados no *O Estado de S. Paulo*. O volume estava impresso já em 1929 mas só recentemente foi posto á venda.



anunciar terra. Seguir na caravela portanto. Descobrir. Olhar para a frente. Participar dos trabalhos, das ilusões, das ambições da marinhagem.

Porque reconheço com admiração no autor dos Ensaios todas as qualidades que fazem um excelente crítico moderno e porque sei que em outros campos ele está entre os descobridores, é que o convido calorosamente a embarcar, não na caravela, mas no avião da literatura nova.

A. DE A. M.

#### A CARTA DE RAMALHO A EDUARDO PRADO

A proposito do inedito de Ramalho Ortigão, publicado no primeiro número, um dos directores deste Revista recebeu do doutor Rodrigo Octavio, ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras, uma carta, de que reproduzimos o seguinte trecho:

“A nota 6, pg. 13, attribuindo um equivoco a Ramalho é que contem um evidente equivoco. A escola publica, a que se refere a carta, era bem situada no Largo da Mãe do Bispo, no lugar em que está hoje o Conselho Municipal. Era um horrivel casarão de estylo manuelino muito complicado, realmente horrivel. Para ahi passou a funcionar na Republica o Conselho Municipal. A escola do Largo do Machado, a que se refere a nota 7, é um edificio de boas linhas e não podia ter merecido o reparo de Ortigão. Mas, que elle se refere mesmo ao edificio do Largo da Mãe do Bispo, se evidencia com os traços que elle dá e que, de modo algum, se adaptam á escola do Largo do Machado, hoje chamada José de Alencar, assentando como uma luva ao outro. Onde penso que Ortigão se equivocou foi no distico — Ao povo o governo, que não se lia nessa escola, mas na do Largo do Machado, o que explica a confusão”.

#### RECEBEMOS:

— Job: Caixa de bombons (Empr. Graph. Editora, Rio, 1929).

— Leon Tolstoi: Khadji-Murat (ed. bras. da Bibliotheca de Autores Russos, S. Paulo, 1931).

— Luis de Toledo Piza Sobrinho: O problema politico brasileiro (Soc. Impr. Paulista, S. Paulo, 1930).

— Ildefonso Pereda Valdés: El sueno de Chaplin, narrações (Edit. Rio de la Plata, Montevideo, 1930) e Raza Negra, poemas (Ed. de “La Vanguardia”, Montevideo, 1929).

— Martins de Oliveira: Gavita, romance (Typ. S. Benedicto, Rio, 1930).

— Abelardo Romero: Trem Noturno, poemas (Rio, 1931).

— “Monterrey” (correio literario de Alfonso Reyes, Rio), ns. 3 e 4.

— “Nosotros” (Buenos Aires), n.º de abril de 1931.

#### COLLABORADORES DESTE NUMERO:

Guilherme de Almeida — Membro da Academia Brasileira de Letras.

José da Silva Gordo — Ex-presidente do Banco do Brasil.

Leonidio Ribeiro e Murillo de Campos — Docentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Joaquim Ribeiro — Do Archivo Nacional do Rio de Janeiro.

Astrojildo Pereira — Lider proletario.

Alfredo Ellis (Junior) — Professor da Faculdade Paulista de Letras e Philosophia.

Octavio de Faria — Director do Chaplin Clube do Rio de Janeiro.

Rodrigues de Carvalho — Folklorista, residente na Parahyba.



# Resenha

## A concessão Ford no Pará

(Trechos de um estudo do capitão Ignacio José Verissimo)

“Todos os bons brasileiros reconhecem a acção benéfica do capital estrangeiro entre nós. Mas não reconhecem apenas; estimam, desejam, advogam a sua collaboração, como um bem e como uma necessidade. Ha, pode-se affirmar, um modo commum de sentir a sua acção. Essa acção tem sido o nosso progresso e continuará sendo, emquanto não conseguirmos accumular fortunas mais volumosas no proprio paiz.

Isso é uma consequencia natural de nosso atrazo, de nossa cultura, da incipiencia de nossa organização material. Sahiremos d'elle quando o trabalho attingir a um gráo maior de intensidade e se elevar a um nivel superior. Por emquanto havemos de depender de fóra — não só nos braços, na experiencia, na civilização, mas sobretudo no capital.

Mas o concurso do capital pode envolver dois aspectos:

— o economico, em toda a sua plenitude, e

— o politico.

Ora, muitas vezes esses dois aspectos se destacam, prevalece o primeiro, ou prevalece o segundo.

Se se verifica a primeira hypothese, não ha senão agradecer aos deus

a sua collaboração; os riscos a que se submete por nosso bem; a concordancia de seus interesses proprios com o de nossa vida.

Mas nem sempre é essa a realidade. Ás vezes imperam os aspectos politicos e, então, tudo se transforma; o capital passa a ser uma ameaça e os seus beneficios uma illusão.

Quando succede isso?

Quando, em troco de beneficios materiaes, cedemos muitas de nossas prerogativas e esquecendo os aspectos politicos, alienamos, de cessão em cessão, a nossa terra e a nossa honra.

A empresa Ford, no Pará, é, infelizmente, um exemplo typico dessa alienação.

Inspirou-a uma preocupação demasiadamente economica; abonou-a o credito incomensuravel de seu presidente; applaudio-a a esperanza de um povo triste, pobre, desamparado, que vive lutando sem successo e sem fé, no meio de uma natureza asphyxiante e ingrata.

E dessa fórmula, a necessidade de levantar a economia estadoal e retomar o progresso interrompido após a queda da borracha, levou a todos, governo e governados, a applaudir, como uma dadiva do céu, aquella for-



midável empresa, os seus fabulosos projectos, e a vida que ella ia alli renascer, após o collapso de quasi 30 annos em que tudo cahiu.

Compreende-se, pois, o erro cometido. Não se distinguiram os contornos da questão, não lhe surpreenderam os perigos, não lhe sentiram as ameaças e na ansia de ver a empresa interessada á terra, desceram até ás concessões mais absurdas e mais graves.

Existe o perigo?

Infelizmente sim.

Apesar de sua delicadesa, o momento parece, entretanto, propicio ao estudo da questão.

Mas ha de permeio um aspecto que se impõe attender. A empresa é americana, está isolada e opera em zona exotica. Sua acção é assim absolutamente original. Não tem simile no paiz, não tem perelha entre outras empresas, igualmente americanas ou igualmente formidaveis que aqui trabalham connosco, na nossa vida e no nosso progresso.

Impõe-se pois examinal-a sob criterio novo; estudar o meio em que ella actua; as irradiações de suas possibilidades, e os exemplos que a historia infeliz de certos povos registra em casos analogos.

Faremos então uma resenha historica do capital americano e de sua acção na America Latina, e depois mostraremos os perigos que esse capital pode representar para nós, quando, livre de contróle e farto de direitos, monopolisa, pelo seu isolamento e pela sua acção attractiva, toda a vida de uma região.

. . . . . (1)

A concessão Ford data do Governo Dionysio Bentes.

Em sua ultima mensagem (1928),

(1) No trecho suprimido, o autor examina longamente o que tem sido a acção do capital norte-americano, unida á da politica exterior dos Estados Unidos, na ilha de Hawai, no Panamá, Cuba, Philipinas, São Domingos, Haiti, Nicaragua, Mexico e Bolivia.

expõe esse governador não só o historico das negociações, como igualmente as razões que o levaram a concedel-a.

Assim diz elle, em resumo, o seguinte:

Uma commissão americana composta de cientistas, engenheiros e advogados, percorreu, a serviço de Ford, toda a Amazonia. Explorou-a e estudou-a convenientemente, e após haver elogiado as terras do Tapajoz como as mais proprias aos fins visados pelo industrial, apresentou ao Governo do Pará — por intermedio de Ms. Blaskelei — as suas propostas. Estas envolviam um immenso plano de realização não só quanto ao plantio systematico da seringueira, como tambem no estabelecimento de um grande centro industrial annexo á exploração da borracha.

Os favores pedidos foram grandes, mas apesar disso o Governador “não recuou em concedel-os”. Em primeiro logar porque era preciso retribuir com vantagem o largo emprego de capital que Ford ali se propunha fazer; depois porque “o levantamento de nossas energias e o reparo do futuro economico do Pará encontra, na introdução de capitaes vultuosos, a unica solução”.

Nossas prementes necessidades, affirma elle, “vindas já de um longo periodo de provações, não encontraram remedio fóra dessa corrente de opinião”.

E assim discute as vantagens de aceital-a, de ceder ás suas exigencias, de não criar embaraço a essa oportunidade magnifica.

Vemos pois que o Governador só sentiu os aspectos economicos do problema; que se esqueceu, face á crise de seu Estado e ás difficuldades, em organizar o trabalho alli, que as concessões pedidas excediam em muito as prerogativas do Estado, porque empenhavam não só a soberania da Nação mas a propria dignidade nacional.



Percorram-se as 28 clausulas da concessão e ter-se-á de mais prompto a sensação do que affirmo.

A primeira concede:

“ao peticionario uma area de 1 milhão de hectares cujo fim é segundo a clausula 2 o estabelecimento de uma ou mais empresas com direito de propriedade das terras para a exploração de seringas nativos e plantio intensivo de seringueiras, etc.”

Por sua vez a clausula 4.<sup>a</sup> indica mais claramente o que é o

“plantio intensivo da seringueira”

Diz essa clausula:

“O concessionario se obriga a plantar seringueiras nas areas concedidas e nos seguintes prazos:

400 hectares durante os 2 primeiros annos.

400 durante o terceiro.

400 durante o quarto”.

Vemos pois, desde logo, que para 1 milhão (1.000.000) de hectares — Ford — planta mil e duzentos (1.200), isto é, planta praticamente 1/1.000 das terras concedidas.

Mas prosigamos:

Dizem as clausulas 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>:

“o concessionario terá direito:

1) de utilizar as quedas d'agua para energia electrica;

2) construir represas e açudes de toda especie;

3) construir estradas de ferro;

4) construir estradas de rodagem;

5) campos de aviação;

6) quaesquer outras vias de comunicação;

7) exercer por sua conta a navegação dos rios Tapajós e Amazonas;

8) construir armazens;

9) docas;

10) construir fabricas;

11) criar estabelecimentos bancarios;

12) effectuar todas as operações de credito;

13) construir e manter — serviço de communicações telephonicas, radio-telephonicas;

14) crear e manter escolas para a instrucção primaria elementar;

15) crear e manter policia de segurança.

Mas essas concessões não bastam porque a clausula 14.<sup>a</sup> declara:

“o concessionario não será obrigado a submeter á approvação de quaesquer autoridades as plantas das edificações ou construcções”, e

a 18.<sup>a</sup>, lhe dá

“direito de pesquisa de mineraes”

e a 20.<sup>a</sup>

“de introduzir e localisar colonos e immigrants estrangeiros, gosando pela clausula 22.<sup>a</sup>

do direito de desapropriação de todas as terras necessarias e uteis aos fins da concessão”,

e pela clausula 16.<sup>a</sup>:

“isenção de todos os impostos, taxas, contribuições de qualquer origem, natureza ou denominação durante 50 annos”,

especificando a mesma clausula:

“quer do Estado quer de seus Municipios”

Por fim e como compensação a tantas condescendencias diz a clausula 28.<sup>a</sup>:



“O concessionario obriga-se adoptar o arbitramento para a solução de qualquer divergencia com o Governo do Estado”.

Dessas clausulas, exigem attenção maior:

- a) — a que concede o direito de policia de segurança
- b) a que concede o direito de desapropriação
- c) a que permite a manutenção de escolas primarias sem exigir que sejam em portuguez

A primeira envolve uma grande ameaça porque autoriza uma empresa estrangeira a possuir, em região onde só ella domina, uma organização armada.

Mas, quem deu ao Estado do Pará o direito de alienar semelhante prerogativa?

Quem, a não ser a Federação e assim mesmo num assomo de insensibilidade moral, poderia transferir essa qualidade soberana?

No entanto lá está ella em letras redondas, perfeitamente legal, deixando á mercê da boa vontade de Ford ou de seu bom humor, o direito de se armar um dia.

Não se argumente com a incapacidade do Estado em provel-o de segurança, nem se queira chegar ao extremo de duvidar possa a empresa dar vida a semelhante direito, pois o facto real e tangivel é que a clausula existe e pode ser applicada.

De resto a sua redacção é capciosa; não declara textualmente que a policia será armada, affirma apenas o direito de Policia de segurança. Mas é obvio que segurança implica em força e esta em arma.

A segunda permite a Ford estender-se além da Boa Vista. Mas o que é curioso é que essa extensão não é feita atravez de compra de particular

a particular, mas por intermedio do Governo para quem Ford póde exigir a desapropriação, o que quer dizer, a posse do local que o seu interesse eleger.

E assim se empenha indirectamente toda a propriedade privada localisada no Estado porque se habilita a uma empresa estrangeira a escolher um terreno e fazer-se dona, por desapropriação, em todo o territorio delle.

Tambem aqui não se diz se o direito de desapropriação é nas terras da concessão ou fora della, mas isso é tão expontaneo que a gente não tem que escolher entre uma e outra interpretação.

Por fim a terceira permite a manutenção de escolas primarias, sem exigir que sejam em portuguez; que se orientem pelos programmas officiaes ou que sejam fiscalisadas.

Desse modo a empresa poderá ensinar inglez; pregar o separatismo, fazer propaganda da America.

Estará fazendo? Parece que não, mas o perigo subsiste porque mais longa que a vida de Ford é a vida da concessão.

E como hoje a nossa garantia reside na pessoa delle, cujo espirito sobrenada a qualquer egoismo e se projecta além dos interesses regionaes americanos, poderemos affirmar sem nenhum zelo excessivo ou demasiado pessimismo, a sua absurda precariedade.

Não cremos que Ford faça escola fóra dos methodos de trabalhos, porque afinal a sua internacionalisação reside em fundamentos moraes difficeis de transmittir.

Quem nos assegurará pois contra os appetites alheios?

Quem, a não ser um contracto intelligente, vantajoso para ambas as partes, e immune de direitos politicos, será capaz de nos resguardar das interpretações duvidosas, das ambições desmedidas, do atrevimento e da aventura do dollar?



Sublinhamos os factos principaes da acção do capital americano e ella nos revelou a alliança continua entre o Estado e o capital, entre o interesse particular e a communhão nacional, entre os negocios privados e os negocios politicos, entre o commercio e as medidas militares, entre o dollar e a diplomacia.

Então o perigo existe; pôde-se constatar-o; adivinhar-lhe as consequencias; só resta limitar-lhe a acção.

Até hoje não lhe conhecemos maleficios. Elle tem operado em zona populosa, em contacto directo com o centro do paiz, em ligação estreita com a nossa vida. E assim tem sido equilibrado; nunca absorveu nem polarizou interesses alheios. Mas nem sempre essas condições subsistem. O meio pôde ser pobre, a população ignorante, as actividades mediocres — e então não ha fugir ao seu monopolio. Este resulta espontaneo; nasce da vida que se cria, do trabalho que se organiza, do estímulo que se desenvolve. E desse modo o capital actua como um agglutinador não só de interesses, de valores, de actividades, mas sobretudo de tendencias.

Tal tem sido a lição de todos os tempos e assim será entre nós se, parallelamente, não quizermos nos precaver contra elle.

O primeiro perigo é ser americano; o segundo é se haver fixado numa zona despovoada, entre uma população ignorante, pobre, cheia de necessidades, abandonada á mercê da natureza, comendo miseravelmente, vestindo trapos, sem consciencia do seu estado, dos seus direitos e da sua patria.

Nesse amontoado de gente não ha esperar reacção. Esta lhe é indifferente, como lhe tem sido a propria vida.

De resto ella só tem a constatar contra o seu proprio paiz. O estrangeiro cria o trabalho; saneia a terra; paga o salario; contróe a casa e ella come, veste, recebe instrucção, adqui-

re conforto, distrahe o espirito e se humanisa emfim.

E por isso, nesse despertar para um mundo desconhecido, o que lhe está presente não é a patria. Esta foi-lhe sempre madastra. Toda sua vida foi sempre a mesma tristeza e o mesmo abandono.

A sua ressurreição vem do estrangeiro. Que este perdure pois e a agasalhe para os restos dos dias.

---

Seria entretanto idiota condemnar o capital estrangeiro alli. Cremos que, ao contrario, na Amazonia, o problema da fixação do homem, implica, sobretudo, na presença delle.

Segundo Wallaux a Amazonia pôde ser considerada uma zona de fixação activa, isto é, onde o homem, só a povoará, só tirará della proveitos economicos, quando conseguir “domar a natureza”, subordinando-a hygienicamente.

Por isso, naquellas paragens o problema economico, não reside na fertilidade da terra. Fertil ou não, isso interessa pouco, pois o essencial e o primario é adaptal-a á vida humana, afim de que — o trabalho do homem encontre ambiente adequado.

E’ claro, pois, que só atravez de grandes capitaes, e de organizações poderosas, é possivel pensar em tal cousa. E, assim sendo, em estimar não um Ford mas 10, não uma forma de actividade, mas todas ellas.

Entretanto, parece-nos condemnavel que — se examinem as consequencias economicas do problema, dispensando as politicas. Estas residem em 2 factores.

Em ser o capital americano e em viver isolado.

Sendo americano é absorvente; sendo isolado é atrevido. Num caso e noutro, merecendo attenção.

---

Olhemos pois para o Ford. Não com o ciume estreito e egoista do jacobino, mas com a intelligencia alerta do patriota.



E do confronto da obra executada com as ameaças presentidas, tiremos uma conclusão.

Que ella seja, para o nosso bem, a confirmação das esperanças daquell-

les que o implantaram lá, e permit-tiram, assim, á Amazonia iniciar, economicamente, uma nova era.

(Do Jornal do Commercio, do Rio, n.º de 15-2-1931).

## Clausulas da concessão Ford

(Termo assignado em Belém a 21 de Julho de 1927)

### PRIMEIRA

“A titulo de opção pelo prazo de dou annos a contar da data do termo de concessão, o Governo do Estado concede ao petionario W. L. Reeves Blakeley, uma area de terras devolutas, situadas na zona marginal direita do rio Tapajoz, nos municipios de Aveiros e Itaituba, limitadas pela frente com o rio Tapajoz do lado de cima com uma linha a distancia de doze kilometros da orla marginal esquerda do rio Tapacura, pelo lado de baixo com outra linha á distancia de doze kilometros da marginal direita do rio Cupary, e pelos fundos com uma linha parallela ao curso geral do rio Tapajoz, distante cento e vinte kilometros de sua orla marginal direita, confinando pela frente com o referido rio Tapajoz, e lados de cima e de baixo pelos fundos com terras presumivelmente devolutas — comprehendendo essa area cerca de um milhão de hectares resalvadas as terras de propriedade legitima, posse legitimaveis e concessões em vigor, dadas pelo Poder competente do Estado, assim tambem o direito de desapropriação na forma da presente concessão e da Legislação em vigor.

### SEGUNDA

A concessão terá por fim o estabelecimento de uma ou mais empresas ou companhias com direito á prosperidade uso e gozo dessas terras para

exploração de seringaes nativos e plantio intensivo de seringueiras, assim como para utilização de materias primas de producção nativa do Estado e plantação de especies vegetaes de valor economico, exploração de riquezas mineraes e da força hydraulica, estabelecimento de vias de comunicação de qualquer natureza, edificações para o bem estar do pessoal nellas localizado.

### TERCEIRA

Logo que o concessionario organizar pela forma anonyma ou outra que lhe convier, uma ou mais companhias ou empresas com o capital minimo de oito mil contos, para transferir a presente concessão lhe será expedido titulo definitivo e á dita companhia ou companhias ou empresas das terras que fazem objecto da presente concessão ad instar do que foi auctorisado pela Lei do Estado numero mil setecentos e quarenta e cinco de dezoito de novembro de mil novecentos e dezoito.

### QUARTA

O concessionario se obriga a plantar seringueiras nas areas das terras concedidas nos prazos contados da concessão, em seguida mencionados: 400 hectares durante os 2 primeiros annos; 400 durante o terceiro; 400 durante o quarto.



## QUINTA

O concessionario terá o direito de utilizar as quedas de agua para a produção de energia electrica, assim tambem o de construir as installações necessarias para esse fim inclusive represas e açudes e toda especie de estruturas e meios de transmissão destinados a gerar e transportar a energia accorrente a quaesquer fabricas, armazens, depositos ou edificios de toda natureza pertencentes ao concessionario.

## SEXTA

O concessionario terá direito á construcção de estradas de ferro, de rodagem, campos de aviação e quaesquer outras vias de comunicação terrestres, fluviaes, e aereas, no interior das terras concedidas, e assim tambem para communicar-as com o rio Tapajoz para o effeito de trafego agricola, industrial e commercial das mesmas terras, em prolongamento até o rio Tapajoz.

## SETIMA

O concessionario terá o direito de exercer por sua conta a navegação dos rios Tapajoz e Amazonas e outros que lhe convierem e a construir armazens, docas, e melhoramentos em portos, assim nas terras concedidas, como no rio Tapajoz e no rio Amazonas, notadamente em Santarem ou perto desta cidade, cumprindo para o effeito desta clausula o que depender do Governo Federal, mediante os competentes requerimentos e contractos, em que será assistido pelo Governo do Estado.

## OITAVA

O concessionario terá direito de construir nas terras concedidas ou na cidade de Santarem ou noutro lugar

conveniente, as fabricas ou installações que lhe convierem para beneficio ou preparo dos productos das terras concedidas, podendo, entretanto, exportar os ditos productos em bruto, como tambem beneficiados ou manufacturados, qualquer que seja a natureza desses productos, tanto agricolas, como mineraes ou outros.

## NONA

O concessionario executará todas as medidas hygienicas e sanitarias nas terras concedidas mantendo para esse effeito as necessarias installações hospitalares, com o pessoal de medicos e enfermeiros que fôr necessario.

## DECIMA

O concessionario poderá crear estabelecimentos bancarios e effectuará todas as operações desta natureza em relação á exploração agricola e industrial das terras concedidas, preenchidas as formalidades da legislação federal.

## DECIMA PRIMEIRA

O concessionario terá o direito de construir e manter nas terras concedidas o serviço de comunicações telephonicas, telegraphicas e radiotelegraphicas pelos meios de transmissão já conhecidos e outros que venham a ser descobertos, podendo estender esses serviços para fóra das ditas terras mediante accôrdo com o proprio Estado ou com os concessionarios de outras linhas ou meios de comunicação, observadas as disposições da legislação federal.

## DECIMA SEGUNDA

O concessionario terá o direito de criar e manter escolas para a instrucção primaria e elementar de operarios a serviço das terras concedidas,



podendo nellas admittir outros habitantes das mesmas terras ou das regiões adjacentes.

#### DECIMA TERCEIRA

O concessionario poderá installar nucleos de povoação com as necessarias condições de hygiene, salubridade, policia de segurança, defesa contra incendios, podendo adoptar planos e regras que melhor convierem para construcção ou edificação desses nucleos.

#### DECIMA QUARTA

O concessionario não será obrigado a submeter á approvação de quaesquer autoridades as plantas de todas e quaesquer edificações ou construcções que execute nas terras concedidas, assim como o plano de quaesquer trabalhos agricolas ou industriaes nellas realisados.

#### DECIMA QUINTA

O concessionario terá o direito de criar armazens ou depositos de mercadorias ou commissariados para fornecimentos aos seus proprios empregados e trabalhadores ou a outras pessoas moradoras na zona da concessão.

#### DECIMA SEXTA

Ad referendum do Congresso Legislativo do Estado, terão o concessionario e as companhias ou empresas que o concessionario organizar ou a que o concessionario vier a transferir a presente concessão, no todo ou em parte, direito a isenção de todos os impostos, taxas e contribuições de qualquer origem, natureza ou denominação que sejam, quer do Estado, quer dos Municipios, durante o prazo de cincoenta annos, a contar da data em que essas companhias ou empresas começaram a funcção, ficando estas obrigadas, depois dos primeiros

doze annos de seu funcionamento a retribuirem ao Estado e aos Municipios a isenção de que continuam a gozar, mediante sete por cento de seus lucros liquidos, sendo cinco por cento para o Estado e dois por cento para os municipios interessados.

#### DECIMA SETIMA

O Estado se obriga a prestar a conveniente assistencia ao concessionario afim de ser concedida a este pelo governo Federal, a isenção dos impostos de importação para todo o material, machinismos, fornecimentos e mercadorias que importar para a exploração agricola e industrial das terras concedidas e construcção de fabricas, armazens, depositos, vias de comunicação e tudo quanto seja necessario para completa realisação dos fins da presente Concessão; assim tambem de outros impostos e taxas federaes.

#### DECIMA OITAVA

Durante o prazo da opção terá o concessionario direito de pesquisas de mineraes nas areas concedidas, para effeito de preferencias das lavras nos termos da legislação do Estado e como subrogado deste, em conformidade com o artigo trinta e seis do Decreto Federal numero quinze mil duzentos e onze, de vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e vinte e um.

#### DECIMA NONA

Ao concessionario é concedido o direito de, no prazo da opção, proceder aos estudos de reconhecimento e exploração das vias de comunicação ferreas ou de rodagem que desde a cidade de Santarém até o limite extremo da Concessão, considere necessario construir para o bom exito da dita concessão, tendo preferencia para obter do Governo do Estado concessão definitiva de taes estradas de ferro



ou de rodagem, assim como de comunicação por via aerea, de accôrdo com a legislação respectiva, respeitadas quaesquer direitos anteriores; e mais tambem a preferencia sobre os lotes devolutos marginaes a essas estradas, de que necessite para completar a concessão.

#### VIGESIMA

O concessionario ou as companhias ou empresas que organisar ou a que transferir a presente Concessão, promoverão a introdução do numero necessario de trabalhadores de preferencia nacionaes, podendo tambem localisar colonos e immigrants estrangeiros, e tendo o direito de contractar mecanicos, artifices, empregados e operarios de qualquer natureza como melhor convier.

#### VIGESIMA PRIMEIRA

Ao concessionario ou companhias ou empresas a que fôr transferida a presente Concessão ficam assegurados todos os favores das Leis em vigor, relativos ao beneficiamento ou utilização industrial das terras concedidas e seus productos, e quaesquer outros favores que para o mesmo fim venham a ser concedidos a outrem ou criados por Leis do Estado.

#### VIGESIMA SEGUNDA

O concessionario ou ditas empresas ou companhias gozarão do direito de desapropriação por necessidade ou utilidade publica de todas as terras necessarias ou uteis para implemento dos fins da presente concessão, assim, como de quaesquer utilidades ou bemfeitorias nellas existentes tudo na fórma da legislação em vigor.

#### VIGESIMA TERCEIRA

Para effeito da fiscalisação dos direitos que tem o Estado na presen-

te Concessão, fica adoptado o exame das contas e balanços por auditores ou chardsharteret, constante a forma uzada pelas empresas e companhias norte-americanas e inglezas, devendo para esse fim o concessionario ou companhia ou empresas a que fôr transferida a presente concessão submeter a taes auditores suas contas e balanços pela maneira usual das companhias ou empresas congeneres, autorizadas a funcionar no Brasil.

#### VIGESIMA QUARTA

As companhias ou empresas a que seja feita pelo concessionario a transferencia da presente concessão no todo ou em parte serão constituídas em condições de perfeita idoneidade financeira, para preenchimento dos fins desta Concessão, a juizo do Governo e perfeitamente autorizadas a funcionar no Brasil as constituídas no estrangeiro sujeitas todas ás Leis Federaes e do Estado e aos Tribunaes competentes da Republica.

#### VIGESIMA QUINTA

A presente Concessão será sujeita a ratificação do Congresso Legislativo na sua proxima reunião, para a approvação definitiva de todas as clausulas, que o poder executivo do Estado não é por si só competente para conceder ou autorisar.

#### VIGESIMA SEXTA

O concessionario ou companhia ou companhias ou empresas a que for transferida a presente Concessão, poderão independentemente da presente Concessão, exercer qualquer outra actividade, industria ou commercio notadamente bancario, de compra e venda de commissões e consignações, importação e exportação, e transportes maritimo, fluvial e terrestre, podendo tambem contractar com o Go-



verno da União, dos Estados ou dos Municipios, ou executar de conta propria, a construcção de estradas de ferro, estradas de rodagem, campos de aviação e meios de transporte aereo de qualquer natureza, estações de linhas de telephones e telegraphicas, maritimas, sub-fluviaes, terrestres e sem fios ou radiographicas nos termos das Leis do Brasil.

#### VIGESIMA SETIMA

O não cumprimento das obrigações impostas no presente contracto, em virtude da opção por prazo de dois annos, importa na caducidade imme-

diata da Concessão, sem estrepito judiciario, nem direito a indemnização.

#### VIGESIMA OITAVA

O concessionario ou companhias ou empresas a que transferir esta concessão obrigam-se a adoptar o arbitramento para solução de qualquer divergencia com o Governo do Estado e em toda eventualidade a submeter-se ás Leis do Brasil e ás decisões ou sentenças, dos Tribunaes competentes, adoptando como fóro, o desta Capital."

(Do Jornal do Commercio, do Rio, n.º de 15-2-1931).

## Fordlandia, terra da promessa

(Trechos da entrevista concedida ao director do "Diario da Noite", do Rio, pelo capitão Joaquim Barata, interventor federal no Pará)

. . . . .

"Reputo de resultados imprevisiveis para nós brasileiros a minha viagem ao local dos trabalhos Ford, no rio Tapajós, pois os frutos vindos da concessão ao milliardario norte-americano já estão se fazendo sentir com as medidas que tenho em vista para que esses trabalhos continuem em escala mais ampla para mais productivos resultados.

Como já fiz sentir ao presidente Getulio Vargas, a Companhia Ford até hoje tem vivido completamente alheia aos interesses dos ultimos governos paraenses, sem o menor apoio ou auxilio, vencendo todos os impedimentos iniciaes a peso de dinheiro e esforço, faltando o governo Dionysio Bentes com tudo quanto lhe promettera. Este nada fez para facilitar os grandes obstaculos encontrados pela Companhia na burocracia alfandegaria que, pelas difficuldades resultantes das disposições de seus complica-

dos regulamentos, reteve o material durante mezes nos armazens do porto, como agora mesmo acontece, sujeito a pagamentos excessivos de capatazia.

#### O MOTIM DEBELLADO

Em dezembro houve na séde da Companhia Ford uma insubordinação de operarios trabalhados por elementos communistas que lá se infiltraram. Verificada a ausencia de razões para esse acto condemnavel com o resultado dos inqueritos feitos por dois officiaes do Exercito que para ali mandei e rapidamente acabaram com o motim, resolvi, depois de fazer sentir á gerencia da Companhia Ford aqui que o governo lhe daria todas as garantias, ir pessoalmente visitar a séde da Concessão para informar-me da presente situação da empresa e poder dizer ao publico o que representa de facto a organização Ford no Pará.



E' realmente assombroso o que apreciará qualquer que faça o mesmo. Os trabalhos que estão sendo executados representam a garantia de um futuro prospero para esta terra e, por intermedio dessa organização americana, assistiremos amanhã, indubitavelmente, á colheita dos resultados benéficos da exploração intelligente das nossas riquezas naturaes que a Companhia Ford iniciou. Teremos muito brevemente, se não faltarem á Companhia o apoio moral e as garantias dos governos central e estadual, os mais efficientes resultados, com as industrias que surgirão aproveitando e empregando materias primas que se encerram no solo do Tapajós.

#### A CIDADE IDEAL QUE SURGE

Observei na séde da Concessão que esta mantinha completa ordem, conforto, hygiene e sugurança em verdadeiras villas operarias, com suas magnificas casas para os casados e baracões para os solteiros, refeitórios com optimos serviços e um hospital modestamente installado e outro maior, para cem pessoas, já em construcção. As casas dos moradores do rio estão transformadas dentro dos mais modernos processos e o serviço de prophylaxia é perfeito. Não ha mosquitos, nem moscas ou outros insectos nocivos. Uma uzina electrica funciona para todas as actividades, e de primeira ordem. Uma serraria completa e adeantada e uma estufa para seccamento de madeiras, tambem modernissima, estão em pleno trabalho.

Milhões de pés de seringueiras tem já a Companhia plantados. O local dos trabalhos está cortado por innumeras estradas de rodagem para o transporte de madeiras das mattas derrubadas para o plantio dos seringaes, estradas que se ligam á Companhia por uma via ferrea com 1,m.68 de bitola e extensão de cinco kilometros.

#### ORGANIZAÇÃO PERFEITA

Agrada apreciar em conjunto tanto poder de vontade organizadora,

vencendo a natureza pelos processos mecanicos mais aperfeiçoados.

Ha hoje na séde da Fordlandia 1.300 operarios nacionaes distribuidos por 900 casas, com luz, agua, assistencia medica e bem alimentados.

Fornecendo a alimentação a Companhia paga aos trabalhadores comuns 3\$500 de diaria e não lhes cobra assistencia medica e medicamentos, que tambem fornece graciosamente aos moradores da margem do Tapajós que vão della se valer, enviando ainda os seus medicos e ambulancias a attenderem qualquer necessidade dos moradores brasileiros da zona extranha ao seu serviço, a qualquer hora do dia ou da noite.

Dou o meu testemunho de que aqui, na Amazonia, jámais vi qualquer organização seringueira assim proceder com os proprios trabalhadores, quanto mais com estranhos.

Assisti ao pagamento de salarios, que é feito quinzenalmente. Gasta a companhia nessa rubrica duzentos e tantos contos e aqui, em Belém, dá ao commercio, mensalmente, quasi setecentos contos de movimento. Antes do motim de dezembro esses algarismos elevaram-se ao dobro.

#### DISCIPLINA E MORALIDADE

Durante o anno de 1930 a Companhia comprou na praça de Belém um milhão e quatrocentos mil dollares.

Durante a visita, que fiz acompanhado pelo commandante Ribas, assisti ao almoço de 800 operarios. Interroguei-os sobre a boa ordem dos trabalhos, sobre o espirito disciplinar que os anima e todos se manifestaram satisfeitos. Interpellando-os sobre se tinham motivos de queixa, nenhum expoz qualquer irregularidade, reinando entre todos grande satisfação. Apresentam-se bem dispostos e tão sadios, que, para uma população de mil e trezentas pessoas só trinta e nove encontrei no hospital. Isto prova a boa alimentação e a obser-



vação rigorosa dos preceitos hygienicos da Companhia.

Notavel tambem e o ambiente moral. A Ford não admitte operarlos com familias que não sejam casados e o juiz tem effectuado innumerous casamentos para regularizar situações de mancebia.

### FISCALIZAÇÃO DO ESTADO

Hoje em dia, mantenho dentro da séde da Concessão um delegado de policia e um destacamento do Exército constituido por nove praças, que exercem perfeitamente as funções policiaes.

Antes do meu governo, pelo contracto assignado com o governador Dyonisio Bentes, essa interferencia, que hoje é ampla como em qualquer outra parte do Estado, podia ser exercida e a Companhia possuia o seu serviço policial proprio.

Criei a comarca judiciaria no municipio em que se acha a concessão para melhor acção da justiça nos casos occorridos dentro da mesma, e não tenho encontrado senão boa vontade em auxiliar a justiça por parte da presidencia da Fordlandia. Os obstaculos existentes antes da revolução, removi-os com a minha estadia na séde da concessão, e tenho a certeza de que a Companhia Ford, cessadas as demoras dos despachos alfandegarios para os materiaes importados, realizará prestamente, em suas diversas categorias, o pagamento dos direitos tão rapidamente colloque, aqui o material necessario á conclusão de seus trabalhos.

### FACILITANDO

Sollicitei ao Governo Federal a transferencia da Mesa de Rendas Federaes de Obidos para Santarém, que se acha situada mais proxima á Concessão, afim de melhor facilitar os embarques e desembarques de materiaes da Companhia; acreditamos todos nós aqui que o exito da Companhia Ford

comporta inestimaveis beneficios commerciaes para o Estado e transmitirá essa confirmação aos outros capitaes estrangeiros para novas iniciativas entre nós. Nisto está o futuro desta região, que sem braços e capitaes jámais progredirá.

Neste ponto estamos bastante atrasados.

### PROTECÇÃO AO CAPITAL ESTRANGEIRO

Nunca os governos antirevolucionarios procuraram attrair capitaes para esta região. Quando o faziam, bem depressa desfaziam os seus actos, abandonando os capitalistas.

Outros, de opinião contraria, os hostilizaram á socapa, sem tomarem deliberações definitivas para desgostalos e afastal-os.

Estou providenciando para que seja conhecido dos centros financeiros estrangeiros que este governo tem como programma amparar e garantir todos os capitaes que aqui venham se colocar. Apresento, como prova deste meu modo de dirigir, as empresas japonezas e americanas aqui radicadas. Assim posso solicitar aos "Diarios Associados" proclamarem esses meus intuitos, que, prestigiados pelo governo federal, serão penhor de garantia para os capitalistas estrangeiros, e tambem nacionaes, que procurarem esta terra rica. Informo-vos que já fui accusado de que está sendo organizada, no Japão, outra companhia para disseminar aqui familias japonezas agricolas. Tambem já fui consultado se acceitava propostas de compras ou concessões de terras por uma forte firma americana. Auxilie-me o governo federal e garanto-vos que o nosso Estado, dentro em breve, tornar-se-á um dos mais prosperos do paiz.

### NOVOS HORIZONTES

Technicos japonezes aqui estão estudando a industria da pecuaria, para



montar fabricas de seccagem e conservação de peixes, e, assim, novas perspectivas promissoras abrem-se para o Estado, que, com uma administração energica e honesta, que me diz a consciencia estou exercendo, afim de corrigir os erros do passado e cum-

prir o programma revolucionario, voltará a occupar o logar que lhe compete na Nova Republica, como um dos Estados mais ricos e prosperos."

(Do O Jornal, do Rio, n.º de 19-4-1931).

## A industria da borracha

(Telegrammas de H. Ford e do interventor no Pará ao chefe do governo provisorio)

"Rio, 14 (A. B.) — Do sr. Henry Ford recebeu o chefe do governo provisorio, o seguinte telegramma:

"Acabam de chegar noticias de que a industria da borracha no Brasil gozará, praticamente, das mesmas isenções de impostos concedidos á industria assucareira.

Essa medida, indubitavelmente, auxiliará o desenvolvimento do valle amazonico, reintegrando-o no logar que lhe cabe entre os productores mundiaes de borracha. Desejo testemunhar a v. exa. o meu reconhecimento e expressar congratulações pelo papel

que v. exa. desempenhou neste importante acto".

O interventor federal no Pará também telegraphou ao chefe do governo nos seguintes termos:

"Apresento a v. exa. os meus sinceros agradecimentos pelo decreto que regulamentou a importação de materiaes que não tem similares na industria nacional e se destinam a empresas de artefactos de borracha, ficando, assim, grandemente, facilitada a Empresa Ford, no proseguimento dos seus grandes trabalhos neste Estado".

(Da Folha da Noite, de S. Paulo, n.º de 14-5-1931).

## Retrucando a uma critica

"A "Revista Nova", de São Paulo, no seu primeiro numero, dedicou sua "Resenha" a uma critica ao meu livro — "O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará". Critica aliás já publicada em um dos ultimos numeros do "Paiz", antes do "queima", e firmada pelo meu presado amigo e confrade Jorge Hurley, do Pará.

Confesso francamente: se não fosse a reincidencia da publicação na alludida "Revista Nova", eu não me daria ao trabalho de vir, por minha vez, criticar a critica.

Na maioria dos pontos incriminados o autor da critica não tem razão pelo simples facto de haver lido e comprehendido mal o que eu affirmei. Assim, quem deve "policar com a "revisão" e a "retranca", os seus pensamentos escriptos", como affirma, é elle e não eu.

Não é justa, também, a censura que me faz sobre o meu "incorrível cearencismo" vis a vis do seu "caboclistmo".

Ninguém, até hoje, fez maiores elogios ao caboclo do Pará, ou da Ama-



zonla, do que eu, e no referido livro. Desafio as provas em contrario.

Como porém registrei factos, a meu ver, verdadeiros, e defeitos naturaes e justificaveis, porque a perfeição não é deste mundo, o meu critico insurge-se contra as "inverdades" e as injustiças.

O tempo não me sobra para discutir e refutar as theorias do autor sobre cantadores e sobre tudo mais que affirma no seu "Yaribes", que, com franqueza, não sei que significa.

Será corruptela de — diatribes?

A liberdade de linguagem, é hoje, infinita.

Um critico tem o direito de dizer tudo quanto entender sobre o que lê, mas não tem o mesmo direito para alterar e adulterar o que encontra escripto.

Diz o meu critico: "Fôra dos motivos religiosos em que, na expressão de José Carvalho, a musa cabocla vibra francamente, affirma haver outras quadras destituídas de senso cummum e de graça.

Como exemplo das primeiras aqui temos.

Meu coração está chorando

Em cima do matupá.

— Por que chora meu coração?

— Porque não acho uruá!"

E o critico mette-me a "massaranduba" porque eu disse a heresia de achar esses lindos versos destituídos de "senso commum".

Mas eu não disse tal, homem de Deus, homem das "Yaribes" ou diatribes!

Não disse; e sustento e provo que não disse tal.

O "caboclismo yaribico" do Hurley não lhe deixou ver a verdade escripta no meu livro.

A' pagina 58 do mesmo livro disse eu:

"As cantigas em louvor do santo nada têm de religiosas ou lithurgicas. Outras vezes são quadras desti-

tuidas de senso commum e de graça. Como exemplos das primeiras, (as primeiras quaes são?) aqui temos:

Meu coração está chorando

Em cima do matupá.

— Por que chora meu coração?

— Porque não acho uruá!"

(E seguintes)

As primeiras a que me referi são as que nada têm de religiosas ou lithurgicas e não as destituídas de senso commum e de graça, as quaes eu não tive o mau gosto de registrar.

Mas o critico, atropelladamente, sem seguir o conselho que me dá da "revisão e retranca", deturpou meus periodos para deturpar, tambem, meu pensamento e minhas affirmativas.

Não é justo. E aqui o critico péga a primeira "massarandubada"!

Vejamos, agora, o que disse sobre os vícios de linguagem que registrei no meu livro.

Em resumo diz elle que José Verissimo já resolveu a questão e que eu "sou um retardatario das letras glotticas do norte do Brasil".

José Verissimo deu sua opinião e eu me aventurei a dar a minha, couisa esta que scandalizou o critico.

Mas ainda aqui truncou elle os periodos do meu livro, para me deixar... "na varzea sem cachorro". (E' folk-lore).

Comparei o facto da troca de vogaes usada pelos paraenses com a troca do v por b dos lusos e aventurei a hypothese de explicar o phenomeno, não "por falta de cultura" mas por "um caso de conformação physiologica".

E conclui: "—E' uma idéa!

— Terei razão?"

E accrescentei ainda:—"A cousa é tão commum que paraenses cultos a commettem. Julio Nogueira, no seu bello livro — "Linguagem Usual" — conta um caso identico occorrido com Bertino Miranda, que foi um dos mais cultos paraenses de todas as gerações". (Pagina 55).



Ora, a cousa incriminada, censurada, criticada, condemnada pelo critico, foi assim enunciada em forma de *hypothezé*. — “E’ uma idéa; terei razão?”

Não sendo eu José Verissimo, não formulei leis absolutas, indiscutíveis, dogmaticas e sagradas.

Mas, muito embora “retardatario em letras glotticas”, fico com a minha opinião e com o grande desprazer de não poder ainda, ou desta vez, concordar com a opinião “verissima” do meu critico.

Quando Bertino Miranda, por exemplo, vivendo longos annos fóra de sua gléba, sendo cultissimo, como affirmei, pronunciava, conforme o depoimento de Julio Nogueira, côco em vez de cúco, — e vice versa — não será de admirar que se possa admitir uma theoria que explique o facto

não só por vicio de linguagem, comum em todas as regiões, mas tambem por uma conformação especial de órgãos vocaes, como quiz formular no meu livro.

Ainda nisto, o meu “cearencismo” em nada prejudicou o caboclo do Pará.

Meu amigo Hurley, pois, terá de me pedir perdão se é catholico e se pretende, sem muitos embarços, galgar, de uma sortida, o reino do Ceu!

Pelo mesmo “consequinte” estou prompto a perdoar-lhe os “falsos testemunhos” que levantou ao meu livro.”

José Carvalho.

(Da Gazeta de Noticias, de Fortalesa, n. de 7-5-1931).



# REVISTA NOVA

publicará nos proximos numeros:

ALFREDO ELLIS (Junior) — “Populações paulistas”  
(*cont.*)

ANTONIO PICCAROLO — “Um engenheiro italiano na  
descoberta das minas brasileiras”

ASCENSO FERREIRA — Poemas

EUGENIO DE CASTRO — Estudo, com documentação  
inedita, sobre o Arsenal de Marinha do Rio  
de Janeiro

JOSÉ DE MESQUITA — “Corá” (*novella*)

OSORIO CESAR — “Contribuição para o estudo do es-  
piritismo como factor predisponente de per-  
tubações mentaes”

RIBEIRO COUTO — “Samuel” (*Notas do promotor de  
São José do Barreiro em 1924*)

RODRIGUES DE CARVALHO — “Lingua Nacional”  
(*cont.*)

bem como artigos e chronicas de

A. C. COUTO DE BARROS — FERNANDO DE AZEVEDO  
— FLAMINIO FAVERO — LUIS NOGUEIRA MARTINS  
— MARQUES REBELLO — OCTAVIO DE FARIA —  
PEDRO DANTAS — RODRIGO M. F. DE ANDRADE —  
ROQUETTE PINTO — SERGIO BUARQUE DE HOL-  
LANDA E OUTROS

---

EM TODAS AS LIVRARIAS:

MARQUES REBELLO — OSCARINA (*Contos*)

ALCANTARA MACHADO — VIDA E MORTE DO BANDEIRAN-  
TE (2.<sup>a</sup> edição)

FERNANDO DE AZEVEDO — ENSAIOS (*Critica literaria*)



Commemorando o  
primeiro centenario  
do nascimento de

*Alvares de Azevedo*

o numero 3 da  
REVISTA NOVA  
publicará além de

*Ineditos do Poeta*

*Estudos biographicos e  
criticos de Afranio Pei-  
xoto, Alcantara Machado,  
Arthur Motta, Homero  
Pires, Spencer Vampré,  
Vicente Paulo Vicente  
de Azevedo e outros.*























46789















